

SIMPÓSIO 6
ETIMOLOGIA E LINGUÍSTICA HISTÓRICA DA LÍNGUA
PORTUGUESA

COORDENADORES

Mário Eduardo Viaro
(USP)

Américo Venâncio Lopes Machado Filho
(UFBA)

A HISTÓRIA DA VARIAÇÃO DO COMPLEMENTO INFINITIVO EM PORTUGUÊS

Maria Auxiliadora da Fonseca LEAL¹

RESUMO

Trabalho de natureza sincrônica e diacrônica que descreve e analisa a variação do complemento [de+infinitivo]~[Ø+infinitivo] em cinco períodos da língua portuguesa, a saber, português arcaico, português clássico, português setecentista, português oitocentista e português moderno contemporâneo. Mediante a recolha de dados dos cinco períodos analisados identificou-se os fatores internos da *adjacência/não adjacência*, *classe de verbos*, *tempo verbal*, *modo verbal* e *pessoa gramatical* que estão imbricados na relação da complementação infinitiva portuguesa.

Metodologicamente partiu-se do presente para o passado, retornando depois ao presente à maneira de Labov (1972c) e utilizando para a análise quantitativa dos dados o Programa “WordSmith Tools”.

Sincronicamente descreveu-se o complemento infinitivo variável [de+infinitivo]~[Ø+infinitivo] e seus fatores condicionantes em cada sincronia analisada. Verificou-se que o fenômeno ocorre em todas as fases da língua portuguesa, sendo mais recorrente na fase arcaica. Uma das razões aventadas para essa alta ocorrência é o elevado índice de elementos ruptores que aí se apresentam.

Diacronicamente verificou-se que o fenômeno é estável, e ao longo da história do português está condicionado por um contexto estrutural específico *adjacência/não adjacência*, bem como por uma determinada classe de verbos, aqui rotulados de verbos *transitivo-modais*. Observou-se, também, que o número de verbos regentes, assim como as estruturas infinitivas preposicionadas decrescem com passar do tempo, mas não desaparecem.

PALAVRAS-CHAVE: complemento infinitivo; diacronia; variação.

No presente trabalho, analisamos as construções [de+infinitivo] e [Ø+infinitivo] como complemento de sintagmas verbais ilustradas em:

(1-a) “Ela *evita de comer* à noite”;

(1-b) “Nós *evitamos falar* sobre política.”

¹ UFMG/Faculdade de Letras. Rua rio pomba, 882, CEP 30720-290, Carlos Prates, Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil.dorale230@yahoo.com.br

As estruturas listadas em (1) ocorrem em todas as fases da língua portuguesa, mais frequente ou menos frequente conforme o período observado. São variáveis que podem evidenciar ou um fenômeno de mudança lingüística ou um fenômeno de retenção.

Os dados destacados ilustram um fenômeno de variação no português hodierno. O termo *variação*, segundo Tarallo (1986, p.8), remete à “teoria da variação que assume a heterogeneidade e o ‘caos’ linguístico como objeto de estudo. Já *variantes* são “conjunto de formas linguísticas que compõem uma variável; podem ser *padrão, não padrão, conservadora, inovadora, estigmatizada* e de *prestígio*”. Em outras palavras, as várias maneiras de dizer a mesma coisa, em um mesmo contexto, com o mesmo valor de verdade². A *variável*, por sua vez, é o conjunto de variantes.

Observamos os fatores que condicionam essa variação, a fim de comprovar ou não o status dela na língua, inclusive pelo fato de algumas variáveis representarem estágios no movimento de um estado lingüístico para outro.

É o que admitem (WLH 1968:188), em seu terceiro postulado para a teoria da mudança lingüística, quando afirmam: “nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura da língua envolve mudança, mas toda mudança envolve variabilidade e heterogeneidade”.

O “princípio uniformitário” adotado por Labov (1995) e ainda mantido no variacionismo prediz: “as forças que atuaram para produzir o documento antigo são as mesmas que atuam na língua atual”, permitindo assim o movimento presente – passado.

Iniciamos nossa análise partindo de fatos/dados do presente para entrever o passado e interpretando dados históricos do passado para entender/interpretar o presente. Postulamos, conforme o “princípio uniformitário”, que a comparação entre presente e passado (seguindo inclusive, a perspectiva neogramática) contempla o fato de que todos os tipos de mudança lingüística existiriam e ocorreriam em todas as fases da história das línguas.

Os períodos da língua examinados são: o português moderno contemporâneo (PMC), o português oitocentista (PO), o português setecentista (PSE), o português clássico (PCL) da segunda metade do século XVI e século XVII, e por fim, o português arcaico (PA) qual seja, os textos escritos em português, até a primeira metade do século XVI.

² O termo *verdade* aqui corresponde a mesmo significado.

Os fatores condicionadores, isto é, o conjunto total de possíveis fenômenos que determinam a ocorrência de variantes na sistematização ou não da mudança variam e mudam constantemente. De acordo com (Milroy, 1992:123), “os dados/informações de variabilidade são construídos a partir do princípio de que a língua é variável todo o tempo”.

Sincronicamente investigamos os complementos infinitivos ligados aos verbos ocorridos nos corpora, objetivando caracterizá-los ou não como complemento objetivo infinitivo preposicionado, segundo os fatores que condicionam sua ocorrência.

Diacronicamente comparamos a variação da complementação e os tipos de verbos presentes, nos vários períodos sondados, como possíveis indicadores de “processos de mudança”, “variação estável”, ou “fenômeno de manutenção”.

O suporte teórico segue o modelo da Teoria da Variação, de base tipicamente laboviana, que prevê a correlação de variáveis a fenômenos de variação linguística, no que diz respeito: 1) ao “encaixamento”, isto é, como uma determinada mudança se encaixa no nível estrutural e social; 2) à “transição” que permite identificar as fases intermediárias em que as variantes coexistem e concorrem, diminuindo gradualmente a ocorrência de uma e aumentando a ocorrência de outra.

Para a análise quantitativa foi usada a proposta “teórico-metodológica” da Lingüística de Corpus, através da utilização das ferramentas computacionais denominadas “Concord” e “Tags” do Programa “WordSmith Tools”.

Os corpora

Português Moderno Contemporâneo: (PMC)

(2a) “Dever-se-á *evitar de levar* comidas e/ou bebidas para as salas de correção”.

(2b) “O povo *evita escolher* candidatos sem formação como governantes”
(Vestibular UFMG, 2002).

A construção (2a) registra o verbo *evitar* que tem como complemento [de+infinitivo]. Diferentemente da estrutura (2b) que assinala o verbo ligado ao complemento através de [Ø+ infinitivo].

Conforme Houaiss, *evitar* pode ser transitivo direto e bitransitivo, apresentando as acepções “escapar-se de, esquivar-se de, não permitir, poupar”, etc. Este verbo

também apresenta variação do complemento infinitivo, com e sem a preposição *de*, sem que essa presença/ ausência interfira no seu significado.

Português Oitocentista

(3a) “... a soberba cavaleira, de uma formosura invejável na Circássia, *devia de ser* a esposa raptada de algum grão-vizir; ...” (*Amor de Salvação*, Camilo Castelo Branco: 20).

(3b) “...e demonstre que o romance filosófico *deve ser* assim alinhavado ...” (*Amor de Salvação*, Camilo Castelo Branco: 24).

Também no *corpus* do português oitocentista ocorre a variação do complemento [de+infinitivo]~[Ø+infinitivo]. Nas obras dos escritores desse período é corrente a referida variação, principalmente, junto a verbos como *dever e precisar*, sem que a presença/ausência da preposição, nestes contextos, modifique o significado dos verbos.

Português Setecentista

(4a) “... e chorosos olhos em Natália e depois levantando-os ao Céu, *prometeu de propor* estes desejos ...” (*Novelistas e Contistas Portugueses*, Manuel Bernardes: 270).

(4b) “... dar satisfação à parte ofendida e alívio à sua consciência gravada, *prometeu pagar* o que se lhe demandava. O raro amor...” (*Novelistas e Contistas Portugueses*, Manuel Bernardes: 274).

Português Clássico

(5a) “...afeiçoada ao gesto belo e tenro, *deseja de comprar*-vos para genro” (*Lusíadas*, Camões, I-16).

(5b) “E mais lhe diz também que **ver deseja**” (*Lusíadas*, Camões, I-63).

Português Arcaico

(6a) “...suptamente *começaron de ouvir* trovões...” (*Narrativas dos Livros de Linhagens*, José Mattoso: 80).

(6b) “...E começou rei Ramiro entom seu corno tanger, e *começou chamar* sua gente pelo corno que lhe acorressem...” (*Narrativas dos Livros de Linhagens*, José Mattoso: 58).

Os fenômenos lingüísticos variáveis sob análise são registrados em todas as fases da língua portuguesa. Deve-se dar destaque ao fato, já comprovado, de que a língua é variável em todos os seus períodos.

Análise dos dados

TABELA 1 - Percentual do total geral de ocorrências das estruturas [de+infinitivo] e [Ø+infinitivo] nos cinco períodos analisados

Período	[de+inf.]	%	[Ø+inf.]	%	Total
PA	1705	49,6 %	1730	50,4 %	3435
PCL	197	35,9 %	352	64,1 %	549
PSE	73	13 %	491	87 %	564
PO	197	16,7 %	979	83,3 %	1176
PMC	267	16,5 %	1351	83,5 %	1618
Total	2. 439	33,3%	4. 903	66,7 %	7. 342

Os resultados expressos na TAB. 1 indicam a porcentagem do total geral de ocorrências das construções [de+infinitivo] e [Ø+infinitivo] presentes nas cinco fases da língua portuguesa.

Diacronicamente, comparando-se o período arcaico com os períodos subseqüentes, observa-se que a freqüência de ocorrência do complemento [de+infinitivo] decresce com o passar do tempo: de 49,6% no português arcaico para 16,5% no português moderno contemporâneo, e a do complemento [Ø+infinitivo] aumenta de 50,4% no PA para 83,5% no PMC.

Apresentamos na TAB. 2 o total de ocorrências da variação [de+infinitivo]~[Ø+infinitivo] nos cinco períodos da língua.

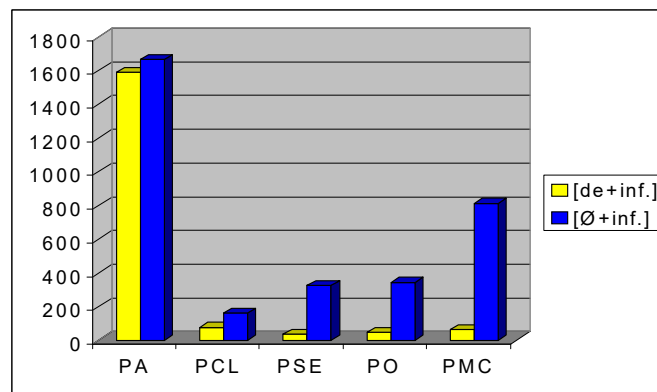
TABELA 2 - Total de ocorrências da variação [de+infinitivo]~[Ø+infinitivo] nas cinco fases da língua

Período	[de+inf.]	%	[Ø+inf.]	%	Total
PA	1580	48,7 %	1667	51,3 %	3247
PCL	78	32,8 %	160	67,2 %	238
PSE	37	10 %	335	90 %	372
PO	46	11,8 %	344	88,2 %	390
PMC	66	7,5 %	810	92,5 %	876
Total	1.807	35,5 %	3.316	64,5 %	5.123

No que tange ao QUADRO da variação presente nos cinco períodos pesquisados, a TAB. 2 permite-nos constatar, em termos quantitativos, o decréscimo da variante preposicionada no PMC em relação ao PA. Levando-se em conta o total de construções em variação, o complemento [de+infinitivo] no PA representa 48,7% e no PMC corresponde a 7,5%. Já o complemento [Ø+infinitivo] se eleva de 51,3% a 92,5%.

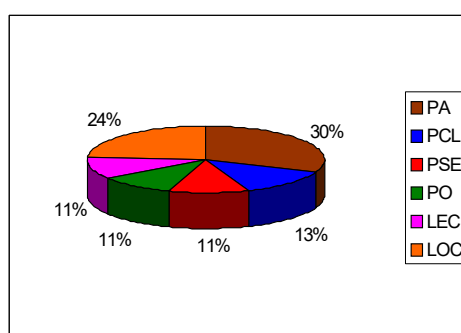
O GRAF. 1 a seguir revela a variação [de+infinitivo]~[Ø+infinitivo] nos cinco períodos pesquisados.

GRAF.1- variação [de+infinitivo]~[Ø+infinitivo] nos cinco períodos pesquisados



Observe-se agora, no gráfico. 2, o percentual dos verbos em variação nos 5 períodos analisados.

GRAF. 2 - percentual do número verbos que admitiram variação [de+infinitivo]~ [Ø+infinitivo] em todos os períodos examinados

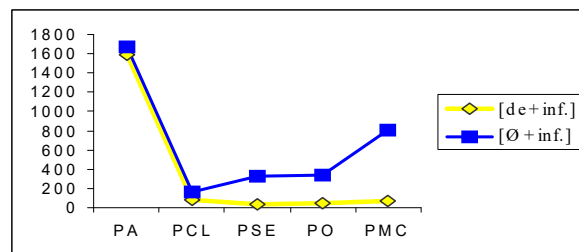


O GRAF. 2 indica que o período arcaico representa o maior percentual de verbos em alternância, isto é, (30%), seguido da modalidade oral contemporânea (LOC) (24%) e período clássico (13%). Já o percentual dos verbos em variação no PSE, PO e LEC (Língua Escrita Contemporânea) correspondem a 11% para cada período.

Os verbos dos períodos pretéritos do português apresentavam maior variabilidade em relação aos períodos mais recentes. No entanto, na modalidade oral contemporânea, essa variabilidade ainda é bastante freqüente, quase se iguala, em termos percentuais, à do período arcaico da língua.

O GRAF. 3 abaixo indica a evolução das estruturas [de+infinitivo] e [Ø+infinitivo] na história da língua portuguesa.

GRAF. 3 - evolução das estruturas [de+infinitivo] e [Ø+infinitivo] na história da língua portuguesa



O GRAF. 3 indica que as construções nas quais figuram o infinitivo preposicionado diminuem e as construções não preposicionadas aumentam, com o passar do tempo.

Os resultados e as interpretações dos dados levaram-nos a identificar fatores internos imbricados na ocorrência do fenômeno investigado. São eles: *estruturas adjacentes* (ruptores), *classes de verbos*, *tempo verbal*, *modo verbal* e *pessoa gramatical*.

Sobre a adjacência

Os resultados obtidos através da análise do fenômeno da *adjacência/não adjacência* (ruptores) dos verbos listados nos *corpora* comprovaram: a) que ambos, o infinitivo preposicionado e infinitivo não preposicionado ocorrem predominantemente adjacentes ao verbo regente; b) que quando ocorre a não adjacência esta prevalece junto ao infinitivo preposicionado, assim como a adjacência predomina junto ao infinitivo não preposicionado.

Sobre as classes semânticas

A maioria dos autores que tratou da variação infinitiva afirma que esta depende de certos verbos/alguns verbos/determinados verbos. Dentre eles Barreto (1914), Carneiro Ribeiro (1950), Said Ali (1964), Almeida (1965), Maurer Jr. (1968), Dias (1970), Pontes (1973), Bynon (1983), Vitral (1987), Mattos e Silva (1989), Kury (1985), Beth Levin (1993), Madureira (2000), Neves (2000), Bechara (2001).

Levando-se em conta o significado, os resultados obtidos revelam que a quase totalidade dos verbos listados nos *corpora* pesquisados pode ser incluída na classe dos verbos denominados “sensitivos”, expressando *deliberação, modalização, freqüência, benefício*, dentre outros. Compartilham ademais, características de “modalidade” e de “auxiliaridade”, sobretudo no período arcaico.

Do ponto de vista semântico, estes verbos compartilham “aspectos modais” e do ponto de vista sintático, compartilham características transitivas. Assim sendo, pode-se propor para essas classes de verbos o rótulo de *transitivo-modais*. Observou-se ao longo do trabalho que esta é a classe verbal que admite a variação do complemento infinitivo.

Sobre o tempo verbal, modo verbal e pessoa gramatical

Após a análise dos verbos nas cinco fases da língua, observou-se que para todos os verbos regentes de complemento infinitivo variável, predominaram o tempo “pretérito” (perfeito e imperfeito), o modo indicativo e a terceira pessoa gramatical (singular/plural). Estes fatores estão presentes tanto nas estruturas [de+infinitivo], quanto nas estruturas [ø+infinitivo].

Os verbos cujos complementos infinitivos são variáveis ao longo da história do português ocorrem preferencialmente no “pretérito” do modo indicativo e na terceira pessoa. Estes fatos comprovam que as classes de verbos, nas quais prevalece o tempo pretérito, a terceira pessoa gramatical e o modo indicativo são mais estáveis com o passar do tempo. Na verdade estes fatores tendem a se manter, mas não os verbos, nos quais ocorrem, pois estes têm comportamento diferenciado ao longo do tempo: alguns desaparecem, outros se mantêm como transitivos, outros se desmodalizam, outros, por

sua vez se auxiliarizam. Mas, geralmente preservam o tempo pretérito, o modo indicativo e a terceira pessoa gramatical, nas construções de complementação infinitiva.

Os resultados parecem confirmar o que Manczak (1963) propõe como “tendências gerais do desenvolvimento morfológico”, segundo transformações analógicas. Este autor afirma que o tempo pretérito é mais resistente às mudanças que outros tempos, que as formas de terceira pessoa suportam menos mudanças analógicas que outras pessoas gramaticais e que o modo indicativo, por sua vez, é, também, menos submetido à mudança em relação aos outros modos.

Embora não estejamos aqui tratando especificamente de casos de analogia, a persistência de um mesmo tempo verbal, modo verbal e pessoa gramatical ao longo da história do português, nas construções infinitivas, certamente caracterizam este tipo de estrutura [de+infinitivo]~[Ø+infinitivo] e revelam uma certa rigidez morfossintática.

Considerações finais

De acordo com a análise seriada dos verbos cujos complementos admitem variação, foi possível constatar que, em termos estruturais, o complemento infinitivo variável existe em cada uma das fases da língua. No entanto, este não ocorre com o mesmo tipo de verbo. Postula-se, então, que a variação estrutural está condicionada à determinada classe de verbos que, do ponto de vista sintático, podem ser usados como transitivos e do ponto de vista semântico, pertencem à classe dos chamados verbos “sensitivos”, aqui denominados *transitivo-modais*.

Dentre os fatores estruturais contemplados, observou-se que o fenômeno da adjacência/não adjacência está imbricado na relação da complementação infinitiva nas cinco fases da língua portuguesa. Verificou-se que o complemento infinitivo, seja preposicionado, seja não preposicionado ocorre predominantemente contíguo ao verbo regente. No entanto, quando o complemento infinitivo não está adjacente, nas fases mais remotas da língua, prevalecem as estruturas nas quais figuram os complementos preposicionados. Já as estruturas não preposicionadas, por sua vez, ocorrem adjacentes aos verbos regentes. Significa dizer que [de+infinitivo] correlaciona-se a não adjacência, assim como [Ø+infinitivo] correlaciona-se a adjacência, confirmando a máxima de que “marcas levam a marcas” e “zeros levam a zeros”. (Sherre, 1996).

No que concerne à frequência de ocorrência dos verbos regentes, que admitiram variação, mostrou-se que:

- a) a variante [de+infinitivo] e o número de verbos regentes declina com o passar do tempo;
- b) a variante [Ø+infinitivo] aumenta;
- c) a variação da complementação infinitiva como um todo decresce ao longo do tempo, mas não desaparece.

Observou-se, também, que a regência não é um fenômeno fixo na língua. Ela varia e muda com o passar do tempo. Cada sincronia apresenta uma regência diferente da outra. No período arcaico, o número de verbos que admite variabilidade do complemento infinitivo é maior do que o número de verbos de complemento infinitivo variável no período moderno. Mas, a modalidade oral contemporânea se aproxima das épocas mais remotas. O número de verbos da LOC e o número de verbos do PA são bastante próximos. A nosso ver, isso decorre do fato de a língua escrita do PA apresentar muito mais características de oralidade do que a língua escrita atual. Naquela época, segundo os documentos existentes, escrevia-se como se falava, portanto, a escrita representava, grosso modo, a fala daquela sincronia.

Quanto à classe semântica, verificou-se que a maioria dos verbos que exibe o complemento infinitivo variável pode ser incluída na classe dos “sensitivos”, que por sua vez, subdividem-se em “deliberativos”, “volitivos”, “benefactivos”, dentre outros.

Quanto às inovações, estas também se revelam no léxico. Os verbos *agüentar* [de+infinitivo], *evitar* [de+infinitivo], *inventar* [de+infinitivo], *impedir* [de+infinitivo], *importar* [de+infinitivo], *negar* [de+infinitivo], *proibir* [de+infinitivo], *propor* [de+infinitivo], *recusar* [de+infinitivo], *reprimir* [de+infinitivo], *topar* [de+infinitivo], etc. conservam a estrutura [de+infinitivo] do português arcaico e inovam lexicalmente, já que com estes verbos, o complemento em pauta não aparece no período pretérito da língua. Deve-se fazer notar que esta estrutura sintática que, à primeira vista, parece “sub-standard”, na fase atual revelou-se, segundo os *corpora* consultados, como uma estrutura altamente recorrente na fase arcaica da língua.

Diante de todos os resultados apresentados, e com base na análise observada pode-se comprovar:

- 1) a existência de fenômenos sintáticos variáveis em todas as fases da língua portuguesa;
- 2) que a variabilidade é sistemática e ocorre tanto no presente quanto no passado

3) que a língua dos períodos pretéritos é mais variável que a dos períodos mais recentes;

4) que a variação depende de alguns itens lexicais;

5) que a regência não é um fenômeno fixo na língua;

6) que a preposição *de* é altamente produtiva no sistema;

7) que nem sempre a variante mais recorrente permanece;

8) que a variação se processa gradualmente;

9) que a mudança se dá em ritmos diferentes;

10) que o complemento é selecionado segundo a classe verbal.

De tudo que foi dito não há como deixar de reconhecer a importância das análises descritivas que privilegiam os períodos pretéritos da língua, sobretudo aqueles mais remotos no tempo, pois é aí que se observam muitos fatos que justificam fenômenos lingüísticos que são à primeira vista, estigmatizados na língua hodierna, especialmente na modalidade oral.

Apresentamos uma análise que teve como objetivo descrever e sistematizar a variação do complemento [de+infinitivo]~[ø+infinitivo] dos verbos **transitivo-modais** em cinco períodos da língua portuguesa. Isso só foi possível por termos trabalhado com dados históricos empíricos que configuraram na medida das limitações inerentes a toda pesquisa histórica, um *corpus* coerente, condição *sine qua non* para toda a discussão apresentada ao longo do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, Napoleão Mendes de. 1965. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Saraiva.

Atkins, S. *et al.* 1992. Corpus design criteria. In: *Literary and Linguistic Computing*, 7: 1-16.

Barreto, Mário. 1914. *Novíssimos Estudos da Língua Portuguesa*. Coleção de Artigos. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

Bechara, Evanildo. 2001. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Lucena.

Berber Sardinha, A P. 2000. Padrões Lexicais e colocações do português In: *Lingüística de Corpus: Histórico e Problemática*. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 323-367.

Bynon, Theodora. 1983. *Historical Linguistics*. London: Cambridge University Press.

Carneiro Ribeiro, Ernesto. 1950. *Serões Grammaticaes ou Nova grammatica Portugueza*. Salvador: Livraria Progresso Editora Aguiar & Souza LTDA.

Dias, Augusto Epiphânio da Silva. 1970. *Syntaxe Histórica Portuguesa*. 5ª edição. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

Kury, Adriano Da Gama. 1985. *Novas Lições de Análise Sintática*. São Paulo: Ática.

Labov, William. 1972a. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

_____. 1972c. On the Use of the Presente to explain the Past. In: HAIMAN, L. (Org.). *The Eleventh International Congress of Linguistics*. Florence, 2: 825-851.

_____. 1995. *Principles of Linguistic Change. Internal Factors*. Oxford: Blackwell.

Leal, Maria Auxiliadora da Fonseca. 2002. Sobre a história dos infinitivos introduzidos por *de* no português mineiro. In: COHEN, Maria Antonieta M. & RAMOS, J (Orgs.). *Dialeto mineiro e outras falas. Estudos de variação e mudança lingüística*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, Cap.1,11-30.

Levin, Beth. 1993. *English Verb Classes and Alternations*. Chicago and London: The University of Chicago Press.

Madureira, Evelyne Dogliani. 2000. *Difusão Lexical e Mudanças Sintático-Semânticas: os verbos psicológicos*. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Mańczak, Witold. 1963. Tendances Générales du développement morphologique. *Lingua* 12 pp. 19-38.

Mattos E Silva, Rosa Virgínia. 1989. *Estruturas Trecentistas*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Maurer JR., T.H. 1968. *O infinitivo Flexionado Português*. São Paulo: CIA Editora Nacional.

Milroy, James. 1992. *Linguistic Variation And Change. On The Historical Sociolinguistics Of English*. GB: Blackwell.

Neves, M.H.M. 2000. *Gramática De Usos Do Português*. São Paulo: UNESP.

Pontes, Eunice. 1973. *Verbos Auxiliares Em Português*. Petrópolis: Vozes.

Said ALI, M. 1964. *Gramática Histórica Da Língua Portuguesa*. 3ª Edição. São Paulo: Edições Melhoramentos.

Scherre; Silva (Org.). 1996. Padrões Sociolinguísticos: Análise De Fenômenos Variáveis Do Português Falado Na Cidade Do Rio De Janeiro, *Tempo Brasileiro*, P. 85-117.

Sinclair, John. 1991. *Corpus, Concordance, Collocation*. Oxford: Oxford University Press.

_____. 1995. From Theory To Practice. In: G. LEECH *Et Al.* (Org.). *Spoken English On Computer – Transcription, Mark-Up And Application*. London: Longman.

Weinreich, U.; Labov, W & Herzog, M. 1968. Empirical Foundations For A Theory Of Language Change In: Lehmann, W. P. & Malkiel, J. (Orgs.). *Directions For Historical Linguistics*, Austin, University Of Texas Press.

Tarallo, Fernando Luiz. 1983. *Relativization Strategies In Brazilian Portuguese*. Ph.D Dissertation. Philadelphia, University Of Pennsylvania.

_____. 1986. *A Pesquisa Sociolinguística*. 2ª Edição. São Paulo: Ática.

Vital, Lorenzo. 1987. *Sobre A Complementação Infinitiva Em Português*. Dissertação (Mestrado Em Linguística) - Faculdade De Letras, Universidade Federal De Minas Gerais, Belo Horizonte.

AINDA SOBRE “AS ORIGENS E ESTRUTURAÇÃO HISTÓRICA DO LÉXICO PORTUGUÊS”: ÉTIMO E PROCESSOS DE FORMAÇÃO EM DADOS DO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL (ALIB)

Américo Venâncio Lopes MACHADO FILHO¹
Isamar NEIVA²

RESUMO

O escopo deste trabalho busca perseguir um panorama renovado da constituição do léxico do português, no esteio e em homenagem ao conhecido texto de Joseph-Maria Piel (1989), publicado originalmente em 1976. Diferentemente, porém, para poder ser um trabalho renovado, ao invés das fontes formativas remotas no espaço europeu, pretende-se observar no Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), recém-publicado (Cardoso et al., 2014b), as denominações utilizadas pelos diferentes dialetos brasileiros, para algumas respostas dos informantes a questões do Questionário Semântico-Lexical (QSL), instrumento metodológico, utilizado por esse importante projeto dialetológico nacional. Como se sabe, no que tange à constituição histórica do léxico do português, podem-se atestar diversos processos formativos, relacionados a variadas motivações, sejam de ordem intra ou extralinguística e, sobretudo, sócio-históricas. Para além da presença de elementos latinos, peculiares às línguas românicas, algumas estruturas léxicas – provindas de elementos não latinos – foram engendradas ou absorvidas no inventário do português, em diferentes momentos da história, nomeadamente em seu processo de transplantação para o Brasil, em que recrudesceram novas unidades lexicais na língua, afluentes de elementos autóctones e africanos. Considerando a perspectiva histórica e variacionista a que se filia esta pesquisa, propõe-se uma breve análise em que se permita o reconhecimento da distribuição de algumas variáveis espaciais registradas em algumas cartas e, em especial, informações sobre sua etimologia. Ademais, considerou-se relevante investigar, através de uma análise qualitativa, a possibilidade de identificar isoléxicas para algumas áreas temáticas observadas nas capitais brasileiras na composição desse importante registro do espólio lexical brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Constituição do léxico do português, variação dialetal do léxico

1 PPGLinC-UFBA, Instituto de Letras, Departamento de Letras Vernáculas, Rua Barão de Jeremoabo, 147 Campus de Ondina, Salvador, Bahia, Brasil, 40170-115, americovenancio@gmail.com.

2 DO-PPGLinC-UFBA, Instituto de Letras, Departamento de Letras Vernáculas, Rua Barão de Jeremoabo, 147 Campus de Ondina, Salvador, Bahia, Brasil, 40170-115, isa.neiva.letras@gmail.com.

brasileiro, Atlas Linguístico do Brasil.

1 Cartas abertas

Dos instrumentos metodológicos utilizados pelo Projeto Atlas Linguístico do Brasil, o Questionário Semântico-Lexical (QSL) teve sua versão final publicada em Cardoso (2014a:155-172), em que se apresentam 202 questões, distribuídas em 14 áreas temáticas, isto é, 1. Acidentes geográficos, 2. Fenômenos atmosféricos, 3. Astros e tempo, 4. Atividades agropastoris, 5. Fauna, 6. Corpo humano, 7. Ciclos da vida, 8. Convívio e comportamento social, 9. Religião e crenças, 10. Jogos e diversões infantis, 11. Habitação, 12. Alimentação e cozinha, 13. Vestuário e acessórios e 14. Vida urbana.

Dessas, optou-se, neste trabalho, em função de espaço, por analisar as questões 15, 20 e 21, de Fenômenos atmosféricos (cujas respostas esperadas seriam, respectivamente, chuva de pedra, orvalho ~ sereno e nevoeiro ~ cerração ~ neblina); as questões 39, 42 e 50, de Atividades Agropastoris (tangerina ~ mexerica, penca e mandioca ~ aipim); as questões 67, 85 e 86, de Fauna (Galinha D'Angola ~ Guiné ~ Cocar, Libélula e Bicho da fruta).

Esclarece-se que o Volume 2 do AliB se refere, exclusivamente, às capitais dos estados brasileiros. A etimologia, origem ou processo de formação são indicados entre parênteses.

1.1 Fenômenos atmosféricos

1.1.1 Chuva de pedra

Decorrente das respostas à questão 15, com a formulação: “Durante uma chuva podem cair bolinhas de gelo. Como chamam essa chuva?”, esse fenômeno obteve 6 (seis) variantes comprovadamente dialetais no espaço nacional:

1 Chuva de pedra (*chuva*, latim *pluvia*; *pedra*, latim *petra*) – Mais comum na região Sul, com maior expressão em Curitiba, com 50% das respostas. Presente, também, no Centro-Oeste e, discretamente, no Sudeste. No Nordeste, só ocorre em Aracaju e em

Teresina. No Norte, em Rio Branco e Boa Vista.

2 Chuva de granizo (granizo, do espanhol *granizo*) – Presente em todo o país, é a variante majoritária em quase todos os dialetos, sendo a forma categórica no Rio de Janeiro, e quase categórica em São Luís e Fortaleza, em que convive, apenas, com a realização mínima de *chuva de neve*. No Sul, é utilizada por, aproximadamente, 60% dos informantes, em Florianópolis, e por 50% em Curitiba. No Nordeste, exibe incidência de 20% em Salvador, única capital dessa região em que não é majoritária.

Note-se que, segundo Cunha (1986:393), *granizo* ocorre pela primeira vez apenas no século XVI e provém do castelhano. Corominas & Pascual (1996:196) afirmam que “del castellano proceden el port. *Granizo*, como se ve por la”. Observe-se que a variante arcaica portuguesa, não identificada no Brasil, *grando*, é, para Cunha (1986), atestada no século XIV, sendo diretamente associada à sua etimologia latina *grando, onis*.

3 Chuva de gelo (*gelo*, do latim *gelus*) – Mais frequente no Nordeste e no Norte, caracteriza uma isoléxica bastante significativa que separa, a partir de uma linha imaginária traçada desde o Distrito Federal para o Oriente e o Ocidente as mesmas diferenças socioeconômicas identificadas nos dois “pedaços” do Brasil. Identificam-se, não obstante, usos discretos em Campo Grande, São Paulo e Porto Alegre.

4 Chuva de neve (*neve*, do latim *nix, nivis*) – Variante tipicamente nordestina, não ocorrendo apenas em Teresina, mas difundindo-se com pouca representatividade em Manaus e Porto Velho. Em Macapá representa 25%, aproximadamente. Quantitativamente, é mais empregada em Natal, Maceió e Salvador.

5 Chuva de pedra de gelo (*gelo*, do latim *gelus*) – Essa variante sintagmática exclusiva de Teresina, entre as capitais do Nordeste, conjuga duas variantes também presentes nessa cidade, *chuva de gelo* e *chuva de pedra*, com antes visto. Encontra-se também em pequena percentagem em Cuiabá e Campo Grande.

6 Chuva de granito (*granito*, de origem obscura) – Convive com a variante *chuva de granizo* em algumas capitais do Nordeste, Salvador, Recife e João Pessoa, sendo na primeira bastante significativa, representando 50% de todas as ocorrências. No Sudeste, só aparece em Vitória e Belo Horizonte, em torno de 20%, e em Goiânia, no Centro-Oeste, algo próximo de 10%.

A variante *chuva de granito* traz um comentário curioso, apresentado em nota no ALiB (Cardoso, 2014b:150): A informante feminina, faixa etária 2, de nível de

escolaridade universitário, diz: “Tá caindo *pedra de gelo*. Agora, que fala mais na televisão *granito*, não sei o que é, mas...”.

Essa questão remete para o que tem defendido Machado Filho (2014:271 e ss.) que acredita que se deva alterar o conceito de variante lexical

para cada forma diferente de se representar, em um mesmo contexto um mesmo valor significativo ou funcional, independentemente de as alterações na forma terem origem fonética, fonológica, morfológica, sintática ou discursiva.

Outras ocorrências únicas foram identificadas, que não representam estatisticamente um dialeto, a exemplo de *Chuva de rosa*, em Belo Horizonte, e *Chuva de flor*, em Campo Grande.

1.1.2 Orvalho

No que tange às respostas à questão 20, cuja formulação: “De manhã cedo, a grama geralmente está molhada. Como chamam aquilo que molha a grama?”, obtiveram-se 5 (cinco) variantes comprovadamente dialetais no espaço nacional: *orvalho*, *neblina*, *sereno*, *garoa* e *neve*.

1 Orvalho (de origem obscura) – Reconhecida em todo Brasil, essa forma não pode ser apontada como representativa de nenhuma região em especial, mas registra-se que tem menor expressão em Porto Velho, Macapá, Maceió e Florianópolis, nas quais é majoritário o uso de *sereno*.

2 Sereno (do latim *serenus, a, um*) – Presente em todas as capitais, tem maior ocorrência em Florianópolis, com mais ou menos 80%, seguida de Salvador, Cuiabá, Rio Branco, Manaus, Macapá, Natal e Goiânia, em que cujos usos ultrapassam os 50% das respostas dadas. Apenas em Teresina, São Paulo e Rio de Janeiro, essa forma é pouco utilizada, variando de 10% a 25%, mais ou menos.

3 Neblina (do espanhol *neblina*, cuja origem latina teria sido *nebula*) – Presente em todo o Sudeste, a lexia ocorre, discretamente, no Norte e Centro-Oeste. No Nordeste, só foi identificada em Teresina e em Maceió (maior índice nacional, algo em torno de 50%) e no Sul, apenas em Curitiba. Interessará saber depois de levantados os dados dos outros pontos, como se manifesta essa variante no interior do Paraná e nas regiões circundantes.

4 Garoa (talvez do latim falado *calugo*, do latim *caligo*) – Apenas ocorre em duas capitais do Sul e do Norte do País, a saber: Porto Alegre e Curitiba; Boa Vista e Porto Velho, nesta com mais de 25% das respostas.

5 Neve (do latim *nix, nivis*) – No âmbito das demais variantes identificadas, o fenômeno *neve* só se realiza em Vitória e Teresina, com menos de 10% dos informantes.

1.1.3 Neblina

No tocante à questão 21, “Muitas vezes, principalmente de manhã cedo, quase não se pode enxergar por causa de uma coisa parecida com fumaça, que cobre tudo. Como chamam isso?”, foram obtidas como respostas 7 (sete) variantes: *neblina, cerração, neve, nevoeiro, névoa, fumaça e sereno*.

1 Neblina (do espanhol *neblina*, cuja origem latina teria sido *nebula*) – A neblina se expande por todo o Brasil, dissipando-se apenas em João Pessoa, em que não ocorre uma única vez. Também no Nordeste, é menos expressiva em Natal e em Fortaleza e mais significativa em Aracaju, Maceió, Salvador e São Luís.

2 Cerração (derivado de *cerrar + ção*) – No Nordeste, só ocorre *cerração* em Aracaju (-10%) e João Pessoa com o mesmo percentual. Mais presente em Porto Alegre (+60%), Campo Grande e Cuiabá.

3 Neve (do latim *nix, nivis*) – Essa estranha escolha lexical, se considerada a componente significativa latina relacionada ao branco ou ao frio, foi mais comum no Norte e no Nordeste, conquanto com baixa frequência, sem, entretanto, ocorrência em São Luís, Aracaju e Maceió. Não se encontra presente no Centro Oeste nem no Sul. No Sudeste só se realiza em Vitória com menos de 15%.

4 Nevoeiro (*névoa + -eiro*) – Há nevoeiro em Vitória (mais de 25%), Recife, João Pessoa, Fortaleza, São Luís e Teresina. Ocorre também em Florianópolis, em Cuiabá, Campo Grande, Goiânia e em Manaus, o que demonstra um provável movimento convexo, se observado o Brasil, desde Recife.

5 Névoa (do latim *nébula*) – No Nordeste, principalmente, com forte presença em Fortaleza (50%), acontece também com pouca expressividade no Rio de Janeiro, em Curitiba e em São Paulo.

6 Fumaça (*fumo + -aça*) – A presença de *fumaça* é percebida apenas em Natal e Recife (menos de 5%). Isso leva a avaliar se não houve a motivação de gatilho, já que *fumaça* se encontra presente na formulação “parecida com fumaça”, conforme antes visto.

7 *Sereno* (do latim *serenus, a, um*) – Apenas em Manaus e em Macapá, na trilha do rio Amazonas, com pouca expressividade.

Como se pode observar, *neblina*, *sereno* e *neve* ocorrem tanto como variantes para *orvalho* ("vapor de água atmosférica que se condensa e se deposita em gotículas, de manhã cedo e à noite, orvalho"), quanto como variantes de *neblina* ("nevoeiro que dificulta a visão ou orientação espacial"). A carta L04 do ALiB, de natureza semasiológica, apresenta *neblina* com ambas as significações. Isso leva a considerar em perspectiva lexicográfica essa variante como elemento homônimo, merecendo, portanto, tratamento diferenciado, ou seja, indicações sobrescritas (*Neblina*¹ : *Neblina*²), no caso de elaboração de vocabulários, glossários ou dicionários, como se prevê no *Projeto Dicionário Dialectal Brasileiro*.

*Neblina*¹ e *Neblina*² são coocorrentes em grande parte do País, com maior ênfase, no Sudeste e no Norte, em que se realizam em todas as capitais da região, nas duas possibilidades significativas, exceto em Rio Branco. No Nordeste, ocorrem em Teresina e em Maceió; no Sul, apenas em Curitiba; no Centro Oeste apenas em Cuiabá. *Neblina*² não ocorre no restante do Nordeste, do Sul e do Centro Oeste.

Provavelmente, isso seja decorrente de uma acomodação sêmica provocada por perdas e ganhos de traços significativos nos usos linguísticos em função de processo de aquisição do léxico.

1.2 Atividades agropastoris

1.2.1 *Tangerina/Mexerica*

Como respostas à questão 39 “[...] as frutas menores que a laranja, que se descascam com a mão, e, normalmente, deixam um cheiro na mão? Como elas são?”, foram documentadas 9 (nove) formas que se configuram como dialetais:

1 *Tangerina* (da expressão laranja *tangerina* ‘do Tânger’) – Em todo o Brasil, com menor incidência no Pará e Curitiba. Seu uso é categórico no Rio de Janeiro, em Boa Vista e em Macapá. Coocorre apenas com *mexerica* em Salvador, Fortaleza e Belém.

2 *Mexerica* (regressivo de *mexericar*, ‘promover intriga’) – Em contraste ao Rio

de Janeiro, em que o uso de *tangerina* é categórico, como visto, a presença de *mexerica* é majoritária nas demais capitais do Sudeste brasileiro: Vitória, São Paulo e Belo Horizonte. É mais comum também, em Campo Grande, Goiânia e Piauí, com usos percentuais entre 25% e 50% aproximadamente.

3 *Poncã* (do japonês *ponkan*) – Encontra-se, com boa frequência, no Centro Oeste, em Rio Branco e Porto Velho, no Norte, e, também, presente no Sul. No Nordeste, só há *poncã* em Teresina e Aracaju (com percentuais aproximados a 5%), mas muito expressivo em Maceió (+ de 50%) que, estranhamente, é a capital com maior índice de uso dessa variante.

Esse fato revela que nem sempre a distância geográfica equivale à distância linguística.

4 *Maricote* (forma não dicionarizada, talvez variante de *maricota*, ‘mexeriqueira’) – É uma forma típica de São Paulo e do Centro Oeste, mas cujos percentuais são poucos representativos.

5 *Laranja-cravo* (*laranja*, do árabe *narandja*; *cravo*, do latim *clavus*) – É uma variante nordestina de Recife, João Pessoa e Natal, exclusivamente. Apenas Natal não supera os 60% de uso de Recife e João Pessoa, ficando com algo em torno de 40% dos usos.

6 *Tanja* (resultado metaplásmico de redução de *tangerina* + *laranja*) – São Luís e Teresina são as capitais em que essa variante ocorre no Brasil. Nesta, com 20%, aproximadamente; naquela, com quase 50%.

7 *Carioquinha* (de *carioca*, < tupi *karioka*, + *-inha*) – Só ocorre em São Paulo, com pouco mais de 10% das ocorrências.

8 *Mimosa* (talvez do latim científico *mimosa*, por extensão, ‘planta da família das leguminosas’) – Forma majoritariamente utilizada em Curitiba, com mais de 40%, coexistindo com *mexerica*, *tangerina*, *poncã* e *bergamota*.

9 *Bergamota* (do italiano *bergamoto*, ‘variedade de pera’) – Variante principalmente usada em Porto Alegre, por mais de 70% dos informantes. Em Florianópolis é também bastante produtiva com mais de 40%. Em Curitiba, é residual.

1.2.2 *Penca de Banana*

Ainda, em relação às atividades agropastoris, a partir da questão 42, “[...] cada parte que se corta do cacho da bananeira para pôr para madurar/amadurecer?”, foram obtidas como respostas 4 (quatro) variantes:

1 *Penca* (origem obscura) – Presente em todo o País, com exceção de Belém e Recife,

em que se observou *knockout* em favor da forma *palma*, *penca* tem, contrariamente a essas cidades, uso categórico (100%) em toda a região Centro Oeste e em Curitiba e Florianópolis, no Sul, em Vitória, no Sudeste, e em Salvador, no Nordeste.

2 Palma (do latim *palma*) – Setentrionalmente distribuída, essa forma tem uso categórico em Recife e Belém, como antes visto. Na região Norte, seu uso é muito expressivo, com índices superiores a 70%, não existindo apenas em Macapá.

3 Cacho (talvez do latim *capulu*, ‘punhado’) – Poder-se-ia traçar para essa variante uma isoléxica que representasse um corredor entre a faixa leste e o centro do País. Pode-se dizer que se trata de uma forma típica do leste do Brasil, senão por não estar presente em Florianópolis, Curitiba, Vitória, Salvador, Recife, nesse percurso.

4 Concha (do latim *conchula*) – Encontra-se apenas em duas capitais do Nordeste brasileiro: João Pessoa, em que é bastante frequente, com pouco menos de 50%, e em Natal, com percentual reduzido.

1.2.3 Extremidade da inflorescência da bananeira

Em relação à questão: “[...] a ponta roxa no cacho da banana?”, formulação da questão 44, foram dadas como respostas 9 (nove) exuberante formas:

1 Mangará (do tupi *manga’ra*) – Forma típica do Norte e o Nordeste do país, exceto em Belém, é de uso categórico em Natal, João Pessoa, Manaus e Boa Vista. No Nordeste, não ocorre em Salvador, Aracaju e Maceió. Sem ocorrência no Sudeste, Centro Oeste e Sul do país.

2 Umbigo (do latim *umbilicus*) – Única forma atestada em Belém é também a forma categórica em Belo Horizonte. Seu uso é majoritário em Florianópolis, Vitória, Campo Grande, Goiânia e Cuiabá. Tem menor incidência em Salvador, Porto Alegre, Macapá.

3 Flor da banana ~ da bananeira (*flor*, do latim *flos*, *floris*; *banana*, origem controversa, mas talvez de étimo árabe *banana*, ‘dedo’) – Com maior incidência em São Paulo, em Macapá (50%) e Porto Velho (40%), *flor da banana* ou *da bananeira* ocorre em Porto Alegre e Curitiba, no Sul; no Nordeste, apenas em Recife. A representatividade do uso em Curitiba e Rio Branco é de 25%, Também ocorre em Cuiabá, Vitória.

4 Coração da bananeira ~ do boi ou ~ do cacho (*coração*, talvez do latim falado **coratione*) – Ocorre no Nordeste em Salvador e Aracaju, como mais de 25% das ocorrências. Em São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Goiânia, ultrapassa os 50%. Em Cuiabá, algo em torno de 20%.

5 *Pendão* (do espanhol *pendón*) – Em São Luís e Teresina, representa 50% dos usos. Em Aracaju, 25%.

6 *Buzo da bananeira* (do latim *bucinum*) – É a forma categoricamente reconhecida em Maceió, com presença de 25% em Aracaju.

7 *Mangai* (forma não dicionarizada; talvez resultado metaplásmico de *mangalho*, ‘pênis grande’) – Está presente em Recife e em Natal, apenas.

8 *Pêndulo* (do latim *pendulus*) – Com aproximadamente 25% dos usos em Aracaju e em Fortaleza, aparece na fala de mais de 10% de Campo Grande.

9 *Buzina* (do latim *bucina*) – Variante soteropolitana, supera 30% dos usos dessa capital baiana. Esta presente também em São Paulo, com 50%.

1.2.4 *Aipim*

No tocante à questão 50 “[...] aquela raiz branca por dentro, coberta por uma casca marrom, que se cozinha para comer?”, obtiveram-se como respostas as seguintes variantes:

1 *Macaxeira* (do tupi *maka’xera*) – Forma tópica do Norte e Nordeste, não ocorrendo apenas em Salvador, nas capitais desta região. Não foi identificada no Centro-Oeste, no Sudeste, nem no Sul, dividindo o Brasil em duas grandes partes.

2 *Mandioca* (do tupi *mandi’okai*) – É no Centro Oeste o resultado para 100% das respostas, assim como em Belo Horizonte e São Paulo. É reconhecida, ainda, em parte do Nordeste (Fortaleza João Pessoa Teresina), com discreta presença em Belém e Porto Velho, na região Norte.

3 *Aipim* (do tupi *ai’pi*) – Tem um comportamento, por assim dizer, irregular no Brasil. Presente em Natal (30%), diminui a incidência em Maceió e Aracaju (10%), é categórica em Salvador, Florianópolis e Porto Alegre e com grande expressividade em Vitória, Rio de Janeiro e Curitiba. Aparece discretamente em Belém.

Interessa reconhecer que, onde ocorre, *mandioca* é interpretada, exclusivamente como ‘raiz venenosa’, em Porto Alegre e Florianópolis, no Sul; em Salvador, Aracaju, Maceió, Recife, Natal e São Luís, no Nordeste; em Macapá Boa Vista, Manaus e Rio Branco, também, no Norte. No restante do país não há unanimidade significativa para esse item lexical, podendo ser interpretada como raiz venenosa ou não.

1.3 Fauna

1.3.1 Galinha D'Angola

Quanto à Questão 67 “[...] a ave de criação parecida com a galinha, de penas pretas com pintinhas brancas?”, percebe-se mais uma vez a riqueza vocabular dos dialetos brasileiros e alguns usos majoritários regionais.

1 *Galinha D'Angola* (*galinha*, do latim *gallina*) – Existe em todo o Brasil, à exceção de Maceió. É visivelmente uma unidade da metade meridional brasileira. Categórico o uso em diversas capitais, como em Belo Horizonte, Campo Grande, São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba, é bastante expressivo, também, em Cuiabá e Porto Alegre.

2 *Tô-fraco* (resultado metaplásmico do sintagma verbal “estou fraco”, por processo onomatopaico; *fraco*, do latim *flaccus, a, um*, ‘mole’) – Forma típica do Nordeste, não foi indentificada apenas em Natal e Teresina. No Norte, só se encontra em Boa Vista, com percentagem baixa de realização.

3 *Capote* (do francês *capote*) – Desloca-se de Fortaleza em direção ao norte, passando por Teresina. Nessas duas capitais nordestinas, aproxima-se de 50%. A maior incidência nacional se encontra em Rio Branco, onde só disputa com Galinha D'Angola, esta com algo em torno de 10%.

4 *Picote* (não dicionarizada com essa acepção) – Característica do Norte brasileiro, essa variante só não é majoritária nessa região em Rio Branco, que, como se viu, opta por *capote*. Está presente, ainda, em Porto Velho (75%), mas não foi identificada no Nordeste, no Sudeste, nem no Sul.

5 *Guiné* (topônimo africano) – É variante nordestina, mais presente em Aracaju, Recife, João Pessoa e Natal, em que supera, crescentemente os 50%. Em Salvador é de uso discreto e não ocorre em Fortaleza, nem em São Luís.

6 *Capão* (do latim *cappo, -onnis*) – Só acontece em Teresina e em Fortaleza, mas com incidência pouco representativa.

7 *Galinha D'água* (*água*, do latim *aqua*) – Idiossincrasia de Maceió e de Natal, chega a representar 15% das ocorrências.

8 *Saqué* (variante não dicionarizada, de origem obscura) – Forma variante de um quarto dos informantes de Salvador, ocorre também em Teresina, com menos de 10%.

9 *Catraia* (acepção não dicionarizada, conquanto se identifique a acepção para

meretriz nessa forma de origem obscura) – Na pesquisa do ALiB, só foi encontrada em São Luís, em que é utilizada por quase 50% da população.

10 Galinhola (*galinha* + *-ola*) – Justificando idiosincrasias, aparece em Vitória e representa quase 50% dos usos.

11 Angolista (do topônimo *Angola* + *-ista*) – Utilizada por mais de 50% da população de Florianópolis, é reconhecida em Porto Alegre, por 20% dos falantes. Não ocorre em qualquer outra região do Brasil.

12 Cocar (do francês *cocarde*) – É o formato dado por mais de 25% da população de Goiânia, ocorrendo, muito discretamente, também, em Cuiabá.

Essa proliferação de formas se revela de interesse para o conhecimento variacional do léxico do português brasileiro e corrobora a posição de Rossi (1967, apud CARDOSO, 2010, p. 47) de que “a dialetologia não se resume aos atlas linguísticos”, mas antes ajuda a ver o “homem na sua inteireza” (Cardoso, 2010:48), já que é o léxico uma parte importante da identidade ontológica.

Isso remete a uma relevante noção a que se atrela a *Dialetologia* e que se encontra, *mutatis mutandis*, presente no prefácio que Antônio Cândido fez para o célebre livro de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, que embora longa merece ser repetida sempre:

A certa altura da vida, vai ficando possível dar balanço no passado sem cair em autocomplacência, pois nosso testemunho se torna registro da experiência de muitos, de todos que, pertencendo ao que se denomina uma geração, julgam-se a princípio diferentes uns dos outros e vão, aos poucos, ficando tão iguais, que acabam desaparecendo como indivíduos para se dissolverem nas características gerais da sua época (Cândido, 1995:9).

1.3.2 Libélula

Foram 18 (dezoito) as variantes apuradas nas respostas à Questão 85 “[...] o inseto de corpo comprido e fino, com quatro asas bem transparentes, que voa e bate a parte traseira nas águas?”

1 Libélula (do latim científico *libellula*, do latim *libella*, no diminutivo) – É uma variante disseminada em quase todo o Brasil, mas com maior concentração no Sudeste e no Sul, sendo de utilização categórica em Belho Horizonte. No Nordeste, apenas não ocorre em Aracaju, Maceió e Natal. Não se encontra, também, em Belém, em Macapá e em Rio Branco, conquanto em Boa Vista, Manaus e Porto Velho esteja em torno dos

25%.

2 Helicóptero (do francês *hélicoptère*) – Variante majoritária em Goiânia, não é uma forma muito disseminada no país. Está presente no Sul (Curitiba e Florianópolis) e em São Paulo, único estado do Sudeste a registrar o vocábulo. Para além desses espaços, aparece em Rio Branco e em Natal.

3 Bate-bunda (*bater*, do latim *batere*; *bunda*, do quimbundo *mbunda*) – Divide com *lava-bunda* a hegemonia em Campo Grande, no Centro-Oeste. No Sul, apenas em Curitiba, com 40% aproximadamente de uso.

4 Lava-bunda (*lavar*, do latim *lavare*) – É uma variante capixaba, no Sudeste, e curitibana, no Sul. Em ambas as capitais a ocorrência se encontra acima de 25%. Também acontece em Campo Grande, com antes visto, e discretamente em Goiânia.

5 Lava-cu (*cu*, do latim *culus*) – Teve ocorrência significativa em Aracaju, com mais de 50%, exclusivamente.

6 Lavadeira (*lavado* + *-eira*) – Forma com distribuição espacial bastante irregular, é encontrada em Porto Velho, no Norte, e muita expressividade no Rio de Janeiro, em que representa 50% das ocorrências da capital. Acontece, ainda, em Vitória, com 25%, aproximadamente.

7 Zigue-zigue (talvez de origem onomatopaica) – Característica do litoral nordestino, ocorre algo em torno dos 75% em Maceió, em Natal e em João Pessoa. Em Aracaju, Recife e Fortaleza sua presença é mais discreta. Não foi identificada em Salvador, em Teresina, nem em São Luís.

8 Cigarra (talvez do espanhol *cigarra*) – Acontece no Sul, em Porto Alegre, onde é variante mais utilizada (60%), no Sudeste apenas em São Paulo (30%) e em Vitória (15%); para além de Belém e Macapá com 25%.

9 Jacinta (origem obscura) – Típica dos dialetos do Norte, só não é majoritária em Rio Branco, onde representa 20% dos dados levantados. Não ocorre fora desse espaço regional.

10 Cavallo (do latim *caballus*) – Variante que disputa com Libélula em Salvador a seleção lexical para denominar esse inseto. No Nordeste, está presente também em Recife.

11 Cavallo-do-cão (cão, do latim *canis*) – Só registrada em Rio Branco, com 60% das ocorrências, e discretamente em Porto Velho (10%), no Norte, e em Recife (10%), no Nordeste.

12 Cachimbal (talvez por analogia a *cachimbau*, conhecido como peixe-trombeta) –

Apenas em Aracaju (10%) e em Maceió (25%).

13 Catirina (talvez por analogia à personagem do Bumba-meu-boi, forma variante do antropônimo Catarina) – É a forma usualmente selecionada pelos habitantes de Teresina, que convive também com *Libélula* (10%).

14 Macaco (etimologia provavelmente do subgrupo linguístico banto) – Variante majoritária de São Luís, representando 75% das ocorrências. *Libélula* foi a outra variante identificada (25%).

15 Mané-magro (metaplasmo do antropônimo *Manuel* + *magro*; este do latim *macrum*, de *macer*) – Em Fortaleza, representa mais de 50% das ocorrências.

16 Besouro (talvez do espanhol *abejorro*, aumentativo de *abeja*, “abelha”) – Variante de Florianópolis, exclusivamente, com mais de 50% de representatividade nos dados.

17 Assa-peixe (*assa*, forma finita de assar, esta do infinitivo latino *assare*; *peixe*, do latim *piscis*) – Representa 50% dos usos em Cuiabá, única capital em que se identificou o item.

18 Olho-de-peixe (*olho*, do latim *oculus*) – Metade da população de Cuiabá utiliza essa variante, que disputa a hegemonia com *Assa-peixe* como antes visto.

1.3.3 Bicho da goiaba (*Bicho de fruta*)

Registrada no QSL como Bicho de Fruta, a Carta L13 do ALiB é apresentada sob a denominação de Bicho da goiaba. As variantes apuradas nas respostas à Questão 86 “[...] aquele bichinho branco, enrugadinho, que dá em goiaba, em coco?” foram as seguintes:

1 Bicho da goiaba (*bicho*, do latim *bestium*; *goiaba*, talvez do tupi *acoyaba*) – Só não ocorre em Rio Branco e em Recife, no Brasil. É variante hegemônica no eixo sudeste, sendo forma categórica em Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, mas com índices de uso bem elevados nas demais capitais dessas regiões. Em Vitória, onde exibe menor expressividade, chega a 60% dos usos. No Nordeste, as maiores incidências são em Aracaju, São Luís, Teresina e Natal, oscilando, respectivamente, desde 80% a 50%.

2 Larva (do latim *larva*) – Forma lexical de diferentes espaços nacionais. Ocorre no Sul, com baixa incidência, em Florianópolis e Curitiba; Está no Sudeste, também com baixa produtividade, em Belho Horizonte e Vitória; reaparece no Nordeste, com um pouco mais de ocorrências, em João Pessoa, Natal e Fortaleza (algo em torno de 20% a 25%). Também se manifesta no Norte, em Macapá, Manaus e Porto Velho, com baixa

incidência.

3 *Tapuru* (do tupi *tapu'ru*) – É evidentemente uma variante da região Norte, ocorrendo com bastante expressividade em todas as capitais. No Nordeste, ocorre em São Luís (25%), João Pessoa (40%), Maceió (30%) e em Recife, onde é de uso categórico (100%).

4 *Lagarta* (talvez do latim **lacarta*, pela forma padrão *lacerta*) – Percorre essa variante o litoral brasileiro, desde Vitória até Fortaleza, não existindo apenas em Recife, que como se viu só conhece o *tapuru*. A maior incidência é em Salvador, com mais de 60% dos usos identificados. A menor, em Porto Velho (5%), única capital do Norte a exibila.

5 *Broca* (do catalão *broca*) – Está muito discretamente presente em Macapá e Em Porto Velho, no Norte do Brasil.

6 *Gongolô* (talvez do quimbundo *ngongolo*, ‘centopeia’) – É uma das mais utilizadas formas em Porto Velho, com mais de 40%.

7 *Bicho da fruta* (*fruta*, do latim *fructa*) – Variante minoritária em Belém (10%).

8 *Coró* (origem obscura) – Forma majoritária do Centro-Oeste. 75% em Cuiabá e 60% em Goiânia e em Campo Grande.

2 Os diferentes étimos e processos formativos da amostra

Embora se trate apenas de uma amostragem, os resultados publicados nas cartas observadas confirmam, como era de se esperar, a riqueza genealógica do léxico do português brasileiro. Assim como Piel (1989) que já assegurava, para caracterização do inventário lexical do português, uma falta de homogeneidade se excluída a dimensão latina, a breve amostra da variação lexical em capitais brasileiras, aqui exibida, confirma a dinâmica a que se submete esse nível de análise, em função dos contextos sócio-históricos que lhe possa servir de esteio.

Para o autor,

o conjunto vocabular do português nunca se manteve estacionário, antes evoluiu constantemente num ritmo ora mais, ora menos acelerado, evolução que não chegou ainda ao seu termo e que representa o esforço comum de homens procedentes de ambientes geográficos e sociais muito diversos (Piel, 1989:9).

Isso se pôde observar nos dados deste trabalho. Conquanto a base vocabular histórica perpetue a etimologia latina que deu origem ao português, como se vê nos usos reiterados de *sereno*, *concha* ou *larva*, resultados de acomodações fônicas, e mais especialmente sua inexorável presença nos itens mais funcionais, em estruturas locucionais, como as compostas pelos verbos *assar*, *bater* ou *lavar*, em *assa-peixe*, *bate-bunda* e *lava-cu*, é curioso poder perceber que muitas dessas composições dialogam com outras línguas com que o português esteve em contato no percurso de constituição do português brasileiro, como no segundo dos exemplos acima, em que o item *bunda*, tão usual no Brasil, se associa ao verbo latino para expressão referencial variante *bate-bunda*, da forma padrão *libélula*. Ou, mesmo, em compostos com itens lexicais de línguas autoctóneas brasileiras, em especialdo tupi, como em *bicho da goiaba*.

Ademais, no levantamento realizado, verifica-se que, para além do étimo latino, muitas variantes advêm de outras línguas românicas, como o francês, o catalão, o castelhano, o italiano, e se mantêm, ainda hoje, em uso em solo nacional.

Interessante notar que das línguas do contato, em que foram majoritárias o tupi antigo e o quimbundo na história, encontraram-se correspondências nesta investigação, como as mais significativas. Quanto a esta última, Tinhorão (1997) já afirmava que, mesmo muito cedo em Portugal, teria o quimbundo fortemente contribuído com a composição lexical da língua, se considerada a

constância das referências a uma língua de negros (...) leva a imaginar que, se tal forma corrompida de falar o português de mistura com termos africanos chegou a constituir quase um dialecto na metrópole, alguma consequência deve ter resultado de tal intercâmbio linguístico. E, na verdade, embora a sintaxe portuguesa continuasse inatingida, pelo facto de as alterações da fala de nego se terem circunscrito sempre à fonética e à morfologia da língua de empréstimo, o léxico não deixaria de acusar, afinal, exemplos resultantes de tão longa troca cultural (Tinhorão, 1997:377).

Obviamente, algumas unidades foram essencialmente construídas pela dinâmica morfológica da língua e outras por processos onomatopaicos, a exemplo de *zigue-zigue* ou *tô-fraco*, subordinados às chamadas competências lexicais de que se servem os utentes da língua nesse processo de apropriação.

Para Correia (2004:42), a

capacidade de um falantes de uma língua compreender e produzir palavras construídas novas, que não conhecia até então, é parcialmente semelhante à

competência sintática. Desse modo, entende-se que, da competência lexical, faz parte a competência derivacional.

3 Traçados isolexicais possíveis a partir da amostra

Não são os grandes centros urbanos os melhores espaços para a identificação de isoléxicas, seja em função da descontinuidade geográfica, seja em função dos processos de koiné, próprios da integração metropolitana.

Não obstante, em linhas gerais, pode-se dizer que a *macaxeira*, o *aipim* e a *mandioca* poderiam ser utilizados para caracterizar isoléxicas nacionais, dividindo o país em três grandes áreas de predominância lexical. A *macaxeira* situar-se-ia no Norte e no Nordeste, a *mandioca* ocuparia parte das regiões Sudeste e seria característica do Centro-Oeste, enquanto o *aipim*, seria uma variante do Sul, em distribuição pelo litoral do Sudeste e parcialmente do Nordeste, tendo Porto Alegre, Florianópolis e Salvador, como expoentes isolexicais.

Outro traçado possível, se refere ao uso de *guiné*, de *picote* e da forma padrão *galinha d'Angola*. Esta última é muito mais presente no Sul e no Sudeste, enquanto *guiné* se configura como variante eminentemente nordestina, ao menos da distribuição espacial entre Aracaju e Natal. *Picote*, por sua vez, é característica das capitais do Norte do País, convivendo, também com outras variantes, em especial com a forma padrão.

No que tange às denominações para *libélula*, percebe-se que *jacinta* é forma majoritária do Norte, assim como *zigue-zigue* é em boa parte do litoral nordestino.

Quanto a *bicho de goiaba*, é esta uma frequente variante do eixo sul-sudeste, conquanto se difunda menos expressivamente por todo o País. A variante *lagarta* desloca-se de Vitória até Teresina, não tendo sido identificada nesse traçado, apenas, em Recife, em que a forma *tapuru*, típica do Norte, foi a única às respostas nessa capital.

Os dados não permitiram outras generalizações.

4 Breve conclusão

Foi função deste trabalho observar os primeiros resultados publicados pelo

projeto ALiB sobre as capitais brasileiras, com o intuito de, a título de amostragem, identificar variantes lexicais utilizadas pelos utentes em algumas áreas temáticas investigadas, com vistas ao levantamento de suas etimologias.

Pôde-se perceber como os contatos linguísticos ocorridos no Brasil no processo de constituição do português deixaram marcas indeléveis no léxico, a exemplo de elementos indígenas e africanos, mesmo em uso nos grandes centros urbanos atualmente, assim como a tradição histórica se tem perpetuado, haja vista a presença de elementos românicos, originalmente trazidos pelos portugueses, no processo de transplantação da língua.

Espera-se que este pequeno trabalho possa contribuir para a difusão da variação no Brasil, advertindo-se, em tempo, que só se poderão traçar isoléxicas mais precisas quando os dados dos 250 pontos do AliB estiverem disponíveis para análise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barbato, Marcello; Varvaro, Alberto. 2004. Dialect dictionaries, *International Journal of Lexicography*, v. 17, nº 4, p. 429-439.

Cândido, Antônio. 1995. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras.

Cardoso, Suzana Alice. 2010. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola.

Cardoso, Suzana Alice et al. 2014^a. *Atlas Linguístico do Brasil: volume 1*. Londrina: Eduel.

Cardoso, Suzana Alice et al. 2014^b. *Atlas Linguístico do Brasil: volume 2*. Londrina: Eduel.

Corominas, Joan; Pascual, José A. 1997. *Diccionario Crítico Etimológico Castellano E Hispánico*. Madrid: Gredos.

Correia, Margarita. 2004. *Denominação E Construção De Palavras*. Lisboa: Colibri.

Cunha, Antônio Geraldo Da. 1998. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira Da Língua Portuguesa*. 2 Ed. Rio De Janeiro: Nova Fronteira.

Machado Filho, Américo. 2010. Um ponto de interseção para a dialectologia e a lexicografia: a proposição de elaboração de um dicionário dialetal brasileiro com base

nos dados do ALiB, *Estudos Linguísticos e Literários*, n. 41, p. 49-70.

Machado Filho, Américo. MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. 2015. Do conceito de “variante” nos estudos do léxico de perspectiva histórico-variacional. *Filologia e Linguística Portuguesa*, Brasil, v. 16, n. 2, p. 261-275, dez. 2014. ISSN 2176-9419. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/83852>>. Acesso em: 15 Mar. 2015. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v16i2p261-275>.

Ronco, Giovanni. 2004. Au delà des dictionnaires: les atlas linguistiques. *International Journal of Lexicography*, v. 17, n. 4. p. 441-455.

Teyssier, Paul. 1989. Origens e estruturação histórica do léxico português. In: *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*, Lisboa, IN-CM, pp. 9-16.

Tinhorão, José Ramos. 1997. *Os negros em Portugal: uma presença silenciosa*. Lisboa: Caminho.

O PECADO EM MEMÓRIA: ESTUDO LEXICOGRÁFICO DE UM TEXTO DE 1521

Lisana Rodrigues Trindade SAMPAIO¹
Cemary Correia DE SOUSA²
Américo Venâncio Lopes MACHADO FILHO³

1. O pecado original

O caráter normativo e opressor dos documentos moralizantes, produzidos pela Igreja ao longo da história, tem há muito ecoado através da voz dos mesmos grupos dominantes, como o dos *barões doutos* a que se refere João de Barros (1540), na sua *gramática*, isto é, aqueles que sempre detiveram o poder sobre as massas e que cunharam, sob o alegado signo da bondade, as regras e disfarces que deveriam conduzir o comportamento social e linguístico durante eras.

Na Europa ocidental, durante a Idade Média, a Igreja era a instituição mais poderosa e, comprovadamente, uma das mais importantes, já que podia operar sobre os medos que ela própria forjava durante o processo de disseminação dos valores da doutrina cristã. No campo das ideias, o estímulo ao desprezo da vida terrena e o ensino dos preceitos da fé, administrado por frades e monges, garantiram a submissão, a obediência cega dos povos. *Unidos em um só corpo*, Igreja e autoridade civil desempenhavam a mesma função.

O historiador Oliveira Marques (1964), ao descrever a *sociedade medieval portuguesa*, registrou que o “papel que a religião desempenhava na maneira de viver do homem medieval era bem mais relevante do que hoje”, pois a “explicação, por forças ocultas, da maioria dos actos que presidem à existência humana, resultava como sucedâneo da ignorância científica” e, assim, “o cristianismo preenchia o mundo, do seu

1 Do CAPES-UFBA/GRUPO NÊMESIS; zanasampaio@gmail.com

2 IC-CNPq-UFBA /GRUPO NÊMESIS; cemarycorreia@bol.com.br

3 Pq-UFBA/GRUPO NÊMESIS; americo.venancio@pq.cnpq.br

início ao seu final destino. Havia também de preencher a vida de cada homem, de presidir ao seu nascimento, ao seu crescimento e à sua morte” (Marques, 1964, p. 163).

Todos pareciam se submeter aos ritos da Igreja, às prescrições de comportamentos de todas as ordens, aos seus julgamentos e sentenças, o que se pode constatar se se recorrer ao espólio sobrevivente à ação corrosiva do tempo. Dentre esses textos, podem-se citar, em língua portuguesa, os quatro manuscritos em português dos *Diálogos de São Gregório*, editados por Mattos e Silva (1971) e por Machado Filho (2008), um *Flos Sanctorum* do século XIV, editado por Machado Filho (2009), o *Livro dos Usos da Ordem de Cister*, do início do século XV, editado por Sampaio (2013), o *Tratado de confissão*, impresso do final do século XV, editado por Sousa (no prelo), o *Breue memorial dos pecados e cousas que pertencẽ ha cõfissã*, impresso do início do século XVI, editado por Nascimento (2010).

Todas essas produções textuais, que servem apenas de exemplo, já que a lista completa seria desnecessária aqui,⁴ tinham o claro intuito de reforçar os ideais religiosos e a submissão à autoridade eclesiástica, prescrevendo e descrevendo as condutas a fim de instruir os homens para que não “condenassem” suas almas. Dessa forma, investigar esse legado é uma tarefa muito profícua no empreendimento de reconstituição da história da língua portuguesa, da cultura e dos movimentos sociorreligiosos que, a si, se relacionavam.

Conhecendo-se bem o processo de edição dos documentos desse período, os critérios editoriais adotados, os objetivos do editor, o público a que estava destinada a edição e as características próprias do texto, é possível elaborar estudos de diversa ordem, pois a edição elaborada com rigor filológico resultará em uma fonte de informação social, histórica, linguística e cultural de um determinado povo em uma determinada época, permitindo que, “à vista desarmada”, conforme afirma Castro (1973, p. 05), se possa aproximar dos textos medievais e de seus conteúdos.

Partindo desse princípio e de que o registro “do léxico de um dado período [possibilita] a apreensão de sua história modelada pela dinâmica das comunidades linguísticas em seus processos de socialização” (Machado Filho, 2003, p. 02), procurou-se verificar como a ideia de *pecado* se manifestava lexicalmente na Idade Média portuguesa.

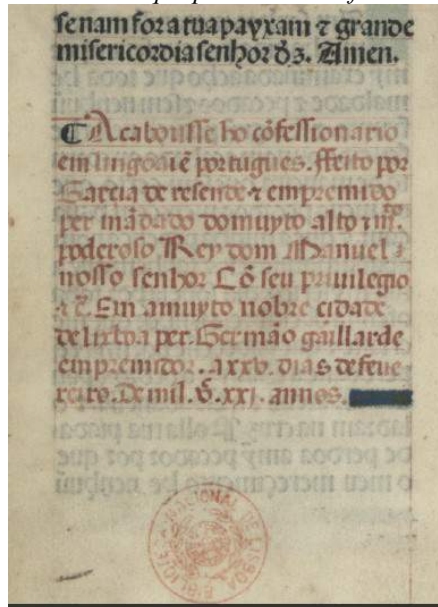
4 Sobre isso se pode consultar Mattos e Silva (2003).

Das obras citadas, optou-se por circunscrever esta pesquisa ao *Breue memorial dos pecados e cousas que pertence(m) ha cõfissã*, precisamente aos pecados considerados mortais, utilizando-se para isso não apenas a edição de Nascimento (2010), mas, ainda, o *fac-símile* da publicação original de 1521.

A escolha desse texto coaduna com o que defendia Mattos e Silva (2008, p. 09) para a realização de pesquisas em Linguística Histórica, isto é, o material a ser observado deve ser datado (datável) e localizado (localizável), no sentido em que se possa com propriedade observar traços de variação e mudança.

O *Breve Memorial* adequa-se a essa perspectiva em função de suas características *ex-libris* estarem patentes no *corpus*. Se se observar a figura 1, verifica-se que dados da autoria, função e o momento de elaboração estão todos registrados:

Figura 01- Características *ex-libris* do *Breue memorial dos pecados e cousas que pertencẽ ha cõfissã*



Fonte: <http://purl.pt/109>

Na figura 01, lê-se:

Acabousse ho cõfessionario em lingoaiẽ portugues. ffeito por Garcia de resende e empremido per mädado do muyto alto e muito poderoso Rey dom Manuel nosso senhor Cõ seu priuilegio e cetera. Em a muyto noble cidade de lixboa per Germão gaillarde empremidor. a XXV. dias de feuereiro. De mil. v. XXI. Anos.

Ademais, uma observação prévia de todo o conteúdo indicou uma proliferação de elementos lexicais relacionados à ideia de pecado que se pretende observar. Atentou-se também para o fato de que para além do valor linguístico, a obra resendiana,

elaborada a mando do rei avisino, D. Manuel, e impressa por Germão Galharde, insere-se no rol dos importantes documentos para estudos filológicos e paleográficos.

2. *Pecados e cousas que pertecem ha cõfissã*

Dentre os comportamentos impostos pela doutrinação cristã, o ato da confissão, altamente recomendado no século XIII, durante o 4º Concílio de Latrão (1215), foi incentivado como uma forma de expurgação dos pecados e, conseqüentemente, regeneração do indivíduo perante à sociedade e à Igreja. Sobre a prática da confissão, Michel Foucault (1988), no seu livro *História da sexualidade: a vontade de saber*, esclarece:

Confessa-se – ou se é forçado a confessar. Quando a confissão não é espontânea ou imposta por algum imperativo interior, é extorquida; desencavam-na na alma ou arrancam-na ao corpo. A partir da Idade Média, a tortura a acompanha como uma sombra, e a sustenta quando ela se esquiva: gêmeos sinistros. Tanto a ternura mais desarmada quanto os mais sangrentos poderes têm necessidade de confissões. O homem, no Ocidente, tornou-se um animal confidente (Foucault, 1988, p. 59).

O ocidente se tornou, para o referido autor, uma sociedade “singularmente confessanda”, sobretudo na Idade Média. Nesse cenário, os tratados e manuais de confissão se converteram em uma estratégia pedagógica para instruir os clérigos e leigos confessores.

Dessa forma, obras como o *Breve Memorial* e outras, como o *Livro de Confissões* (século XIV) ou o *Tratado de Confissão* (século XV), foram confeccionadas durante a Idade Média com a pretensão de

fortalecer a confissão como exercício conduzido pelo pároco confessor, na tentativa de que o fiel consiga com a sua ajuda examinar cada desvio de conduta no passado e possa, paralelamente, memorizar as formas virtuosas de vida para se comportar dignamente nos tempos vindouros (Teodoro, 2012, p. 207).

Lopes (2009) considera que os manuais são documentos didáticos e mostra como seria o processo de confissão

De maneira geral, começando pelo exame de consciência do fiel, o confessor conduz o processo, perguntando ao penitente se incorreu em algum dos sete

pecados capitais, se violou algum dos dez mandamentos, se pecou por algum dos cinco sentidos (e, se a pessoa que se confessa é um padre, acrescenta-se os doze artigos do clero) (Lopes, 2009, p. 349).

Assim, o texto de Garcia de Resende, para quem as questões morais, foram edificadoras de sua visão de mundo, induz o penitente ao rito da confissão, sugerindo logo de início, a oração que deve ser feita antes de adentrar a confissão, na qual se deve suplicar por entendimento, memória e vontade.

Posto em joelhos – posição comum ao âmbito eclesiástico – o confessor, com o rosto baixo e, no caso das mulheres, com o rosto coberto para evitar os escândalos historicamente ligados a qualquer liberdade do gênero, necessita declarar a sua dor e a sua culpa, para que fosse auferida ao seu ato a imagem da sinceridade.

Conforme a fórmula prevista em Lopes (2009), é anunciado no texto que o *memorial* será apresentado em modo de perguntas auto avaliativas, para que o penitente não incorra em algum esquecimento, registrando a consciência moral que devia ser cultivada pelos homens, mancebos, velhos e viúvos no século XVI.

Consta no impresso quinhentista uma parte dedicada aos “dez mandamentos”, aos “doze frutos do espírito”, às “bem-aventuranças” (e a outras informações necessárias à manutenção de um comportamento que fosse aprovado pelas autoridades nos bispados e arcebispados), todas acompanhadas de prescrição e orientação de guarda e (ou) seguimento estritos (Nascimento, 2010). Apresenta ainda os cinco sentidos corporais que ‘provocam pecado’, formalizados como verbos, tais como: *ouvir, ver, apalpar, cheirar, gostar* e os substantivados como *soberba, avareza, luxuria,, ira, gula, inveja, preguiça*, todos mortais.

Sobre esses *tipos de pecados*, o historiador medievalista Jacques Le Goff (1994, p. 159) afirma que se formaram lentamente a partir do século V até o século XII, momento em que os dogmas da Igreja se impunham no imaginário dos homens ocidentais em função da supremacia da instituição religiosa, o que, provavelmente, acarretou a manutenção dos *pecados capitais*.

Destarte, tendo em vista a relevância histórica, linguística e cultural desse documento, produzido no período Renascentista, o presente trabalho visa apresentar um extrato do vocabulário da obra, elaborado de acordo com os pressupostos da lexicografia histórica, com o intuito de contribuir para o trabalho de reconstrução da trajetória da língua portuguesa no período arcaico, objetivo principal do Projeto

Dicionário Etimológico do Português Arcaico (Projeto DEPARC), em andamento na Universidade Federal da Bahia, a que se filia.

Nesse sentido, este estudo representa um modesto contributo para as discussões engendradas no âmbito do ensino de língua portuguesa e da constituição do seu léxico, contribuindo assim para uma das frentes de investigação do Grupo Nêmesis: Estudos do Léxico e da História da Língua Portuguesa.

3. Para se lembrar de todos os pecados [mortais]

No processo de investigação e registro do espólio de uma língua em perspectiva histórica, deve-se levar em consideração que, durante toda a Idade Média e mesmo muito tempo do que se considerou de português moderno, a língua portuguesa desconheceu um tratado ortográfico que servisse de condutor das práticas de escrita, tendo sido o primeiro apenas publicado em 1910, por Gonçalves Vianna. Isso equivale dizer que diferentes unidades vocabulares podiam ser grafadas como um único item lexical ou mesmo uma única palavra poderia aparecer no texto dividida em duas ou mais partes, o que demanda especial atenção no tratamento dos dados, sobretudo se se utilizarem programas fragmentadores de textos para geração de listas de palavras.

A partir dessas considerações, fomenta-se a ideia de que a análise e a sistematização do léxico de um momento pretérito não devem ser realizadas senão pela ótica da Lexicografia histórica, que é, conforme apresenta Machado Filho (2012, p. 382),

um campo de pesquisa deveras idiossincrático, já que, diferentemente da lexicografia contemporânea, a conservação da diversidade de usos da escrita, isto é, o pleno registro da variação gráfica, é muito mais requerido naquela do que nesta, passando essa ideia a se configurar como uma das linhas metodológicas norteadoras do trabalho de pesquisa diacrônico do léxico, nomeadamente no que se refere à construção de dicionários históricos da língua, em especial daqueles que objetivem registrar o período que antecede as novas posturas sociais, comportamentais e linguísticas do período renascentista em Portugal.

Norteados por esses pressupostos, o vocabulário elaborado considerou a lematização de todas as formas gráficas, ainda que essas ocorressem uma única vez no

corpus, estabelecendo um sistema remissivo bastante complexo, mas de fácil consulta para os interessados em prescrutar o léxico do português arcaico.

A edição de Nascimento (2010) foi processada pelo *Wordsmith 4.0*, com vistas à fragmentação do texto, identificando-se 1514 *tokens*, isto é, signos lematizados, potenciais unidades do léxico para o devido tratamento lexicográfico.

Na Figura 02 abaixo, por exemplo, é possível notar que os conectivos, as preposições, os determinantes representam as unidades mais recorrentes no texto, como seria de esperar. Vejam-se o *E*, linha 1, *OU*, linha 3, *QUE*, linha 5.

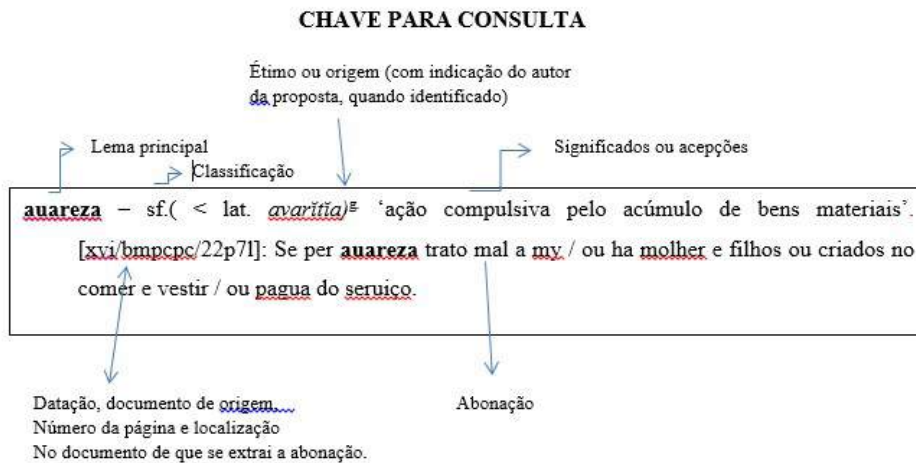
Figura 02: Imagem da *Wordlists* na ordem de frequência

N	word	Freq.	%	Texts	%	Lemmas	Set
1	E	472	8,63	1	100,00		
2	S	233	4,26	1	100,00		
3	OU	189	3,46	1	100,00		
4	#	179	3,27	1	100,00		
5	QUE	168	3,07	1	100,00		
6	A	148	2,71	1	100,00		
7	O	113	2,07	1	100,00		
8	DE	103	1,88	1	100,00		
9	SE	86	1,57	1	100,00		
10	POR	79	1,45	1	100,00		
11	ME	66	1,21	1	100,00		
12	DO	62	1,13	1	100,00		
13	EM	59	1,08	1	100,00		
14	OS	57	1,04	1	100,00		
15	TENHO	56	1,02	1	100,00		
16	SAM	47	0,86	1	100,00		
17	P	44	0,80	1	100,00		
18	AS	39	0,71	1	100,00		
19	NOM	38	0,70	1	100,00		
20	ALGU	34	0,62	1	100,00		
21	HE	34	0,62	1	100,00		
22	COUSAS	32	0,59	1	100,00		
23	DA	28	0,51	1	100,00		
24	DEOS	28	0,51	1	100,00		
25	COM	27	0,49	1	100,00		
26	NÓ	27	0,49	1	100,00		
27	LHE	26	0,48	1	100,00		
28	PARA	26	0,48	1	100,00		
29	TE	25	0,46	1	100,00		
30	FAZER	22	0,40	1	100,00		
31	MAL	22	0,40	1	100,00		
32	TO	22	0,40	1	100,00		
33	CÔ	21	0,38	1	100,00		
34	COMO	21	0,38	1	100,00		
35	MAIS	21	0,38	1	100,00		
36	PER	20	0,37	1	100,00		
37	FIZ	17	0,31	1	100,00		
38	MEU	16	0,29	1	100,00		
39	MINHA	16	0,29	1	100,00		
40	CRER	14	0,26	1	100,00		
41	HA	14	0,26	1	100,00		

Os fundamentos principais considerados para a concepção do vocabulário priorizaram o lema principal e o correspondente registro de variantes, isto é, lemas secundários, a classificação gramatical, o étimo, remissões possíveis, a definição, a abonação, devidamente identificada quanto a página e linha.

A Figura 03, abaixo, que bem exemplifica a configuração da microestrutura do verbete:

Figura 03 - Verbete-chave



A microestrutura, definida como o “conjunto de itens e indicadores”, em que *item* representa “cada uma das informações fornecidas sobre um lema em um verbete” e *indicadores tipográficos* as marcas tipográficas (itálico, negrito, colorido etc) e *não-tipográficos* (sinais, símbolos, parênteses etc), assume a definição com base no contexto, quando possível, podendo, inobstante, incorrer em estratégia de sinonímia.

Como ilustrado na Figura 3,

o lema, deslocado em 1 cm à esquerda, é, em caso de variação gráfica, seguido dos lemas secundários, indicados pelo sinal do til; pela classificação gramatical abreviada por ponto; pela etimologia entre parênteses, a que se apõe a fonte de pesquisa abreviada e em sobrescrito; pela remissão, quando se justifique, indicada por seta e fechada por ponto; pela definição ou definições entre apóstrofos, separadas por ponto-e-vírgula e fechadas por ponto; pela datação, pela indicação do texto de que se extrai a abonação e localização da página, linha ou coluna no original, entre colchetes; e por cada abonação correspondente, com o item em negrito, fechada por ponto final.

As fontes de consulta etimológica – que sucedem a etimologia apresentada no vocabulário – são alçadas ou sobrescritas, em fonte menor, e foram extraídas dos dicionários etimológicos mais conceituados e disponíveis, nominalmente o *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*, de Antonio Geraldo da Cunha (1982); o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, de Antonio Houaiss e Mauro de Salles Villar (2009); o *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, de Antenor Nascentes (1952); e para a consulta dos itens onomásticos, foram utilizados o *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa* (2003), de José Pedro Machado, o *Diccionario de nombres propios*, de Roberto Faure (2002), o *Dictionnaire*

Etymologique, de Albert Dauzat (1938), o *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*, de Rosário Mansur Guérios (1981).

Os itens lexicais patentes no *Breve Memorial* possuem, em sua maioria, étimos latinos, a partir dos quais é possível recuperar alguns processos metaplásmicos perscrutando os movimentos da mudança linguística em seu avanço contínuo, lento e gradual e interpretando a constituição histórica da língua portuguesa.

4. Os pecados mortais: os que pertencem à humanidade

Como forma de controlar os seus fiéis, a Igreja incorporou à sua prática pedagógica a apresentação de pecados graves, hábitos pecaminosos considerados pais de outros vícios, os quais ficaram conhecidos como *os sete pecados capitais*.

A condenação de institutos básicos do homem foi um importante instrumento no exercício do poderio religioso durante a Idade Média. A partir deles foram estabelecidas as sete virtudes: a humildade, generosidade, caridade, mansidão, castidade, temperança, diligência e as sete obras da misericórdia que se resumem em aconselhar, ensinar, castigar, controlar, sofrer, perdoar e rogar.

Como tais práticas *pecaminosas* profanavam as leis divinas apregoadas pelo catolicismo, tais pecados foram considerados mortais e deveriam ser confessados para que houvesse arrependimento. Por isso, no *Breve memorial* essas práticas são descritas detalhadamente a fim de que não se confunda o penitente e considere, a partir do conhecimento dos sentidos corporais que o leva a pecar, apenas o cultivo das *bem-aventuranças* e dos *frutos do espírito*.

Esses pecados são apresentados seguindo a hierarquia determinada pela Igreja, de acordo com a magnitude de cada ato condenável, são eles: a soberba, a avareza, a luxúria, a ira, a gula, a inveja e a preguiça. Tal ordem é mantida na presente explanação, por se tratar de uma informação relevante para a compreensão dos considerados vícios capitais, embora o vocabulário do qual foram extraídos esses itens seja organizado seguindo a ordem alfabética, como já referido.

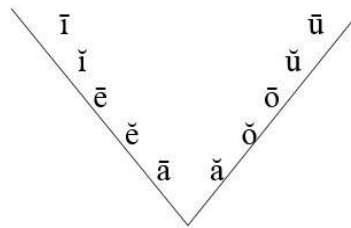
A partir dos registros dos sete pecados capitais no *Vocabulário do Breve Memorial* é possível tecer mais algumas considerações acerca da compreensão e formação desses comportamentos como ilustrado a seguir:

soberba – sf. (< lat. *sūpĕrbĭa*)⁸ ‘sentimento de auto-exaltação perante outrem’.

[xvi/bmpc/20-9]: Os sete peccados mortaes. O primeiro he *soberba*. Se sam vão glorioso desordenadamēte do que tenho ou do que nō tēho. Se cuydo *que* o que tenho ouue por mynha industria e mereçimēto ou *que* o nō recebi de ninguẽ.

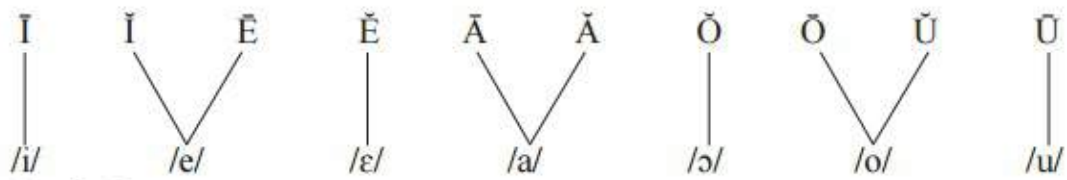
Também definido como ‘a pretensão de superioridade’, a *soberba*, oriunda da forma *sūpĕrbĭa* do latim, passou por diversos metaplasmos até essa forma moderna. Primeiro, pode-se citar as transformações no sistema vocálico, a vogal *u* breve se transforma em *o*; *i* breve se transforma em *ε*;

É conhecido que o sistema vocálico clássico latino, constituído por dez vogais, é um sistema quantitativo ou de duração vocálica, que se diferenciavam pelos seguintes traços: 1. Anteriores, centrais ou posteriores; 2. Altas, médias ou baixas e 3. Longas e breves. Como ilustrado a seguir:

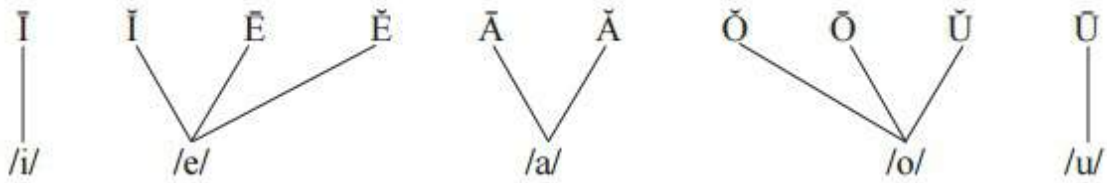


Esse sistema foi sofrendo alterações ao longo do tempo e, quando transplantado para a Península Ibérica, onde se formou a língua portuguesa, passou a ser constituído de sete vogais, não mais dez, pois o traço de quantidade havia desaparecido, permanecendo apenas a distinção da qualidade do timbre: aberto ou fechado (Tarallo, 1995, p.94).

Ocorre então as seguintes transformações em posição tônica:



E em posição átona:



Por estar em posição intervocálica, a consoante surda *p* passa a sua homóloga sonora *b*, o que geralmente ocorria. Assim: *sŭpĕrbĭa* > *soperbia* > *soberba*.

auareza – sf. (< lat. *avaritĭa*)⁵ ‘ação compulsiva pelo acúmulo de bens materiais’.
[xvi/bmpc/22-7]: Se per *auareza* trato mal a my ou ha molher e filhos ou criados no comer e vestir ou paga do seruiço.

A *avareza* é o segundo pecado mortal e *para que não seja confundido com outra falta*, o autor caracteriza cuidadosamente o avaro, aquele que não dá do que tem a quem deve e trata mal a si ou a mulher ou aos filhos ou criados, no comer, no vestir ou no pagamento do serviço.

Grafada *auareza*, observa-se que assim como em *auaro*, *deuo*, *seruiço*, o <u> tem valor consonântico equivalente a <v>, consoante inexistente no alfabeto latino, do mesmo modo que a consoante <j> seguida de vogais. Durante o período em que se compreende o português arcaico⁵, o <u> ~ <v> e o <i> ~ <j> eram variantes gráficas quando seguidas de vogais. As letras <v> e <j> não constavam no alfabeto romano e ficaram conhecidas como Letras Ramistas devido à influência do humanista Petrus Ramus na inclusão dessas letras no alfabeto, daí a sua posterior designação de Letras Ramistas. Na passagem do latim para o português, a forma *avaritĭa* passou por uma assibilação, fenômeno de mudança e variação que consiste em transformar um ou mais fonemas em uma sibilante (*t* + vogal *e/i* > *ç* ou *z*), ou seja, em *avaritĭa* > *avarĭza* > *avareza*. O *i* breve (*ĭ*) de *avarĭza* passa a *e* (*avareza*).

luxuria– sf. (< lat. *luxurĭa*)⁵ ‘comportamento sexual imoderado’. [xvi/bmpc/23-5]: O terceiro he *luxuria*. Fica dito atras no formizio.

⁵ Colocar nota sobre o arco temporal e fazer referência a Ana Maria Martins (1999).

ira ~ *yra* ~ *hira* – sf. (< lat. *īra*)^g ‘sentimento negativo e intenso contra alguém’.

[xvi/bmpc/23-7]: O quarto he *Ira*. [xvi/bmpc/23-12]: Se com *yra* a renequey ou pesey ou jurey. Se disse mal alguẽ ou desonras ou lho fiz. [xvi/bmpc/23-9]: Se com *hira* dessejey a morte a mi ou me disse mal se a outrem. Se dey ao diabo o tẽpo dia ou pessoas.

gula – sf. (< lat. *gula*)^g ‘comportamento compulsivo pelo consumo exagerado de comidas e bebidas’.

[xvi/bmpc/24-16]: Se por comer e beber me esqueço de deos ou do que deuo de fazer. Se por *gula* deixo de jejũhar as coresmas e vegílias das festas ou como leyte ou cousas contrairas neste tempo ou tomo nos jejuũs mayores consoadas do que he rezã.

enueja – sf. (< lat. *īnvidīa*)^g ‘sentimento de desgosto e ódio de quem não quer ou não aceita a felicidade, bem-estar ou a prosperidade de outrem’.

[xvi/bmpc/25-16]: Se por *enueja* tenho odio a alguẽ. Se desfaço em algũas pessoas por esta causa. Se por ysso diguo deles mal ou lho faço ou desejo fazer ou lho desejo e me apraz se lho vejo.

O sexto *pecado mortal*, a inveja, grafado *enueia*, como observado na página 25, com a presença das já apresentadas letras ramistas. Observando de maneira mais atenta, pode-se ainda atestar essa origem considerando que houve uma palatalização, fenômeno em que um ou mais fonemas se transformam em uma palatal, comuns quando há d + vogal (e/i). Assim: *īnvidīa* > *enveja*. O i longo (ī) em posição átona passa a i e o i breve (ĭ) passa a ε o que explica então a última forma final inveja.

preguiça ~ *preguyça* – sf. (< lat. *pīgrītia*)^m ‘comportamento inoperante auto-motivado’.

[xvi/bmpc/26-5]: O septimo he *preguiça*. [xvi/bmpc/26-13]: Se por descuydo perdy ou deixey perder algũas cousas. Se por *preguyça* deixo de rezar e ouuir myssa e preguaçã ou me cõfessar.

O último *pecado* apresentado na obra é a preguiça, étimo latino *pīgrītia*. Observando as mudanças que ocorreram se pode confirmar essa informação: *i breve* se transforma em ε. Há nessa transformação um fenômeno denominado *metátese* que consiste na transposição de um fonema dentro de um vocábulo (*pīgrītia* > *preguiça*) e, por fim, a já referida assibilação (t + i/e = c).

Se estou tão acostumado a pecar que tenho os pecados em pouco

Na obra *História e memória*, o historiador medieval Jaques Le Goff adverte que o documento não deve ser considerado como um “material bruto, objetivo e inocente” e sim como fonte que “exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro” (Le Goff, 2003, p. 10). Nele, as relações de poder de determinado grupo se evidenciam, podendo ser percebidas através do tempo.

Na investigação da mudança linguística em perspectiva histórica, a análise e sistematização sob a ótica da *lexicografia histórica* dos *corpora* são de grande valia.

Com isso vale reiterar a importância da articulação desses saberes e dos postulados da Lexicografia histórica para a realização da investigação do léxico, esse “vasto universo de limites imprecisos e indefinidos” (Biderman, 2001, p. 179) registrado em no *Breue memorial dos pecados e cousas que pertencẽ ha cõfissã*, um texto de 1521.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Academia Das Ciências De Lisboa. *Dicionário Da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Verbo, 2001.

Barros, João De (1540). *Gramática Da Língua Portuguesa*; Cartinha, Gramática, Diálogo Em Louvor Da Nossa Linguagem E Diálogo Da Viciosa Vergonha. Reprod. Facsim., Leit., Introd. E Anot. Por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa, Faculdade De Letras, 1971. 482 P.

Castro, Maria Helena Et Al. (1973). *Normas De Transcrição Para Textos Medievais Portugueses*. Boletim De Filologia, Lisboa, N. 12, P. 417-425

Cunha, Antonio Geraldo Da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira Da Língua Portuguesa*. 2. Ed. Rio De Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

Houaiss, Antônio; Vilar, Mauro De Salles. *Dicionário Houaiss Da Língua Portuguesa*. 1 Ed. Rio De Janeiro: Objetiva, 2001.

Lopes, Bárbara Macagnan. Os Pecados Capitais No *Tratado De Confissom*: A Confissão Auricular Na Península Ibérica Do Século Xv. *Revista Do Corpo Discente Do Programa De Pós-Graduação Em História Da Ufrgs*. Disponível Em: <[Http://Seer.Ufrgs.Br/Index.Php/Aedos/Article/View/9858/5709](http://Seer.Ufrgs.Br/Index.Php/Aedos/Article/View/9858/5709)>. Acesso Em: 18 Jun. 2015.

Machado, José Pedro. *Dicionário Etimológico Da Língua Portuguesa: Com A Mais Antiga Documentação Escrita E Conhecida De Muitos Vocábulos Estudados*. 6 Ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. 5v.

Machado Filho, Américo Venâncio Lopes. *Dicionário Etimológico Do Português Arcaico*. Salvador: Edufba, 2013.

_____. Breve Incursão Pelo Léxico Medieval Do Português: O Testemunho De Um Manuscrito Trecentista. *Revista Estudos Lingüísticos E Literários*, 29/30: 15-29, 2003.

_____. Lexicografia Histórica E Questões De Método. In: Tânia Lobo (Org.). *Rosae: Linguística Histórica, História Das Línguas E Outras Histórias*. Salvador: Edufba, 2012.

Mattos E Silva, Rosa Virgínia. Reconfigurações socioculturais e linguísticas no português de quinhentos em comparação com o período arcaico. In: Mattos E Silva, Rosa Virgínia; Machado Filho, Américo Venâncio Lopes (Orgs.). *O Português Quinhentista: Estudos Lingüísticos*. Salvador: Edufba, 2002.

_____. *Caminhos Da Linguística Histórica: Ouvir O Inaudível*. São Paulo: Parábola, 2008.

Nascimento, Hérvickton Israel De Oliveira. *Edição semidiplomática do breve memorial dos pecados e cousas que pertence(M) Há Cõfissã (1521) De Garcia De Resende*. Salvador, 2010. 65p. Trabalho De Conclusão De Curso, Universidade Federal Da Bahia, 2010.

Nietzsche, Friedrich Wilhelm. *Genealogia Da Moral: Uma Polêmica*. (Tradução De Manfred Schröter) São Paulo: Nova Cultural - Coleção Os Pensadores, 1973.

Resende, Garcia De. *Breue Memorial Dos Pecados E Cousas Que Pertence) A Cõfissã*. Disponível Em [Http://Bnd.Bn.Pt/](http://Bnd.Bn.Pt/). Acesso Em 16 De Agosto De 2010.

Sampaio, Lisana Rodrigues Trindade. *Edições Do Livro De Usos Da Ordem De Cister, De 1415*. São Paulo: Nehilp/Fflch/Usp, 2014.

Sousa, Cemary Correia. Edição Do Tratado De Confissão. (No Prelo).

Teodoro, Leandro Alves. *A Função Moral Da Memória Na Prática Da Confissão Penitencial*. Dimensões: Revista De História Da Ufes, V. 28, 2012. P. 205-218.

CARTAS ABERTAS NA IMPRENSA DE MOSSORÓ-RN: ANALISANDO A TRAJETÓRIA DE UMA TRADIÇÃO DISCURSIVA

Lucimar Bezerra Dantas da SILVA

RESUMO

Este artigo resulta da pesquisa PIBIC/UERN intitulada *Estudo da tradição discursiva “carta aberta” em jornais de Mossoró, ao longo do século XX* e tem como principal objetivo descrever e analisar o gênero carta aberta, a fim de conhecer as tradições discursivas que o constituem. O *corpus*, composto por 18 cartas abertas, foi coletado nos jornais *O Mossoroense* e *O Comércio de Mossoró*, entre os anos de 1904 a 1929. A análise visa a conhecer a trajetória desse gênero, buscando respostas para as seguintes questões: quais os propósitos comunicativos das cartas abertas? O que os temas das cartas revelam sobre o contexto sócio-histórico de Mossoró no início do século XX? Quem são os interlocutores? Que tradições discursivas compõem esse gênero epistolar? A fundamentação teórica baseou-se no modelo de Tradição Discursiva (TD), conforme Kock (1997) e Kabatek (2004a, 2004b) e nos estudos diacrônicos de gêneros textuais, entre os quais destacamos Zavam (2009); Silva (2012) e Longhin (2014). As análises mostraram que nas três primeiras décadas do século XX as cartas abertas tiveram destacada função social nos jornais mossoroenses, visando a diferentes propósitos como denunciar, reivindicar, criticar, defender-se de acusações etc., mas, a partir da década de 30 foram rareando e, praticamente desapareceram da imprensa jornalística local.

PALAVRAS-CHAVE: Carta aberta; Tradição Discursiva; História Social; História dos Textos.

Introdução

Alguns dos estudos que adotam o modelo das Tradições Discursivas (KABATEK, 2004a) têm buscado aliar conceitos advindos da Linguística Histórica, da Linguística Textual e da História Social a fim de conhecer as transformações que afetam os gêneros ao longo do tempo e identificar os traços linguísticos recorrentes, ou seja, as tradições discursivas que caracterizam cada gênero em particular. Os estudos diacrônicos de textos partem da premissa de que os gêneros apresentam características

que permitem aos leitores reconhecê-los e situá-los no tempo, pois seguem modelos historicamente convencionalizados. Essa questão tem relação com o que Coseriu (1979), citado por Kabatek (2004b), denominou de historicidade como tradição. A historicidade como tradição refere-se,

a todos as manifestações culturais repetíveis, incluindo as linguísticas. Trata-se aqui das tradições de uma comunidade, da recorrência na criação de objetos culturais, da possibilidade de se referir a fatos culturais anteriores, evocados em fatos novos por conta de semelhança funcional ou formal ou por parcial harmonia. Trata-se aqui daqueles objetos culturais disponíveis em uma comunidade para a repetição, a qual sempre inclui a mudança em duas direções possíveis: ampliando o modelo anterior ou particularizando-o. (Kabatek, 2004b: 162-163)

É, portanto, a possibilidade de particularização dos modelos textuais da tradição que permite associar os textos às condições sócio-históricas-culturais em que foram produzidos.

Nesse sentido, a noção de (TD) deve ser entendida como um modelo textual, social e historicamente convencionalizado que determina as tradições de fala de uma determinada comunidade (Longhin, 2014) ou como afirma Costa (2008: 2) “toda forma de regularidade textual”. Essa perspectiva de estudo, portanto, possibilita relacionar a história da língua à história dos textos e à história social.

Na última década, as pesquisas diacrônicas de gêneros têm mostrado certa ênfase nos gêneros epistolares. Isso pode ser explicado pela quantidade e variedade de cartas disponíveis na imprensa jornalística desde o século XIX, como carta ao redator, carta do leitor, carta do redator, carta de notícias, carta aberta e carta-crônica etc. Além dos diversos gêneros de cartas publicados nos jornais, há ainda corpora de cartas pessoais e cartas administrativas disponíveis em acervos públicos e nos bancos de dados do PHPB (Projeto de História do Português Brasileiro) e do PHPP (Projeto da História do Português Paulista).

Dentre as pesquisas que abordaram gêneros epistolares numa perspectiva diacrônica podemos citar Andrade (2008a, 2008b) que analisou cartas de leitores; Brandão, Andrade e Aquino (2009) que estudaram as tradições discursivas em cartas da administração privada e cartas particulares dos séculos XVIII ao XXI no Estado de São Paulo; Zavam (2009) que analisou a trajetória do editorial em jornais cearenses, considerando que os editoriais, inicialmente, apresentavam estrutura de carta; Silva (2012) que estudou as tradições discursivas em cartas-crônica publicadas em jornais

norte-rio-grandenses nos séculos XX e XXI; e Melo (2014) que identificou as fórmulas textuais das cartas oficiais norte-rio-grandenses no período de 1713 a 1931.

Nesse contexto, pretendemos contribuir com as pesquisas na área, estudando um gênero epistolar ainda pouco investigado.

Aspectos metodológicos

A coleta das cartas foi realizada no arquivo do Museu Lauro da Escóssia, na cidade de Mossoró-RN, em dois jornais: *O Mossoroense*, fundado em 1872¹⁰ e *O Commercio de Mossoró*, fundado em 1904. Como as cartas abertas apresentam muita semelhança com as cartas de notícias¹¹ e com as cartas do redator, decidimos estabelecer como critério para selecionar *corpus* a identificação do gênero como “carta aberta” (cf. Figura 1). Outro critério utilizado para coletar o *corpus* foi considerar a sequência textual predominante. Como a carta aberta se insere entre os gêneros jornalísticos opinativos (Bonini, 2003; Silva, 2002), levamos em conta a predominância da sequência textual argumentativa nos textos identificados como cartas abertas. Com base nesses critérios, constituímos um *corpus* com 18 cartas.

Após a coleta, para a qual foi empregada a técnica da fotografia, os textos foram submetidos à edição semidiplomática (cf. Figura 1), conforme normas estabelecidas pelo PHPB. Nesse sentido, mantivemos a grafia, a acentuação, o uso de maiúsculas e minúsculas e a pontuação originais. Eventuais erros de composição foram marcados com (*sic*) logo após o vocábulo e remetidos para nota de rodapé a fim de registrar a lição por sua respectiva correção. Por fim, a divisão das linhas do documento original foi preservada, pela marca de uma barra vertical entre as linhas e pela marca de duas barras verticais para indicar a mudança de parágrafo.

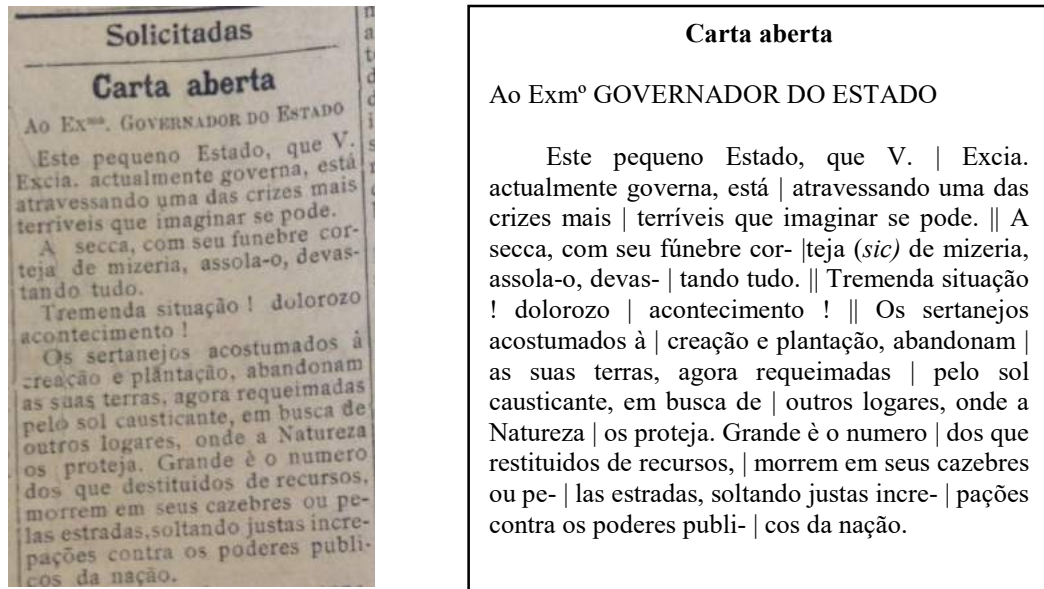
Para a análise dos dados, adotamos o modelo proposto por Zavam (2009) que estabeleceu duas categorias teórico metodológicas para a análise de tradições discursivas: o *contexto* e o *texto*. O contexto inclui três categorias analíticas: a ambiência, os interlocutores e a finalidade comunicativa. O texto também possibilita a análise de três categorias: o conteúdo, a norma e a forma.

10 *O Mossoroense*, ainda em circulação, é o terceiro jornal mais antigo do Brasil.

11 O gênero carta de notícia era utilizado pelos correspondentes do jornal para enviarem notícias de outras cidades da região.

Entendemos que esse modelo permite ao pesquisador uma ampla visão da história de um determinado gênero numa perspectiva diacrônica, uma vez que viabiliza analisar questões específicas da língua além de elementos que dizem respeito à história social em que o texto foi produzido e circulou.

Figura 1: Carta aberta no jornal e edição semidiplomática



Fonte: Jornal *O Mossoroense*, (Edição de 08 de agosto de 1908)

Portanto, para conhecer a trajetória desse gênero textual em dois jornais da cidade de Mossoró-RN, a análise, com base nas duas categorias teórico metodológicas texto e contexto, se propõe a responder as seguintes questões? Quais os propósitos comunicativos das cartas abertas? O que os temas das cartas revelam sobre o contexto sócio-histórico de Mossoró no início do século XX? Quem são os interlocutores? Que tradições discursivas compõem esse gênero epistolar?

É importante ressaltar que no projeto de pesquisa nosso intuito era estudar a carta aberta ao longo de todo o século XX, porém, à medida que os dados foram sendo coletados, verificamos uma diminuição do gênero, de modo que, a partir da década de 30, não localizamos mais nenhum exemplar de carta aberta.

Isso mostra que, assim como ocorre com todos os gêneros, as cartas abertas, bastante utilizadas pela comunidade letrada de Mossoró, no início do século XX, para atender a diferentes propósitos, também sofreram transformações e, provavelmente foram substituídas por outros gêneros. Isso reforça a tese de que as transformações sócio-históricas são determinantes para o surgimento de novas formas textuais mais

eficientes para mediar a comunicação humana. Nesse sentido, os gêneros transformam-se, passam por diferentes processos de transmutação, como demonstrou Zavam (2009), podem cair em desuso e ressurgirem depois de sofrerem mudanças, a fim de atender a novos propósitos, mas também podem desaparecer, quando deixam de ter utilidade na interação humana.

As tradições discursivas e a história dos textos

O conceito de Tradição Discursiva (TD) teve como ponto de partida, em fins do século passado, as reflexões de Coseriu (1979; 1980) acerca dos três níveis de linguagem - universal, histórico e individual - no âmbito da Linguística Românica Alemã. A divisão coseriana entre os três níveis do falar foi o ponto de partida para que Koch (1997), influenciado pelas reflexões de Schlieben-Lange (1983), desenvolvesse o conceito de TD.

Segundo Coseriu (1980), a linguagem, relacionada ao saber elocucional, é uma atividade comum a todos os homens capazes geneticamente de falar. Essa capacidade inerente ao homem diz respeito ao nível *universal*. No entanto, quem fala utiliza uma língua natural específica e isso pressupõe o saber idiomático. Portanto, saber uma língua concreta se insere no nível *histórico*. Quando comparamos usuários de uma mesma língua, podemos perceber que eles apresentam diferentes competências para elaborar textos. Essa competência diz respeito ao nível *individual* e opera o saber expressivo.

Esquemáticamente, os níveis de linguagem, segundo Coseriu, podem ser representados da seguinte forma:

Quadro 1 - Níveis da linguagem, segundo Coseriu

Níveis	Atividade	Tipo de saber	Produto
Universal	atividade do falar em geral	saber elocucional	totalidade do falado
Histórico	língua histórica particular	saber idiomático	(língua abstrata)
atual/individual	Discurso	saber expressivo	“texto”

Fonte: Coseriu (1980: 93)

A teoria da linguagem coseriana apresenta pontos essenciais que podem ser resumidos da seguinte forma:

- a) Embora os três níveis de linguagem sigam regras próprias, eles são interdependentes;
- b) O nível individual não é mera realização de uma historicidade determinada, pois, enquanto há políglotas que realizam diferentes tradições históricas, não há nenhum indivíduo que realize essa ou aquela língua (tradição histórica) em sua totalidade;
- c) Um texto não corresponde a uma só historicidade, pois pode apresentar elementos de várias tradições linguísticas.

A duplicação do nível histórico e o conceito de TD

O conceito de TD desenvolveu-se a partir de questionamentos feitos por Schlieben-Lange (1983) sobre o funcionamento do nível individual da linguagem proposto por Coseriu (1979; 1980). A autora defende que o discurso não requer somente o saber expressivo, pois enquanto cada discurso é único, o saber expressivo permite a possibilidade de reprodução.

Assim, para não haver dúvidas entre o nível individual e o saber expressivo, e entre o saber idiomático e o saber expressivo, Koch (1997) propôs modificar o esquema coseriano, ampliando o nível histórico, conforme quadro a seguir:

Quadro 2 - Níveis e domínios linguísticos, segundo Koch

Nível	Domínio	Tipo de regras
Universal	atividade do falar	regras elocucionais
Histórico	língua histórica particular	regras idiomáticas
	tradição discursiva	regras discursivas
atual/ individual	discurso	

Fonte: Koch (1997:45)

Ao relacionar as regras aos domínios da linguagem, Koch (2008) defende que a definição dos tipos de regras contribui decisivamente para a compreensão da natureza do discurso. Assim, ao domínio da atividade de falar correspondem as regras

elocucionais; ao domínio da língua histórica particular correspondem as regras idiomáticas e ao domínio das tradições discursivas correspondem as regras discursivas.

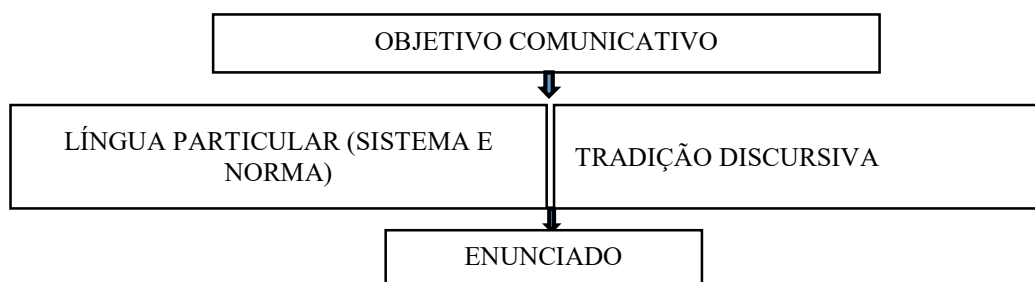
Para Koch (2008), o domínio do discurso não possui regra específica, pois nele os falantes fazem uso ao mesmo tempo de regras elocucionais, idiomáticas e discursivas.

Uma das principais contribuições da duplicação do nível histórico foi mostrar que a historicidade das tradições discursivas é diferente da historicidade das línguas históricas. Assim, as línguas históricas definem as comunidades linguísticas e as comunidades linguísticas (profissionais, religiosas, literárias) definem as tradições discursivas (Koch, 1997, 2008).

Portanto, como cada TD corresponde a um conjunto histórico de discursos individuais, para Koch (2008) não é coerente dizer que o saber expressivo está situado no discurso individual. Os falantes e ouvintes seguem regras históricas (discursivas) e, mesmo que inovem no nível do discurso, ao transgredirem regras idiomáticas, há uma obediência às regras elocucionais.

Para Kabatek (2004a), a duplicação do nível histórico permite ver a língua como sistema gramatical e lexical e como TD. Isso significa que todo ato de fala ou enunciado que apresente uma finalidade comunicativa concreta passa por dois filtros antes de se concretizar em forma de enunciado: o filtro da língua, enquanto sistema e norma, e o filtro das TD. Em decorrência disso, é possível afirmar que as TD compartilham a mesma historicidade das línguas, como fica claro na figura a seguir:

Figura 2 - Tradições discursivas (TD)



Fonte: Kabatek (2004a:16)

Considerando o esquema da figura 1, pode-se perceber que o enunciado resultante de uma finalidade comunicativa passa, ao mesmo tempo, pelos filtros da historicidade da língua e da historicidade das TD. Um enunciado como “meus pêsames”, por exemplo, considera aspectos da historicidade da língua portuguesa e da

historicidade de uma tradição de fala usada para cumprimentar os parentes de um ente que faleceu e que se repete ao longo do tempo.

Embora Kabatek (2004b) admita que as tradições discursivas compartilhem a mesma historicidade das línguas, ele esclarece que há diferenças entre a historicidade das línguas e a historicidade das TD. A primeira coincide com a historicidade do ser humano e está condicionada à historicidade da língua. “O indivíduo falante incorpora na aquisição da linguagem uma língua particular e ele a recria dentro de si como *técnica* aberta, a qual lhe permite a ação linguística criativa” (KABATEK, 2004b: 162 – grifo do autor). A historicidade das TD, por sua vez, está diretamente relacionada à história dos textos e à história cultural dos povos.

Sobre a historicidade dos textos, Kabatek (2004b) lembra que todo texto estabelece uma relação de tradição com outros textos. Essa relação pode se dar pela repetição de uma determinada finalidade textual, de um determinado conteúdo ou de traços formais. Isso significa que a produção de um enunciado – uma saudação, por exemplo - requer, ao mesmo tempo, conhecimento linguístico e conhecimento sobre a TD de saudar em determinada cultura.

Caracterizando o gênero carta aberta

A carta aberta é um gênero opinativo que se insere na esfera jornalística e tem por finalidade comunicativa apresentar e discutir um tema de interesse público ou pessoal, cujos propósitos comunicativos visam a defender um ponto de vista, uma ideia ou um projeto; reivindicar; denunciar pessoas; acusar pessoas; defender-se de acusações; criticar posicionamentos políticos; elogiar etc.

A carta aberta, seguindo a norma da maioria dos gêneros epistolares, apresenta os seguintes elementos: abertura (saudação inicial, nome do destinatário); texto (desenvolvimento do conteúdo temático) e fechamento (despedida, assinatura do remetente e, eventualmente, local e data). Porém, como frisou Marcuschi (2002:30) “um gênero pode não ter uma determinada propriedade e ainda continuar sendo aquele gênero.” Isso significa que a ausência de algum desses elementos não inviabilizará a definição do gênero como carta aberta.

As cartas abertas podem vir assinadas por um único indivíduo ou grupo de pessoas que possuam interesses comuns, como, por exemplo, membros de um partido político, instituições públicas ou privadas, sindicatos, entidades não governamentais, entre outros, para expor ao público leitor questões que requerem um posicionamento, que seja de adesão ou de repúdio.

Os autores de cartas abertas são, geralmente, indivíduos bem relacionados na sociedade em que se inserem, com bom nível de escolaridade e que possuam poder de influenciar.

Quanto ao conteúdo temático, uma carta aberta pode abordar qualquer tema que suscite questionamentos e que seja de interesse da coletividade, embora interesses individuais também possam ser expostos e discutidos por meio dela.

Com relação aos meios de divulgação, observamos que, se antes o jornal impresso era o suporte mais utilizado para a publicação de cartas abertas, hoje ele foi substituído pela internet. Isso pode ser explicado pelo fácil poder de disseminação dos fatos na mídia digital, pela possibilidade de repercussão e resposta imediata do leitor. Essa dinamicidade pode resultar numa mobilização mais eficiente da população em torno do assunto exposto.

O contexto sócio-histórico da cidade de Mossoró no início do Século XX: o conteúdo temático, o propósito comunicativo e os interlocutores.

Para analisar o contexto sócio-histórico das cartas que constituem o *corpus*, selecionamos três categorias: o conteúdo temático, o propósito comunicativo e os interlocutores, para conhecer que temas são tratados nessas cartas, quem são seus autores, para quem se destinam e com quais propósitos comunicativos.

Com relação ao conteúdo temático, é importante destacar que a problemática da seca é o ponto de partida para a publicação de várias das cartas que constituem o *corpus*, isso porque a primeira década do século XX ficou marcada pela ocorrência de sucessivas secas na região Nordeste do Brasil.

O ano de 1904¹² também não choveu e os governantes tentavam encontrar soluções para amenizar o sofrimento do povo. Para conhecer a realidade da seca e

12 Das 18 cartas que constituem o *corpus*, 09 foram publicadas em 1904.

estudar saídas, foram enviadas às regiões afetadas comissões de técnicos e engenheiros de obras contra as secas. Uma das prioridades era viabilizar a construção de reservatórios de água. Silva e Medeiros (2008) afirmam que existia na época a crença de que a açudagem era uma solução imediata para amenizar os efeitos da seca, pois mantinha o sertanejo na sua terra, evitando o êxodo para as cidades litorâneas e garantia, por meio da irrigação em tempos de seca, a produção agrícola.

A cidade de Mossoró era um importante polo comercial e havia um grupo de ricos empresários e comerciantes interessados em alocar recursos do governo federal para a construção de uma ferrovia que interligasse o porto de Areia Branca¹³ a Mossoró e de Mossoró a outros centros consumidores, a fim de favorecer o escoamento da produção de sal e de outros produtos produzidos na região.

Cientes do objetivo da Comissão chefiada pelo Dr. Sampaio Correia, o redator do jornal *O Mossoroense*, em nome de interesses do grupo de empresários, publicou no período de 23/03 a 12/06 de 1904 uma série de cinco cartas abertas, destinadas ao referido engenheiro. O propósito era convencer chefe da Comissão de que a construção de ferrovias era, economicamente, mais viável do que a construção de açudes, como fica claro no argumento abaixo, extraído da carta aberta publicada em 23 de março de 1904:

- a) || Como se não fôra bastante o dis- | pendio de grandes sommas com soc-
|orros publicos, a conhecida açuda- | gem, que sem agua tem levado
mui- | to dinheiro agua abaixo, e as peque- | nas estradas de ferro para
recreio | das Capitaes e dos Capitalistas, mais | têm aggravado, em pura
perda, a | situação financeira do nosso queri- | do Paiz. || Os açudes, que
sô contêm aguas | quando chove, reclamam constantes | despezas para a
sua conservação, sem | que, em tempo algum, proporcionem | uma renda
qualquer.

Na terceira carta aberta, publicada em 17 de maio de 1904, o produtor apresenta argumentos para desqualificar a prática da açudagem como alternativa para sanar os efeitos da seca:

- b) || Força, pois, é concluirmos que | reservatorios d'agua não são
remédios | *eficazes* contra as seccas e menos | podem ser *medidas de*
prevenção | contra estas, desde que a utilidade | desses depósitos depende dos
in- | vernos e se estes houvesse aquel- | les não se manifestariam. || Ter
depositos d'agua, mas não | ter agua para botar nesses depositos, | vale o
mesmo que ter bolso pra | botar dinheiro e não ter dinheiro | para botar no
bolso.

13 Cidade do litoral norte do Rio Grande do Norte, grande produtora de sal e distante 35 km de Mossoró.

Em outra carta aberta, o produtor mostra dados concretos sobre as vantagens econômicas das estradas de ferro. Ele defende que o desenvolvimento do país dependia da construção de ferrovias e que, ao contrário dos açudes, as ferrovias trariam a riqueza que ajudaria a tirar a região da miséria em decorrência da seca, conforme trecho da carta aberta de 16 de abril de 1904.

c) || No nosso humilde entender, ja | que não podemos, durante as esta- | ções dos invernos, prender ou des- | viar a ventos allisios, somente gran- | des estradas de ferro que liguem o | norte ao sul da Republica, e cortem | as diferentes regiões do Brasil, po- | derão trazer o remedio que cure os | males que as seccas produzem, e de | males eguaes nos preserve.

Na última carta aberta da série, a mais extensa das cinco, publicada em 12 de junho de 1904, há uma menção ao Sr, Graff. Tratava-se do rico comerciante suíço Johann Ulrich Graff que se fixou em Mossoró em 1866 e idealizou a construção de várias ferrovias interligando cidades do Estado do Rio Grande do Norte e também de grandes ferrovias para interligar as regiões do Brasil. Foi ele que realizou estudos para mostrar a viabilidade de uma ferrovia ligando o Porto de Areia Branca a Mossoró e a outras cidades do interior do Rio Grande do Norte¹⁴.

Esses estudos consistiam em levantamentos sobre a capacidade de navegação da Barra, onde ficava o Porto de Areia Branca; sobre o relevo plano, propício à construção de uma ferrovia; sobre a existência de madeira nas margens da futura estrada de ferro e sobre as riquezas produzidas nas cidades que seriam beneficiadas pela ferrovia. Uma ferrovia era considerada um negócio excelente para a economia da região, pois facilitaria o escoamento da produção e viabilizaria a importação.

Ulrich Graff fez até os cálculos comparando os valores que seriam gastos pelo governo para construir açudes e estradas e ferro. Se intuito era provar que enquanto as ferrovias dariam lucro, os açudes dariam prejuízo, pois só seriam viáveis se houvesse chuva. Na conclusão dessa última carta aberta da série enviada a Sampaio Correia, há uma tentativa clara de convencer o chefe da Comissão de que a construção de ferrovias seria a solução para acabar com a pobreza:

d) ||Para não nos prolongarmos mais | em apreciações que, de certo, não | escaparão a vossa reconhecida com- | petencia e a de vossos companheiros | de comissão, permittí que adian- | temos, pelo conhecimento proprio | que

14Mais informações sobre as ferrovias idealizadas por Ulrich Graff estão disponíveis em <http://www.estacoesferroviarias.com.br/rgn/ulrick.htm> e em <http://blogdetelescope.blogspot.com.br/2013/01/o-sonho-do-graff-1915-mossoro-rn.html> Acesso em 14/09/2015

temos das regiões que devem | ser apanhadas e servidas pela pro- | jectada
ferro-via, que esta poupará | á Nação as grandes despesas com | socorros
públicos, porque depois | d'ella serão nenhuns os efeitos das | seccas; que
aumentarão de modo | incalculável as industrias pastoris e | agrícolas as
principaes d'essas regiões; | que novas industrias de logo ahi se |
desenvolverão; e que, em pouco | tempo, ver-se-á este povo faminto |
prodigalizando largos favores, em | vez de mendigar a escassa esmola. (O
Mossoroense: 12/06/1904)

O flagelo da seca também é mencionado em uma carta aberta, publicada em 08 de agosto de 1908, assinada por salineiros da cidade de Macau e destinada a Alberto Maranhão, o então governador do Rio Grande do Norte. Os salineiros reclamam da crise econômica pela qual o Estado atravessa em consequência da seca e afirmam que a indústria do sal, prejudicada pela alta de impostos, encontra-se numa severa crise. A crise na indústria salineira agrava ainda mais a economia local, pois deixa de ser uma alternativa de trabalho para os flagelados da seca, como acontecia em outros tempos.

Os salineiros que assinaram a carta têm como propósito denunciar que, apesar da grande produção de sal, os donos de salinas foram prejudicados pelo contrato assinado entre o governo do Rio Grande do Norte e a Companhia Comércio e Navegação. O aumento de impostos fez o produto potiguar ficar menos competitivo, uma vez que a referida Companhia monopolizava o sal e podia comprá-lo de outros estados por um preço mais baixo. Essa situação é mencionada em várias passagens da carta, como, por exemplo, o trecho selecionado abaixo:

e) ||Os Snrs. Tertuliano Fernandes | & C. e Cel. Francisco Tertuliano, |
possuem importantes salinas nes- | te estado com grande Stok de | sal, veêm-
se na dura contingencia | de abandonarem suas proprieda- | des, soffrendo
consideraveis pre- | juizos, para irem explorar salinas | em outros estados
onde possam | livremente exercer a sua indus- | tria, e livre estejam do
arbitrio | da Companhia Commercio e | Navegação.(O Mossoroense, 08 de
agosto de 1908)

Em várias cartas abertas publicadas nos primeiros dez anos do século XX, há denúncias sobre o abandono por parte dos governantes que nada fizeram para melhorar a convivência do sertanejo com a seca. Em 11 de Agosto de 1907, o Commercio de Mossoró publicou uma carta aberta escrita por Orlando Correia, um acadêmico de direito, ao Capitão Bento Praxedes, então redator chefe do mencionado jornal. A carta tinha como propósitos denunciar a situação de miséria da população de Pau dos Ferros

afetada pela seca, pedir a Bento Praxedes para continuar lutando em favor dos sertanejos, criticar o antigo Presidente, Rodrigues Alves, e elogiar Afonso Pena, o Presidente do Brasil na época.

Conforme as palavras do produtor, o governo de Rodrigues Alves foi omissivo em relação à grave situação do sertão nordestino em decorrência das secas de 1903 e 1904, conforme trecho a seguir:

f) || Aquelles dois anos calamitosos, sem | exemplo talvez nos annaes da histo- | ria das seccas no sertão foram por si | sós, bastantes para darem a prova | provada do quanto foi nullo e nefasto | o governo do Sr. Rodrigues Alves que | ficou indelegavelmente perpetuado na me- | moria do sertanejo que ainda hoje o | maldiz.

O ano de 1919 também foi seco, como atesta a carta aberta publicada no Mossoroense em 23 de abril e assinada por um grupo de empresários e políticos influentes da cidade de Mossoró: Jerônimo Rosado (Presidente da Intendência); Vicente da Mora e Cia.; P. P. de Tertuliano Fernandes e Cia.; Dr. Raphael Fernandes Gurjão; Camilo Figueiredo e Cia.; M. F. do Monte e Cia.; e, Luiz Colombo Ferreira Pinto. Na carta, o propósito é reivindicar das autoridades a construção de obras contra as secas, conforme trecho a seguir:

g) O PROLONGAMENTO DA ESTRADA DE FERRO DE | MOSSORÓ até Petrolina, a construção DO AÇUDE DO | CANTO DA LAGOA NO RIO UPANEMA¹⁵, e da barragem | de pedrinhas, no Rio Mossoró, são obras, para nós, | utilíssimas, precursoras do futuro de nossa terra, e | que executadas agora, virão implantar beneficios in- | calculáveis á pobreza e ao município. (O Mossoroense: 23/04/1919)

É importante mencionar que, durante os anos de seca, a cidade de Mossoró era duramente afetada, pois, embora a agricultura não fosse a principal fonte de subsistência da população, era para esse Município que os flagelados emigravam em busca de meios de subsistência.

As cartas abertas também eram escritas com o propósito de fomentar as intrigas entre membros da imprensa local. As discordâncias eram resolvidas com publicações pouco amistosas, nas quais se abusava de atributos pejorativos para desqualificar o oponente. Um exemplo disso é a carta publicada no Comércio de Mossoró, em 12 de junho de 1904, cujo destinatário era o articulista do Correio de Macau, Antero de Lima. O autor da carta aberta, o Senhor J. Martins de Vasconcelos, acusa Antero de Lima de

15 Grifos do Original

ter proferido injúrias contra sua pessoa e contra comerciantes de outras cidades. A carta é escrita em tom agressivo e irônico:

h) ||Ao incógnito Antero de Lima || Muito bem! Seu Anthero, muito bem!
|| Li suas pestilencias infiltradas | no numero 6, de 22 de Maio, do |
Correio de Macau e não tivesse eu | o bastante escrupulo de desinfec- | tar o
seu pacote, certo teria sido | victima do vibrião perigoso e re- | pugante de sua
escrophulosa lin- | guagem ... viperina e tragica!...

No final da carta, há uma justificativa sobre o propósito da publicação:

i) ||Não foi somente pela flagrante | injustiça feita á riqueza e ao com- |
mercio que tomei o arduo e santo | encargo de advogar ex-officio mi- | nha
terra e meus visinhos; não: | foi tambem o desejo de illibar a | reputação e os
costumes desse po- | vo sempre bom e ordeiro por indo- | le e por natureza, e
que vi vilmen- | te insultado em linguagem de ar- | rieiro por algum
pernostico qual- | quer. Quanto ao movimento com- | mercial, industrial e
outros, esta- | mos sempre na vanguarda, não há | duvida e só o pode
contestar o des- | peito mal contido.

Questões de ordem pessoal como desavenças familiares ocasionadas por escolhas políticas, desentendimentos sobre questões de demarcação de terras, defesa da honra, denúncias sobre badernas e maus costumes da população também são temas presentes nas cartas abertas que constituem o corpus desta pesquisa. Fazendo um paralelo com a realidade atual, podemos afirmar que as cartas abertas tinham função semelhante a que as redes sociais têm hoje.

Numa carta escrita pelo Senhor Francisco Borges de Andrade e publicada no Mossoroense em 11 de fevereiro de 1916, ele procura defender-se de calúnias e boatos contra sua honra e sua dignidade. Acusado de roubo e se dizendo inocente, escreve com o seguinte propósito:

j) ||Lançando estas linhas pela im- | prensa não tenho o intuito de pro- |
testar contra os vis calumniadores, | porque esses merecem o meu | desprezo,
mas é provocar as auto- | ridades aquém o caso competir | pra apurarem a
imputação que | me fazem. || Provoco e provocarei sempre; | não temo o rigor
da justiça. Abram- | se inqueritos, ouçam-se os empre- | gados do porto, do
trapiche, das | repartições, façam-se buscas, appre- | nsões, tudo que o caso
exigir | e apure-se o crime ou a inno- | cencia.

Há até uma carta aberta destinada ao governador do Estado do Rio Grande do Norte, na qual um funcionário público denuncia o administrador da Mesa de Rendas Estaduais de Areia Branca de não lhe fornecer uma certidão, necessária para fazer o

controle de mercadorias e proibir o contrabando. Essa carta, assim como outras cartas abertas que constituem o corpus analisado, foi publicada numa seção do jornal intitulada “SOLICITADAS”, porém com a seguinte ressalva antes do texto: “Sem responsabilidade da Redacção”. No trecho abaixo, selecionamos uma passagem em que o autor explica como o fato ocorreu:

k) ||Requeri novamente por cer- | tidão o teor d’aquellas, petição | e certidão, e SS. o Snr. Admi- | nistrador Theophilo Brandão,| indeferindo minha petição, bra- | dou enfurecido que podiam | mandar ao Thesouro do Estado | quantas denuncias quisessem | que ellas serviriam para miste- | res que a decencia manda calar. (O Mossoroense, 19 de outubro de 1904)

A análise das três categorias do gênero carta aberta pode ser melhor visualizada no quadro a seguir:

Quadro 3: Conteúdo temático, interlocutores e finalidade

Cartas abertas (1904 a 1929)					
Jornal	Data da Publicação	Conteúdo(s) temático(s)	Interlocutores		Finalidade (s)
			Emissor	Destinatário	
J 1	23/03/1904 16/04/1904 17/05/1904 24/05/1904 12/06/1904	Seca, açudagem e ferrovia	Redator	Dr. Sampaio Correia	Convencer Reivindicar
J2	24/04/1904	Intriga entre membros da imprensa local	J. Martins de Vasconcellos	Redator Bento Praxedes	Denunciar Defender
J2	12/06/1904	Intriga entre membros da imprensa local	J. Martins de Vasconcellos	Antero de Lima	Criticar, acusar e defender-se
J2	10/07/1904	Crítica literária	S. Fernandes	J. Martins de Vasconcellos	Elogiar
J1	19/10/1904	Denúncia contra funcionário público	Manoel Lúcio de Gois	Governador do Estado; Inspetor do Tesouro e leitores	Denunciar, acusar e esclarecer

J2	11/08/1907	Críticas ao governo federal e seca	Orlando Correia	Capitão Bento Praxedes	Elogiar, denunciar e acusar
J2	10/11/1907	Política	Um amigo	Orlando Correia	Elogiar
J1	08/08/1908	Crise do setor salineiro	Salineiros	Governador do estado	Denunciar, reclamar
J1	10/09/1911	Política	Justiniano Lins Caldas	Cel Manoel Lins Caldas	Esclarecer; defender-se
J1	13/03/1912	Demarcação de terras	João Lins Caldas	Redator do Jornal	Denunciar; esclarecer
J1	11/02/1916	Boatos, calúnia	Francisco B. de Andrade	Caluniadores	Esclarecer
J1	10/10/1917	Costumes e tradições	Ignacio Velho	Jerônimo Rosado	Esclarecer; denunciar; criticar
J1	23/04/1919	Ferrovias e açudagem	Jerônimo Rosado e outros	Autoridade Política	Reivindicar
J1	14/06/1929	Problemas policiais	Major Raymundo Rubira	Redator do Jornal	Esclarecer; defender-se

Legenda: J 1 – *O Mossoroense*
J. 2 – *Commercio de Mossoró*

Como podemos ver, embora os temas das cartas abertas sejam variados, a maior parte aborda problemas vivenciados pela população da época, principalmente àqueles ocasionados pela seca. Quanto às finalidades das cartas, como a situação da população era difícil, as mais recorrentes são reivindicar, criticar, denunciar. Esses propósitos podem justificar o fato de as cartas serem destinadas a pessoas influentes e com poderes para resolver os problemas denunciados ou atender às reivindicações feitas pelos produtores em favor da população ou em favor próprio.

Ainda com relação às finalidades, o *corpus* contém cartas abertas cujos autores expõem problemas de ordem pessoal. Nesse caso as principais finalidades identificadas são defender-se de acusações e esclarecer fatos. Fica clara a tentativa desses emissores de contar para a opinião pública sua versão dos fatos para conseguir a adesão dos leitores, principalmente quando haviam sido vítimas de boatos e de acusações contra a honra.

Tradições discursivas que constituem as cartas abertas

Para identificar e descrever as tradições discursivas que constituem as cartas abertas, partimos da definição de Kabatek (2004a, p. 7) que entende Tradição Discursiva como:

a repetição de um texto, de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio (portanto é significável). Pode-se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou qualquer elemento de conteúdo, cuja repetição estabelece uma relação de união entre atualização e tradição; qualquer relação que se pode estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de enunciação ou elementos referenciais) que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos linguísticos empregados.

A primeira TD que identificamos diz respeito à própria composicionalidade, ou seja, aos elementos normativos dos gêneros epistolares. As cartas abertas conservam em sua estrutura os elementos prototípicos que ajudam a identificar o gênero:

- *Abertura* – seção utilizada para saudar e identificar o destinatário da carta. Nas cartas abertas analisadas, quando o destinatário é uma autoridade e há um grau de distanciamento entre os interlocutores, a formalidade é caracterizada pelo emprego do pronome de tratamento, do título honorífico, seguido pelo nome (Ilustre Dr. Sampaio Correia); ou do pronome de tratamento seguido do cargo ocupado pelo destinatário (Exmo. Governador do Estado; Sr. Inspetor do Tesouro; Ilmo. Senhor Redator; Ilmo. Senhor. Gerente de *O Mossoroense* etc.)

Porém, quando não há distanciamento entre os interlocutores, os pronomes de tratamento são substituídos por atributos que dão pistas sobre a relação interpessoal existente: “Amigo dos sertões e dos sertanejos Capitão Bento Praxedes”; “Meu distinto amigo acadêmico de direito Orlando Correia”; “Meu irmão Cel. Manoel Lins Caldas.”; “Meu Jerônimo”.

Em uma das cartas analisadas, o pronome de tratamento foi substituído pelo adjetivo “incógnito”, cuja função é desqualificar o destinatário. Em outra, publicada em *O Mossoroense* na edição de 11 de fevereiro de 1916, a abertura prototípica é substituída pelo título: “A Calúnia e os Calumniadores”, uma vez que o emissor desconhecia o autor dos boatos espalhados na cidade contra sua pessoa, como fica claro na passagem a seguir:

l) || Baldados esforços tenho empre- | gado para descobrir o infame ca- | lumniador e apurar a sua crimina- | lidade ou desvendar o mysterio da | imputação, mas o covarde, o infá- | me occulta-se com a capa do ano- | nymato do OUVI DIZER, OS | FILHOS DE CANDINHA DIZEM | e assim vai assassinando a repu- | tação indefeza.

- *Texto* – seção em que se encontram o conteúdo da carta e o(s) propósito(s) a que visam atender.
- *Fechamento* – nessa seção podem aparecer uma expressão de despedida, a assinatura e o local e data.

A análise mostrou que as cartas abertas escritas pelo redator do jornal, não apresentam assinatura e local e data. Como, por exemplo, as cinco cartas abertas remetidas ao Dr. Sampaio Correia. Não são assinadas e apenas na última delas (publicada em 12 de junho de 1904) aparece a expressão de despedida “Preza aos céos”, uma tradição discursiva recorrente nas correspondências da época.

Do total de cartas analisadas, em 09 (nove) identificamos na seção de abertura o pronome de tratamento condizente com o papel social ocupado pelo destinatário. Nas demais o nome do destinatário é antecedido por um atributo: “Incógnito”; “Meu caro amigo”; “Amigo do sertão e dos sertanejos”; “Meu distinto amigo”. A maioria das cartas abertas traz a assinatura do emissor, local e data que situam o texto no momento da produção.

Algumas expressões de despedida encontradas em cartas pessoas e em cartas ao Redator da época também são empregadas: “Penhorado agradece o vosso constante leitor e amigo”; “Desculpa a minha prolixidade”; “E’essa a inabalavel convicção do seu irmão e am^o”; “Abraça o teu amigo e admirador”; “Até esse dia” “Do sincero collega d’ *A Idéia*”; “Preza aos cèos”.

Outra tradição discursiva identificada nas cartas abertas analisadas é o emprego da segunda pessoa do plural, especialmente nas cartas destinadas a autoridades. O emprego formal da segunda pessoa do plural, além de evidenciar o distanciamento entre os interlocutores, lembra o estilo pomposo empregado nas cartas oficiais. A nossa hipótese é que as tradições discursivas das cartas oficiais foram incorporadas às cartas destinadas a autoridades publicadas em jornais. O emprego da segunda pessoa funciona como uma forma de identificação do grupo de jornalistas. Kabatek (2004a) menciona que certas escolhas linguísticas evocam um discurso que tem por finalidade identificar indivíduos como pertencentes a um determinado grupo. O emprego de “vós” quando se

faz referência ao destinatário da carta aberta e a correta flexão dos verbos não deixam de ser uma demonstração de que o emissor domina a norma padrão, aspecto valorizado no contexto sócio-histórico no qual as cartas circularam.

Como podemos verificar pelos trechos selecionados a seguir, na maioria das cartas o emprego de segunda pessoa para referir-se ao destinatário é recorrente:

m) ||Aqui chegando *testemunhareis* o | que não devemos mais descrever -
| a fome e a nudez que *synthetisam* | a miséria do povo. (*O Mossoroense*,
23/03/1904)

n) ||Já *tendes* visto grande parte dos | terrenos indicados para a fallada |
estrada de penetração, e não *vos* | deve ter escapado que muitas des- | sas
indicações se *acceitas* fossem, | *acarretariam* incalculáveis prejuízos | ao
erário publico, e *consumiriam* | tempo incalculável (*O Mossoroense*,
16/04/1904)

o) ||Na *vossa* viagem ao interior d’- | este Estado, perto do Assú *vistes* a |
afamada lagôa do Piato, a maior e | mais útil que por aqui conhecemos,| mas
que não terá agua, alem d’este | ano, porque, há tempos, agua não | recebe.
(*O Mossoroense*, 17/05/1904)

p) || E’ ocasião de chamarmos *vo-* | *ssa* preciosa attenção ao que | disse o
Sr. Graf com as epigraphes | “PROSPECTO DA EMPREZA”,” CON- |
DIÇÕES TOPOGRAPHICAS” E “CONSI- | DERAÇÕES GERAES”. (*O*
Mossoroense, 24/05/1904)

q) || A tarefa de que *vos achaes* in- | cumbido com os *vossos* dignos com-
| panheiros, *affigura-se* nos assaz im- | portante e melindrosa. (*O*
Mossoroense, 12/06/1904)

r) ||E’ com grande pezar que venho | até *vós* tomar parte e provar da |
desabrida offensa que nos faz o | nosso collega d’*O Correio de Macau* | em
sua edição de 8 deste mez, (...) (*O Commercio de Mossoró*, 24/04/1904)

s) || E *quereis* saber o extraordina- | rio numero de maleficios que nos |
trouxe o Monopolio? Passo-vos | a expor alguns. (*O Mossoroense*,
08/08/1908)

t) || Em tua alludida corres- | pondencia *fizestes* uma cen- | sura aos
homens de pres- | tigio de nossa terra pela | attenção que dispensão a | certos

typos que perambu- | lam pelas ruas d'esta Villa | ganhando boas amizades, | por meio de enredo e his- | torias mentirosas. (*O Mossoroense*, 10/10/1917)

u) || Com a presente, vamos insistentemente reiterar o | pedido que **vos** fizemos em telegrama de 10 do | corrente, impetrando ainda que em companhia da co- | lonia Mossoroense ahi residente, representada pelos | Snrs. Cel. Antonio Soares do Couto, Cel. Hermoge- | nes Fernandes, Dr. Eufrazio Mario de Oliveira, Raul | da Silva caldas e Capitão Alipio Bandeira, envideis | todos os meios e esforços possíveis para a obtenção | de donativos (...)(*O Mossoroense*, 23/04/1919)

v) || Penhorado agradece o **vosso** | constante leitor e amigo. (*O Mossoroense*, 14/06/1929)

Com relação ao emprego dos pronomes, a análise mostrou que o emprego da segunda pessoa só ocorre nas cartas abertas destinadas a autoridades, principalmente aquelas cujo propósito é reivindicar. Uma das nossas hipóteses é que o emprego da segunda pessoa segue a tradição das cartas oficiais, nas quais se exige um maior grau de formalidade e distanciamento entre os interlocutores.

Por outro lado, as cartas com o propósito de criticar, denunciar, defender-se de acusações, por exemplo, os pronomes são em terceira ou segunda pessoa do singular, uso que segue a tradição das cartas pessoais.

w) | E' claro, porem, que ellas não podem | agir, desde que se não lhes offere- | çam qualquer queixa ou denuncia. | Infelizmente é vezo de algumas | pessoas da cidade de Mossoró | procurarem responsabilisar injus - | tamente as auctoridades de Areia | Branca, por actos que não lhes | compete (...) (*O Mossoroense*, 14/07/1929)

Considerações finais

Esta pesquisa mostrou que no início do século XX diversos gêneros epistolares tinham presença efetiva nos dois jornais pesquisados. As notícias de outras cidades se davam por meio das cartas de notícias, remetidas ao redator. O editorial também tinha a forma de carta. Nesse contexto, a carta aberta era o gênero textual escolhido quando a finalidade era reivindicar, denunciar, criticar, defender-se de acusações, acusar etc.

Sobre o conteúdo temático das cartas abertas, ficou claro que os temas são diretamente relacionados à vida dos habitantes de Mossoró ou de comunidades próximas. Assim, foi possível conhecer como as pessoas se posicionavam frente aos problemas advindos das sucessivas secas que marcaram as duas primeiras décadas do século XX no sertão nordestino; que críticas e cobranças eram feitas às autoridades para viabilizar obras de combate os efeitos da seca; como o programa de açudagem era visto pela elite econômica e como essa elite tentava influenciar as ações do governo; como foi a luta para viabilizar a construção de ferrovias; quais eram as causas das intrigas na imprensa e das desavenças pessoais publicadas nos jornais; enfim, que aspectos da vida das pessoas eram temas dessas cartas.

A análise mostrou também que no início do século XX as cartas abertas eram uma tradição discursiva da mídia impressa de Mossoró, mas, aos poucos, foi desaparecendo. Nossa busca por exemplares de cartas abertas no jornal *O Mossoroense*, uma vez que o jornal *Comércio de Mossoró* circulou por pouco tempo, mostrou que, após as duas primeiras décadas, elas desapareceram, assim como também desaparecem as cartas de notícias. Uma hipótese é que esses dois gêneros epistolares tenham sido transmutados, nos termos bakhtinianos, por outros gêneros, respectivamente o artigo de opinião e a notícia.

Por fim, quando afirmamos que o gênero carta aberta desapareceu dos jornais mossoroenses, não estamos querendo dizer que ele não seja mais praticado, pois se fizermos uma busca na Internet vamos encontrar inúmeros exemplares de cartas abertas destinadas a autoridades, a políticos, a chefes de nações, a organizações não governamentais etc. Os propósitos visam, principalmente, a interesses coletivos e ao estabelecimento de um posicionamento político. Geralmente são assinadas por sindicatos, partidos políticos, ONGS, instituições sem fins lucrativos etc. As cartas abertas não desaparecem, elas migraram para outro suporte.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Andrade, Maria Lúcia C. V. de Oliveira. 2008 a. Tradições discursivas em cartas de leitores na imprensa paulista: estudo dos papéis sociais e formas de tratamento numa perspectiva diacrônica. In: *I SIMELP – I Simpósio Mundial de Estudos da Língua Portuguesa*. São Paulo: FFLCH - Unicsul, vol.1.

_____. 2008b. Cartas do leitor: a interatividade na correspondência publicada em jornais. In: *Revista da ANPOLL*, vol. 01, nº 25, p.138-165.

- Biasi-Rodrigues, Bernardete. 2010. A Trajetória do gênero anúncio em jornais cearenses dos séculos XIX e XX. In: Araújo Júlio Cesar de; Biasi-Rodrigues, Bernardete; DIEB, Messias (Orgs.) *Seminários Linguísticos: discurso, análise linguística, ensino e pesquisa*. Mossoró: Edições UERN, p. 17-33.
- Bonini, Adair. 2003. Os gêneros do jornal: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil? *Linguagem em Dis(curso)*. Tubarão-SC: v. 4, n. 1, jul./dez., p. 205-231.
- Brandão, Helena H. Negamine e ANDRADE, Maria Lúcia V. C. O. 2009. Cartas da administração privada e cartas particulares: estudo da organização discursiva. In: Castilho, Ataliba Teixeira de (Org.). *História do Português Paulista*. Série Estudos. Campinas: UNICAMP/ Publicações IEL, p. 721-733.
- Coseriu, Eugenio. 1980. *Lições de Linguística Geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.
- Kabatek Johannes. 2004a. *Tradições discursivas e a mudança linguística*. Texto apresentado no encontro PHPB em Itaparica-BA, set. p. 1-23. Disponível em: <<http://www.kabatek.de/discurso/itaparica.pdf>. Acesso em 08/09/2015.
- _____. 2004b. Sobre a historicidade de textos. Trad. José da Silva Simões. *Linha d'Água*, nº 17, abr., p. 157-170.
- Costa, Alessandra Castilho da. 2008. Tradições discursivas em *A Província de São Paulo* (1875): gêneros textuais e sua constituição. In: *Anais do Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa*, São Paulo. Disponível em: http://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/03_1.pdf . Acesso em 08/09/2015
- Koch, Peter. 1997. “Diskurstraditionen -zu ihrem sprachtheoretischer Status und ihrer Dynamik“. In: Barbara FRANK/Thomas HAYE/Doris TOPHINKE (Hg): *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen, p. 43-79.
- Longhin, Sanderléia Roberta. *Tradições Discursivas: conceito, história e aquisição*. São Paulo: Cortez, 2014.
- Marcuschi, Luiz Antônio. 2002. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. In: Dionísio, Ângela Paiva; Machado, Anna Rachel e Bezerra, Maria Auxiliadora. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna.
- Silva, Adriano Wagner da; Medeiros, Gabriel L. Paula de. 2008. A integração do território do Rio Grande do Norte pelos açudes e estradas de ferro. *Revista Fazendo História*. Ano I. Edição I, p. 61-83 . Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/fazendohistoria>. Acesso em: 11 de setembro de 2015.
- Silva, Jane Quintiliano Guimarães. 2002. *Um estudo sobre o gênero carta pessoal: das práticas comunicativas aos indícios de intertextualidade na escrita do texto*. (Tese de doutorado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

Silva, Lucimar B. Dantas da. 2012. *Carta-crônica: uma tradição discursiva no jornalismo potiguar*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará; Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza.

Zavam, Aurea. 2009. *Por uma abordagem diacrônica dos gêneros à luz da concepção de tradição discursiva: um estudo com editorais de jornal*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará; Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza.

O DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO DA LÍNGUA PORTUGUESA (DELPo): CONCEITOS DE METALEMA, HEMILEMA, HIPERLEMA E ULTRALEMA

Mário Eduardo VIARO¹

RESUMO

O presente texto visa à divulgação das ferramentas computacionais desenvolvidas pelo Núcleo de apoio à pesquisa em Etimologia e História da Língua Portuguesa (NEHiLP/USP) para a confecção do Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa (DELPo), as quais são necessárias para a organização hierárquica de dados referentes tanto à etimologia quanto à origem das palavras investigadas. Essas ferramentas são apresentadas de maneira conceitual, uma vez que formam os pressupostos da construção daquilo que a Lexicografia tradicionalmente chama de *lema*.

PALAVRAS-CHAVE: Lexicografia; Banco de Dados; Lema; Etimologia; Linguística Computacional.

1. A tarefa de coleta para um dicionário etimológico

Uma das tarefas do etimólogo é *grosso modo* coletar palavras extraídas de contextos em determinadas obras e associá-las à sua data de publicação. Consabidamente, essas obras deve ser edições confiáveis. Por meio da comparação dessas datações, é possível estabelecer a data mais antiga da palavra investigada e estabelecer etimologias. Tradicionalmente, o etimólogo é entendido como uma pessoa extremamente erudita, que sabe onde localizar as melhores fontes e não raro conhece detalhes de conteúdo das obras que consulta/cita. Essa postura, contudo, é ultrapassada pelo avanço tecnológico atual.

Obviamente, ter erudição e ser organizado são qualidades sempre desejáveis para o pesquisador desse trabalho, mas não é o ponto principal, se quisermos garantir a

¹ USP - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Endereço: R. Luciano Gualberto, 403 - FFLCH - DLCV. CEP 05508-900 Cidade Universitária - São Paulo/SP - Brasil. Endereço eletrônico: nehilp@usp.br

fidedignidade e a *veracidade* dos dados, e mais ainda o *valor* desses dados. O ideal é que o menor número de erros seja cometido. Mesmo que saibamos que erros dependentes exclusivamente das propensões humanas sempre existirão, há alguns tipos de erros que podem ser evitados, como os motivados por cansaço e pela falta de atenção, dado o manuseio de um grande número de informações. Nesse ponto, acreditou-se, desde o início, que seria de extrema utilidade a existência de um programa que fizesse a comparação automática da data atribuída à mais antiga abonação da palavra com a data da obra analisada.

As vantagens de um programa computacional sobre a pesquisa manual seriam várias,² dentre as quais:

(a) numa pesquisa manual, o pesquisador não tem disponíveis em sua erudição os *termini a quo* de todas as palavras de uma língua, de modo que suas descobertas se pautam, na maioria das vezes, apenas pela “sensação” de que a palavra “não deveria estar naquele texto”, por ele supor (baseado exclusivamente na sua experiência de falante e/ou pesquisador) que a palavra seja mais recente do que a data do texto investigado;

(b) mesmo se for extremamente organizado, o pesquisador não consegue fazer uma investigação exaustiva de um texto e pauta-se apenas naqueles dados que chamam sua atenção. Assim sendo, outros dados importantes acabam por passar involuntariamente despercebidos ao escrutínio do investigador, por mais minucioso que seja;

(c) para sanar a impossibilidade de uma investigação exaustiva, o pesquisador acaba às vezes especializando-se, e isso não contribui para a criação de um amplo dicionário etimológico. Assim sendo, seu recorte acabará necessariamente incidindo apenas na forma (por exemplo, procura palavras com um determinado sufixo) ou no significado (por exemplo, busca palavras de um determinado campo semântico), quando sua busca não é enviesada por uma questão *a posteriori* (por exemplo, procura palavras de suposta origem africana).

2 Outra parte do projeto do DELPo se encontra em um artigo (ainda no prelo) de Viaro et al. Sobre a pesquisa de Linguística baseada em ferramentas computacionais há obras de referência como a de Sardinha (2004).

A conclusão é que o mesmo texto precisaria ser revisto inúmeras vezes por uma grande quantidade de pesquisadores para estarmos seguros que dele foram extraídas todas as informações interessantes para um estudo etimológico.

2. Estrutura do Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa (DELPo)

Para a confecção do DELPo (Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa), projeto principal do Núcleo de pesquisa em Etimologia e História da Língua Portuguesa (NEHiLP, endereço: www.nehilp.org), concentrou-se não sobre os lemas (tais como entendidos tradicionalmente pela lexicografia), mas sobre as acepções, uma vez que as datações das acepções podem levar à datação do lema principal.

Um exemplo bastaria para fundamentar essa decisão: num dicionário temos lemas que são sempre distintos entre si, exceto se forem homônimos. Por *homonímia* a lexicografia entende o fenômeno da semelhança (por vezes meramente gráfica) entre dois lemas que têm étimos diferentes. No caso de o étimo ser igual, essas formas são chamadas de *acepções*. Contudo, flagrou-se aqui uma contradição: se o objetivo último do NEHiLP é a determinação das etimologias, não pareceu ser uma boa decisão definir *a priori* se duas palavras com mesma sequência de caracteres são homônimas ou fruto de polissemia. Além disso, havia complicações técnicas para a determinação desses conceitos. Suspendeu-se, nesse momento, a distinção entre *homonímia* e *polissemia*, com vistas à solução desse problema técnico, e nasceu daí um conceito novo, o de *metalema*³.

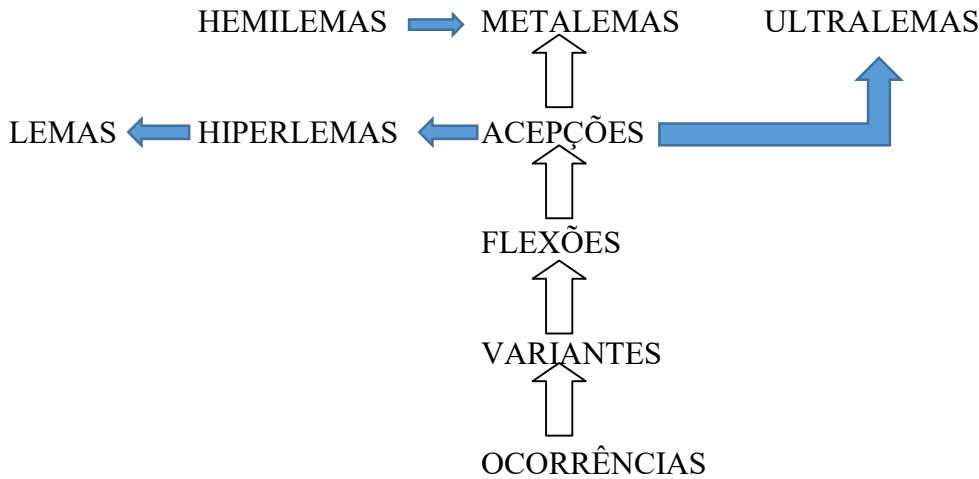
Obviamente, foi construída toda uma estrutura para que, ao analisarmos os dados, pudéssemos recuperar *a posteriori* as condições de homonímia e polissemia com os chamados *hiperlemas*, que uma vez aprovados se tornariam nos *lemas* utilizados pelos consulentes. Por fim, conjuntamente com outros pesquisadores, concluiu-se que palavras abreviadas, truncadas e mutiladas não podem ter o mesmo *status* de palavras legíveis e completas, e, nesse momento, surgiu o conceito de *hemilemas*⁴. A última estrutura apresentada foi a separação dos dados do dicionário com vistas à etimologia

3 O termo *metalema* surgiu, espontaneamente, em discussões sobre a estrutura do banco de dados, no IME-USP, durante uma reunião ocorrida em 08/10/2013, às 17h21.

4 Inicialmente chamado de *paralema*.

recente daqueles que explicitam a etimologia remota e a linguística histórico-comparativa e, com isso, surgiram os *ultralemas*⁵.

Conforme o estabelecimento teórico decidido em reuniões do NEHiLP e sua implementação técnica posterior, os dados linguísticos armazenados para o DELPo obedecem a seguinte estrutura:



Essas estruturas hierárquicas são importantes de ser visualizadas para o entendimento das questões apresentadas a seguir com maior detalhamento.

3. O Metalema

Um metalema difere de um lema tradicional em vários sentidos. Computacionalmente, o metalema é apenas uma sequência de caracteres, e não existem metalemas homônimos no Dicionário. Sob o mesmo metalema estarão palavras homônimas, como *manga* (fruta) e *manga* (parte do vestuário).

Do ponto de vista lexicográfico, o *lema* é a forma básica da entrada do verbete de dicionário, visto que o lema é, na verdade, um feixe de flexões⁶ (ao menos nas línguas flexivas como o português). Além disso, o conceito de *lema*, do ponto de vista lexicográfico, depende da etimologia, uma vez que duas palavras homógrafas podem

5 Os termos *hemilema*, *hiperlema* e *ultralema* surgiram em julho de 2014 para denominar essas estruturas computacionais.

6 Estritamente falando, mesmo palavras invariáveis (preposições, advérbios, conjunções e interjeições) devem ser vistas como um conjunto de variantes flexionais, apenas com a ressalva de que, nesse caso, se trataria de um conjunto unitário. Subordinadas às *flexões* estão, na lógica do banco de dados, as *variantes ortográficas*. Variantes não ortográficas de uma mesma palavra são recuperáveis por meio dos *hiperlemas*.

ser, dependendo do caso, dois lemas ou um só, dependendo se são, respectivamente, fruto de homonímia (etimologias distintas) ou de polissemia (têm uma origem comum⁷). Essa distinção, preciosa para o NEHiLP, é, no entanto, embaraçosa para a computação, uma vez que tais distinções não conseguem ser feitas *a priori*. Além disso, o NEHiLP entende que a certeza de estarmos, em alguns casos complexos, diante de uma homonímia ou de uma polissemia é fruto da própria investigação etimológica. Assume-se, portanto, mesmo para os casos aparentemente óbvios, que a decisão de distintas acepções homógrafas serem casos de homonímia ou polissemia é algo *a posteriori* (que será feito pelo *hiperlema*).

Uma vez que praticamente todas as palavras são polissêmicas e algumas delas possuem homônimos, define-se:

metalema é a forma significativa que corresponde a uma sequência única de letras na língua, não importa a quantos lemas ou acepções de lemas distintos corresponda.

As fichas do Dicionário adotam, para o *metalema*, a mesma metodologia da lexicografia tradicional utilizada para o lema, ou seja:

- O *metalema* de um verbo é sua flexão no infinitivo;
- O *metalema* do substantivo é sua flexão no singular;
- O *metalema* de um adjetivo é sua flexão no masculino singular.

Além disso, é adotada a ortografia atual para o *metalema*. Portanto, os *metalemas* (e também as flexões) seguirão a grafia atual, pois apenas as variantes mantêm a grafia do documento do qual foram extraídas. Isso significa, na prática, que, para chegar à forma de *metalema*, a forma lematizada da variante passa ainda por uma *atualização ortográfica*, que respeita as seguintes convenções:

- O uso dos acentos na versão atual é respeitado (*carâ* → *cará*, *magica* → *mágica*, *idéia* → *ideia*, *bêsta* → *besta*);
- O uso atual de maiúsculas é respeitado (*lisboa* → *Lisboa*, *Rei* → *rei*)⁸;
- Grafias etimológicas que envolvam as letras *y* e *h* são atualizadas (*arraya* → *arraia*, *physica* → *física*, *asthma* → *asma*, *pharmacia* → *farmácia*, *omem* → *homem*, *hontem* → *ontem*);
- Consoantes dobradas (exceto *rr*, *ss* e casos excepcionais) são convertidas em simples (*accusar* → *acusar*, *elle* → *ele*, *anno* → *ano*);

⁷ Para a distinção entre *étimo* e *origem*, vide Viaro 2001: 106-109.

⁸ Somente topônimos e antropônimos terão o *metalema* e a flexão escritos em maiúsculo.

- Vogais dobradas (exceto em casos excepcionais de conservação na ortografia atual) são convertidas em simples (*coor* → *cor*, *irmãa* → *irmã*)⁹;
- O til deve ser substituído por *m/n* antes de consoantes e no final de palavras (*cãssado* → *cansado*, *coïbra* → *Coimbra*), exceto se o til permanece na grafia atual, como em *amanhã*;
- As terminações *-am/-om* de substantivos e suas variantes se converterão em *-ão* (*rrezom* → *rezão*), exceto em palavras como *acordeom*, *marrom* e *edredom*¹⁰;
- Palavras que estejam juntas/separadas de uma forma distinta da ortografia atual precisam ser preparadas previamente.

Atualizam-se as grafias:

- *i/j/y* (*jgreya* → *igreja*, *ieyum* → *jejum*);
- *u/v* (*vntar* → *untar*, *cauallo* → *cavalo*);
- *s/ss* (*ssabio* → *sábio*, *asar* → *assar*), mas não entre *c*, *sc*, *xc*, *ç*, *sç*, *xç*;
- *s/z/x* antes de consoante ou em final de palavra (*ezquerdo* → *esquerdo*, *ferox* → *feroz*);
- *c/ç* (*reçeber* → *receber*, *acucar* → *açúcar*);
- *r/rr* (*rrei* → *rei*, *amarar* → *amarrar*);
- *g/j/gu* (*guato* → *gato*, *loguo* → *logo*, *gamays* → *jamais*);
- *gu/gü/go* (*lingoa* → *língua*, *lingüiça* → *linguiça*);
- *c/k/q/qu* (*quasa* → *casa*, *qeira* → *queira*, *kalenda* → *calenda*);
- *qu/qü/co* (*cincoenta* → *cinquenta*, *freqüente* → *frequente*);
- *e/i* e *o/u* postônicos e semivogais (*gatu* → *gato*, *titolo* → *título*, *cabi* → *cabe*, *escarneo* → *escárnio*, *cacao* → *cacau*);
- *m/n* antes de consoante e no final de palavras (*emtemder* → *entender*, *conprido* → *comprido*, *cãosado* → *cansado*);
- *c=ç/s=ss* (*çapato* → *sapato*, *alicerse* → *alicerce*) ou *s/x/z* antes de vogal (*caza* → *casa*)¹¹.

9 Esta decisão não foi fácil, uma vez que uma palavra como *coor* pode ter, dependendo da época e do local, uma sílaba ou duas. No entanto, como a avaliação disso depende muito de pressupostos assumidos por autores especialistas e há discordâncias, preferiu-se tomar essa decisão.

10 Como no caso das vogais dobradas, essa decisão não foi simples de ser tomada, mas em muitas situações (sobretudo depois do século XV) é muito difícil decidir se a grafia corresponde ou não à pronúncia e, uma vez que há discussões entre os autores sobre o problema, convencionou-se atualizar também essas formas.

Por outro lado, não se padronizam:

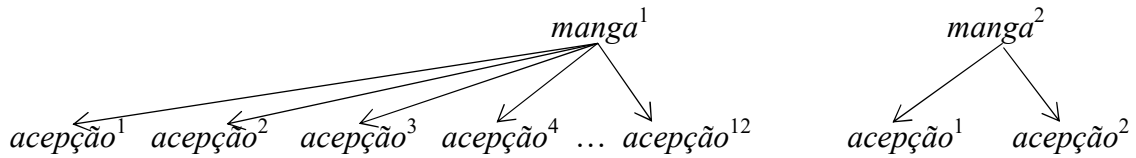
- *e/i* e *o/u* tônicos e pretônicos (*filis* → *filiz* e não *feliz*, *aquelo* → *aquelo* e não *aquilo*);
- vogais epentéticas (*idea* → *idea* e não *ideia*);
- vogais nasais em hiato (*corõa* → *corõa* e não *coroa*);
- oscilações entre *e/em* finais (*ome* → *home* e não *homem*);
- oscilações entre *b/v* (*estorbar* → *estorbar* e não *estorvar*);
- oscilações entre *l/r* (*pubrico* → *público* e não *público*);
- outras variações de consoantes (*celebro* → *célebro* e não *cérebro*);
- metáteses (*estrobar* → *estrobar* e não *estorvar*);
- ausências de sons (*sobiar* → *sobiar* e não *assobiar*)¹².

Um exemplo do tratamento distinto do NEHiLP em relação à Lexicografia tradicional: segundo o dicionário de Houaiss & Villar (2001), o lema *manga*¹, que significa “parte de vestimenta”, remonta ao latim *manīca*; já seu homônimo *manga*², “fruto da mangueira”, vem do malaiala *manga* (por sua vez originário do tâmil *mānkāy*). Pois bem, *manga*¹ tem 12 acepções distintas (apenas 8 na versão eletrônica de 2009.3) e *manga*² pelo menos duas. Além disso, o dicionário Houaiss estabelece o *terminus a quo* de *manga*¹ no século XIII e o de *manga*² em 1554. Para a primeira forma, não há variantes ortográficas, mas para *manga*² menciona-se *manguas* (1554), *mangue* (1583) e *mangas* (1616), que, ao mesmo tempo, são variantes e flexões dos lemas acima.

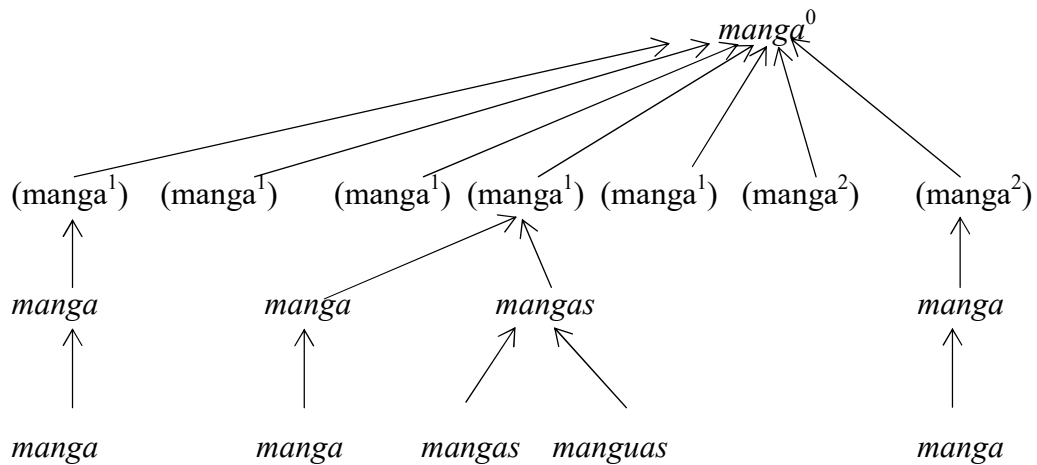
A estrutura de um dicionário criado sob os parâmetros da Lexicografia tradicional privilegiaria, portanto a seguinte hierarquia, estritamente do ponto de vista etimológico e semântico (a saber *manga*¹ e *manga*² estão separadas por *homonímia*, definida como palavras de étimo distinto, ao passo que as acepções subordinadas a uma palavra, cujo étimo pode não ser idêntico, mas sua origem sim, formam a sua *polissemia*):

11 Como no caso das vogais dobradas e das terminações nasais, essa decisão varia muito conforme os séculos, e é muito difícil decidir se a grafia corresponde ou não à pronúncia. Visto que há discussões entre os autores sobre o problema, convencionou-se atualizar também essas formas.

12 Casos especiais: *ũa* → *uma* (flexão), mas *um* (metalema) e *algũa* → *alguma* (flexão), mas *algun* (metalema).



No entanto, organizar essa estrutura apenas seria possível se os significados de *manga*¹ e de *manga*² pudessem ser identificados automaticamente, algo que o programa *Moedor* não consegue fazer, pois apenas consegue apresentar *sugestões de lema*¹³. Dessa forma, o programa analisa apenas a sequência de caracteres *manga* à qual se associam variantes ortográficas já flexionadas, extraídas de um texto. A atribuição de sentido deve ser feita pelo pesquisador. O Dicionário, porém, inverte a situação. Imagina-se uma *manga*⁰ que seja apenas uma cadeia de caracteres que equivale parcialmente à sugestão de lema das moagens. Essa *manga*⁰ é o significante não só de *manga*¹ e de *manga*² mas de todas as acepções de *manga*¹ e de *manga*². O trabalho de vinculação hierárquica por meio da etimologia é estabelecido *a priori* na lexicografia tradicional, mas é uma tarefa *a posteriori* do NEHiLP. Assim sendo, muitas das informações presentes marginalmente num dicionário são aproveitadas e organizadas diferentemente no Dicionário:



Desse modo, dizemos que *manga*⁰ é o metalema de todas as acepções de *manga*, que, por sua vez se manifestam na forma de flexões, as quais se concretizam em variantes ortográficas. Só a *variante* é real. Os demais níveis acima dela (flexões, acepções e metalemas) são abstrações e seguem atualizações ortográficas. Se a antiga grafia *manguas* é considerada como variante ortográfica da flexão *mangas*, isso se justifica por meio da pesquisa filológica. Já *mangues*, que aparece no dicionário Houaiss, não pertence ao metalema *manga*⁰ e sim ao metalema *mangue*⁰, pois não se

13 A sugestão de lema, contudo, segue um processo inteligente de autoalimentação, ou seja, aprimora-se à medida que são preenchidas as fichas do DELPo.

trata de uma variante ortográfica, mas de outro som, associado a outro fonema. A recuperação de *mangues* como variante não ortográfica de *manga* se efetua por outro caminho, ou seja, pelo *hiperlema*.

Da mesma forma que, baseado numa *variante lematizada e atualizada ortograficamente* obtemos o *metalema*, também por meio do mesmo raciocínio chegamos à *flexão*, que, diferentemente do *metalema*, precisa ser digitada na ficha. A única diferença da forma que aparece no campo do *metalema* e no da *flexão* é o fato de a *flexão* não ser lematizada. Ou seja, apesar de sua ortografia ser atualizada, respeitam-se as flexões da variante escolhida como abonação da ficha.

Exemplos:

- se a variante analisada é *primeyras* (com ortografia antiga, no feminino plural), o campo do *metalema* deverá aparecer como *primeiro* (na ortografia atual e masculino singular, como nos dicionários). No campo da *flexão* deve-se digitar *primeiras* (na ortografia atual, mas no feminino plural).
- Igualmente, se a variante analisada é *disserom*, o campo do *metalema* deve aparecer como *dizer* e no da *flexão* digita-se *disseram*.
- Por fim, se a variante for *assouiassemos*, o *metalema* deve ser *assoviar* e a *flexão*, *assoviássemos* (e não “assobiar” e “assobiássemos” porque a mudança na formação do *metalema* e da *flexão* digitadas deve ser ortográfica e não fonética).

4. Hemilema

Um *hemilema* é uma espécie de palavra que necessita de uma interpretação de uma acepção (por sua vez ligada a um *metalema*) ou de várias interpretações. Esse recurso é usado para abreviaturas em geral e para palavras truncadas (devido ao mau estado de conservação do manuscrito). Muitas vezes é possível interpretar também a *flexão*, por exemplo, “*mtas*” é um *hemilema* que tem a interpretação de uma certa acepção de “muito”, mas reflete a forma flexionada “*muitas*”. Igualmente, pelo contexto, é possível interpretar que o *hemilema* “*qr*” é a *flexão* “*quer*” de uma determinada acepção de “querer”.

O conceito de *hemilema* nasceu da tendência do NEHiLP a privilegiar as edições diplomáticas às críticas, uma vez que para o estudo etimológico é preciso atribuir graus de certeza aos dados parcialmente documentados, como abreviaturas, palavras truncadas por dano nos manuscritos e outras ocorrências lexicais que requerem interpretação extra e erudição. Em textos muito antigos, as abreviaturas e palavras truncadas podem dar margem a muitas interpretações, e escolher uma única dessas interpretações para vinculá-las a uma acepção é bastante arriscado. Mesmo nos casos em que as abreviaturas são óbvias, convencionou-se tratá-las sempre como um hemilema, e sua consulta não será no dicionário, mas na busca de abreviaturas. A discussão etimológica no campo *Etimologia* das fichas de acepção fará menção às abreviaturas, no caso de retrodatações baseadas em interpretações das mesmas, mas isso não pode ser feito automaticamente como nas demais variantes.

A decifração de um hemilema pode conduzir a uma palavra flexionada; no entanto, os hemilemas remetem às acepções e não às suas flexões: por exemplo, *mtos* ou *mta* é interpretado como uma das acepções do metalema *muito* e não às flexões *muitos* ou *muita*, respectivamente. Também são considerados hemilemas formas como *senhor(a)s*, *amigo(a)(s)*, *amigx*, *amigxs*, *amigx(s)*, *amig@s*, *amig@(s)*, etc.

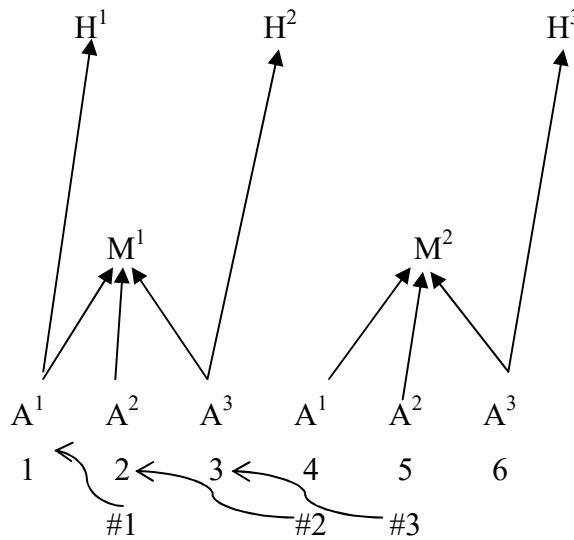
É preciso observar que uma *sigla* é distinta de uma abreviatura, pois a decomposição de uma sigla pode equivaler a mais de uma palavra (o que, na verdade, é sua etimologia). Normalmente, as siglas são escritas somente com letras maiúsculas (por exemplo, USP), mas há algumas siglas que se tornam nomes comuns e somente o pesquisador poderá diferenciá-las. Convencionou-se que uma sigla não é um hemilema e sim um metalema.

5. O Hiperlema

O campo *Etimologia* das fichas do banco de dados do DELPo pode ser preenchido com uma única informação, a saber, uma *remissão*. Nesse caso, diz-se que a acepção é *subordinada* a uma outra. A remissão tem o seguinte formato:

ID da acepção subordinante

Uma acepção subordinada pode remeter a uma acepção subordinante sob o mesmo metalema ou em outro metalema. A acepção subordinante que não for ao mesmo tempo subordinada chama-se *acepção principal*. Toda acepção principal gera um hiperlema, como pode ser visto na *Busca Homonímia*. Um metalema pode ter duas ou mais acepções principais. Nesse caso gerará *hiperlemas homônimos*¹⁴. Dessa forma, distingue-se homonímia e polissemia sob um mesmo metalema. Exemplo:



Na figura acima, o primeiro metalema tem duas acepções principais (subordinantes e não subordinadas) e o segundo, apenas uma, o que resulta em três hiperlemas. A acepção 2 (isto é, de ID 2) é subordinante em relação à acepção 4, mas é subordinada em relação à acepção 1.

O hiperlema gerado H¹ terá as aceções (1), (2) e (4), ou seja, ou seja, as aceções A¹ e A² do metalema M¹ e A¹ de M²; o hiperlema H² terá as aceções (3) e (5), isto é, A³ de M¹ e A² de M²; finalmente, o hiperlema H³ terá a acepção (6) ou A³ de M². Cada hiperlema gerará lemas, da seguinte forma para a consulta externa:

O lema L¹ terá dois homônimos L¹₁ e L¹₂, correspondentes a H¹ e a H² e o lema L² terá três lemas homônimos L²₁, L²₂ e L²₃. O lema L²₁ remeterá a L¹₁; o lema L²₂ remeterá a L¹₂ e o lema L²₃ remeterá a H³.

6. Ultralema

Algo digitado no campo *Origem* nas fichas do banco de dados do DELPo gera

¹⁴ Como já dito, não há metalemas homônimos, mas há hiperlemas homônimos.

um *ultralema*. Também é possível gerá-las manualmente. Os ultralemas foram criados para discussão de radicais, raízes e elementos de formação e distinguem-se em *ultralemas comuns* e *ultralemas remotos*, dependendo do grau de antiguidade desses elementos. O formato dessa inserção deve ser:

língua ULTRALEMA

Se o ultralema for um sufixo, deve ter o formato *-x-* (se for um sufixo não-final, que requer, por exemplo, uma vogal temática) ou *-x* (se for um sufixo final); um prefixo deverá ser *x-*. Demais elementos, como raízes, são escritos sem hífen à esquerda ou à direita. No campo *Origem remota*, devem vir informações semelhantes às que aparecem no campo *Origem*; no entanto, como se trata de uma língua reconstruída (*indo-europeu, camito-semítico, bantu, proto-jê*, etc.), o elemento de formação terá sempre um asterisco antes:

língua *ELEMENTO DE FORMAÇÃO

Além do comentário etimológico, a utilidade dos ultralemas se vê no campo *Cognatos*, no qual estarão, automaticamente, todas as acepções cujos ultralemas foram declarados no campo *Origem* das suas fichas¹⁵.

Assim sendo, o metalema *cabo* deverá ter dois hiperlemas, um que agregue os significados de “início”, “cabo geográfico” e “cabo militar” e outro que agregue os de “cabo de panela” e “cabo de aço”.

Além de reunir as acepções do metalema de modo que se possam distinguir os lemas homônimos das acepções em polissemia, tal como entende a Lexicografia, outra utilidade do hiperlema está na escolha de um metalema principal num conjunto de metalemas alótopos. Por exemplo, “emboaba”, “imbuava” e “emboava” são três metalemas distintos, apesar de terem o mesmo significado, uma vez que a sua distinção não é meramente ortográfica. Para reuni-los é preciso que “imbuava” e “emboava” remetam, por exemplo, a “emboaba”, o qual, por sua vez, gerará automaticamente um hiperlema. No hiperlema “emboaba” estarão entre as suas acepções também as formas “imbuava” e “emboava”.

¹⁵ É preciso, portanto, organizar-se para que apenas a acepção principal tenha os ultralemas a fim de evitar duplicações desnecessárias.

Os dois hiperlemas que se formam da palavra **cabo** referem-se, cada um, a um ultralema distinto. Um deles, além da palavra “cabo”, também terá as palavras **cabeça**, **capital**, **decapitar**, etc. O outro, além da palavra “cabo”, também terá, por exemplo, palavras como **caber**, **receber**, **concepção**, etc. *Uma palavra pode remeter a mais de um ultralema. É o caso, por exemplo, de palavras formadas por composição. Por exemplo, a palavra **sanguessuga** tem duas raízes, portanto, dois ultralemas. Um deles, além do hiperlema **sanguessuga**, também está vinculado aos hiperlemas **sangue**, **sanguíneo**, etc. e o outro, além de **sanguessuga**, também está vinculado a **sugar**, **sucção**, etc.*

7. Conclusões

Diferentemente de pertencerem a alguma teoria lexicográfica, os conceitos de metalema, hemilema, hiperlema e ultralema são meramente operacionais, mas permitem, mediante correta análise construir aquilo que a Lexicografia chama de *lema*. Assim sendo, sob o ponto de vista da Etimologia, um *lema* é algo *a posteriori*. Não se sabe de antemão se duas formas lematizadas pertencem ou não ao mesmo lema sem uma investigação etimológica e sem operações mecânicas, resultado de decisões de organização. Nesse sentido, o *metalema* reúne formas lematizadas idênticas, mas mediante as remissões, o *hiperlema*, criado automaticamente, as separa, mas ainda é um passo anterior ao *lema*, que remete da forma tradicional (com “vide lema x”).

O vínculo entre as acepções e seus elementos de formação formam ainda um outro mecanismo de busca, tal como provam os *ultralemas*. Da mesma forma o vínculo entre *interpretações* de acepções e um lema abreviado, por exemplo, formam um terceiro mecanismo de busca distinto.

Poder-se-ia pensar num quarto mecanismo de busca, relacionado a determinadas “classificações semânticas” das acepções e que caracterizam buscas de antropônimos e topônimos. Mimetizar uma consulta de acordo com a tradição lexicográfica requer ainda este tipo de cuidado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Houaiss, Antônio; Villar, Mauro de S. 2001. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Sardinha, Tony B. 2004. *Linguística de corpus*. Barueri: Manole.

Viaro, Mário E. 2011. *Etimologia*. São Paulo: Cortez.

Viaro, Mário E. *et alii*. No prelo. *O desafio da retrodatação para os estudos etimológicos de língua portuguesa*. Anais do I CINEFIL. Araraquara.

www.nehilp.org

A GRAMÁTICA DE FERNÃO DE OLIVEIRA: ANOTAÇÕES CRÍTICAS SOBRE A EDIÇÃO DE UMA OBRA DO FINAL DA IDADE MÉDIA PORTUGUESA

Jane Keli Almeida da SILVA¹
André Luís de Alcântara SANTOS²
Orientador: Américo Venâncio Lopes MACHADO FILHO³

RESUMO

Estudos sobre a *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira (1536), foram tema de duas pesquisas de Iniciação Científica realizadas na Universidade Federal da Bahia. Em 2012, desenvolveu-se a primeira investigação, que consistiu em comparar a edição *princeps* com a versão crítica de Torres e Assunção (2000), com o intuito de verificar em que ponto se aproximavam e em que ponto se distanciavam. Adotaram-se as seguintes questões no cotejo: problemas de leitura, supressão e adição de vocábulos, não adoção de critérios de edição. Tendo em vista os problemas encontrados, resolveu-se comparar também a edição semidiplomática dos mesmos autores, em uma nova pesquisa, realizada em 2013. Obviamente, adotaram-se as mesmas questões da pesquisa anterior. Este artigo apresenta os resultados alcançados durante as duas investigações. De antemão pode-se apontar que foram identificados, nas edições observadas, supressão e adição de vocábulos, salto bordão, além da não adoção de muitos critérios editoriais. Os resultados das pesquisas podem contribuir para a fortunacritica de tão importante obra inaugural da metalinguagem portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: Filologia; edições; *Grammatica da lingoagem portuguesa*; Fernão de Oliveira.

1 Introdução

Em 1536, Fernão de Oliveira elabora a primeira gramática conhecida na história

1 Me/Ufba-Fapesb/Grupo Nêmesis; Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia. E-mail: janelialmeida@gmail.com.

2 Gd/Ufba; Graduando em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: andre_luisalcantara@yahoo.com.br

3 Pq-Ufba/Grupo Nêmesis; Professor Associado de Língua Portuguesa do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, Bahia; pesquisador do Grupo Nêmesis/ALiB/NEHiLP; americovenancio@gmail.com

da língua portuguesa, intitulada a *Grammatica da lingoagem portuguesa*, e a dedica a D. Fernando D'Almada. Homem que se destacou na história por ter sido Alcaide-Mor de Lisboa e Capitão-Mor do Mar, segundo os dados do Nobiliário de famílias de Portugal (GAYO, 1938).

Uma cópia da edição *princeps*, dessa importante obra, encontra-se hoje disponível no endereço eletrônico da Biblioteca Nacional de Portugal <<http://www.bnportugal.pt>>, estando registrada sob a cota res-274-v. A referida obra foi, até o presente, objeto de várias edições de diferentes tipos. De cunho fac-similar, são conhecidas cinco. Em 1975, veio a lume uma edição de Maria Carvalhão Buescu, a que a autora chama de atualizada, mas cujas características podem indicar se tratar do que se convencionou chamar de edição interpretativa ou semidiplomática.

Em 2000, Torres e Assunção publicaram na Academia das Ciências de Lisboa um trabalho composto por três edições filológicas: Uma anastática, uma crítica e uma semidiplomática. Esse trabalho foi republicado em 2007. Em 2001, Toru Maruyama elaborou uma edição de cariz semidiplomática. Em 2002, Paiva na sua tese de doutorado elaborou uma edição de cunho diplomática. Em 2012, Franco e Silvestre fizeram uma edição atualizada. Assim, somam-se hoje doze edições, contando com a edição *princeps*.

As edições crítica e semidiplomática, as de Torres e Assunção (2000), foram estudadas durante duas pesquisas de iniciação científica financiadas pelos organismos de fomento, PET-UFBA e CNPq, realizadas no âmbito da Universidade Federal da Bahia, em 2012 e 2013. O objetivo das investigações foi comparar a edição *princeps* com suas versões crítica e semidiplomática, para verificar em que ponto se aproximavam e em que ponto se distanciavam. Observaram-se os seguintes pontos principais: problemas de leitura; supressão e adição de vocábulos; não aplicação dos critérios editoriais.

Pretende-se, portanto, neste trabalho apresentar os resultados conjugados das duas pesquisas, com o intuito de contribuir para a fixação desse importante texto inaugural da era moderna do português, assim como para a história da metalinguagem da língua portuguesa.

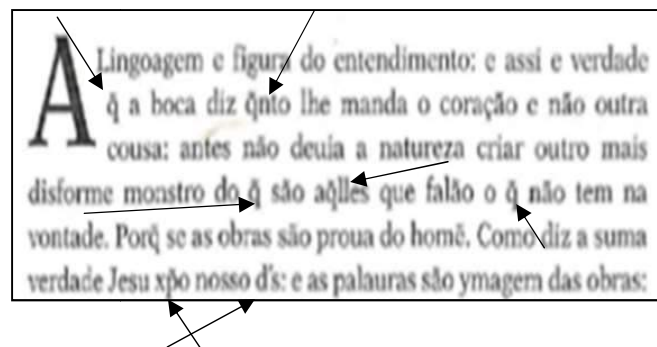
2 Edições: critérios e seus problemas

Torres e Assunção se basearam em 16 critérios para a elaboração de suas edições, tanto para a crítica, quanto para a semidiplomática. O primeiro deles se refere ao desdobramento de abreviaturas, conforme se pode observar no excerto abaixo.

Desdobramento, geralmente até no aparato crítico, das numerosas abreviaturas⁴, todas elas de tipo corrente, mesmo para um aprendiz de paleografia, mas sem a indicação do seu desdobramento em itálico, desnecessária em face dos textos semidiplomático e anastático (Torres; Assunção, 2000, P. 70).

Entrementes, a aplicação do critério não é tomada de maneira regular. Percebe-se que o desdobramento de abreviaturas nem sempre é realizado, como se pode observar na figura 1, na sequência.

Figura 1 – Irregularidade no desdobramento de abreviaturas.



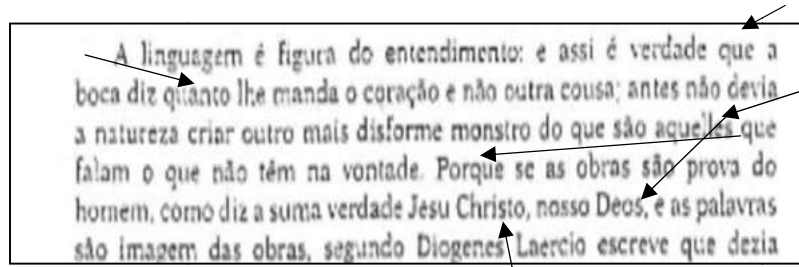
Fonte: TORRES; ASSUNÇÃO, 2000, p. 165.

Em um pequeno trecho da edição semidiplomática, modificam-se elementos abreviados sem qualquer tratamento editorial. Na segunda linha, por exemplo, o *que*, representa-se como *q*Ⓢ, assim como *quanto*, pelo *q*Ⓢ*nto*. O mesmo acontece com *Cristo*, na última linha, que aparece com a conhecida abreviatura *xp*Ⓢ.

Não obstante, na figura 2, que corresponde à página 83 da edição crítica, o mesmo *q*Ⓢ*nto*, se encontra desenvolvido na linha 2, assim como o *q*Ⓢ, representado como *que*. O mesmo ocorre com *Cristo*, na penúltima linha, que está desenvolvido.

4 No que se refere ao desenvolvimento das abreviaturas, Torres e Assunção se apoiam no trabalho de Maria Helena Paiva. *Intitulado Variação e evolução da palavra gráfica: O testemunho dos textos metalinguísticos portugueses do século XVI* (1997, p. 233-252).

Figura 2 – Irregularidade no desdobramento de abreviaturas.



Fonte: TORRES; ASSUNÇÃO, 2000, p. 83.

O segundo critério adotado pelos autores se refere à substituição de grafemas, como se pode observar no fragmento abaixo.

Substituição, raramente requerida, do *g* pelo *j* e vice-versa, ou do *v* vocálico e *u* consonântico, pelos grafemas apropriados e referidos, por razões óbvias, no rodapé, ou do *y* pelo *i*, palatais estas que funcionam ora como vogais ora como semivogais e Oliveira não poucas vezes já permuta entre si (TORRES; ASSUNÇÃO, 2000, p. 70).

Mais uma vez, no que concerne à aplicação estrita dos critérios, nota-se que a substituição grafemática é irregular, no que se refere a *v* e *u*, *y* e *i*. Veja-se o quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Representação dos grafemas: *v*, *u*, *i*, *y*.

<u>Edição <i>princeps</i></u>	<u>Edição crítica</u>	<u>Edição semidiplomática</u>	<u>Localização do fôlio</u>
diuersos	diversos	diuersos	2
chamaua	chamava	chamaua	2
bayxo	baixo	bayxo	2
leuar	levar	leuar	2
sy	si	sy	2
notarey	notarei	notarey	3

Como se pode ver, os grafemas destacados em negrito não foram devidamente substituídos na edição semidiplomática como sugere o critério. Obviamente, os dados acima servem apenas como exemplos e não representam a totalidade de casos.

Adverte-se, entretanto, que os autores previnem que variantes raras de Oliveira como *meyo*, *seyo*, *moyo*, *joyo*, *syllaba*, *syllabas* seriam conservadas por caracterizar seu posicionamento ortográfico. Essa decisão é sinalizada no critério 16, mas deveria ter

sido apontada também no segundo critério, porque se trata de uma exceção. Isso o tornaria mais claro, evitando dúvidas ao leitor.

Quanto ao terceiro critério, o foco recai sobre o tratamento do til.

Resolução do til em m ou n dentro da normatividade usual, inclusive nas terminações verbais em -ão, correspondentes aos pretéritos perfeito e m. q. perfeito nas terceiras pessoas do singular (Torres; Assunção, 2000, p. 70).

Segundo se pôde depreender do texto, os autores deveriam utilizar m ou n em situações em que fosse o til incoerente para a regra ortográfica atual. O que se verifica, todavia, é sua manutenção como se pode verificar no quadro 2, abaixo.

Quadro 2 – Ocorrências de uso de til ou m/n.

<u>Edição princeps</u>	<u>Edição crítica</u>	<u>Localização do fólio</u>	<u>Edição semidiplomática</u>	<u>Localização do fólio</u>
alghũas, Alghũas	<i>alghũas</i> , <i>Alghũas</i> (21)	3, 6, 14, 17, 19, 20, 22, 24	<i>alghũas</i> , <i>Alghũas</i> (21)	3, 6, 20, 21, 22, 24, 37
alghũa	<i>alghũa</i>	8, 9, 22, 24, 25, 29, 30, 33, 41	<i>Alghũa</i>	8, 9, 22, 24, 25, 29, 30, 33, 41
algũhũas	<i>algũas</i>	22	<i>algũhũas</i>	22
nenhũa	<i>nenhũa</i>	22, 38	<i>Nenhũa</i>	22, 38
alghũ	alghum	25, 30, 31,35	<i>Alghũ</i>	25, 30, 31, 35
alghũs	alghuns	11, 20, 26, 36	<i>Alghũs</i>	11, 20, 26, 36
hũa	<i>hũa</i>	11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34	<i>Hũa</i>	11, 12, 20, 21, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 40
hũas	<i>hũas</i>	4, 12, 55, 12, 13, 25, 31, 32, 33	<i>Hũas</i>	4, 12, 25, 26, 31, 32, 39
hũ	<i>hum</i>	2, 4, 8, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 24, 26, 29	<i>hũ</i>	4, 11, 21, 24, 26, 29, 32, 34, 38, 39

hūs	<i>huns</i>	8, 25, 35	<i>hūs</i>	8, 25, 35
fezerão	<i>fezerão</i>	11	<i>Fezerão</i>	11
mĩ	<i>Mĩ</i>	71	<i>Mĩ</i>	71

Estranhamente, a inconsistência na aplicação do critério se mantém. Às vezes algũ é representado por m, em outros se mantém o uso do til. Curioso é perceber que os autores usaram uma nota de rodapé em que afirmam que “não há nisto transgressão do conselho de Silva Neto” (2002, p. 70), que em seu trabalho Textos medievais portugueses e seus problemas (1956) recomenda a sinalização das vogais nasais com til nas grafias medievais.

Essa transgressão de fato não haveria se os critérios fossem devidamente aplicados com regularidade. Note-se, no quadro 2, que a forma finita do pretérito perfeito do verbo fazer, fezerão, não foi alterada para m como sugeriram os editores.

Em relação ao quarto critério adotado por Torres e Assunção, que pretendia uniformizar maiúsculas, consoantes duplas e permitir algum grau de polimorfismo, há de se registrar, logo inicialmente, que a redação é confusa e pouco precisa. Esse critério se encontra reproduzido abaixo.

Uniformização do uso das maiúsculas em nomes próprios e global preferência ortográfica de acordo com a média relevante de ocorrências vocabulares, quanto às consoantes duplas, às formas do verbo haver e da terceira pessoa do singular de ser, no presente do indicativo, enquanto por outro lado se respeitou sempre o polimorfismo foneticamente resultante dos jogos vocálicos e/i, o/u e vice-versa (Torres; Assunção, p. 70-71).

Em relação ao polimorfismo, que segundo os autores será mantido, constata-se que isso não ocorre de fato. Basta observar o quadro abaixo.

Quadro 3 – Exemplos do tratamento dado pelos autores às unidades polimórficas.

<u>Edição princeps</u>	<u>Edição crítica</u>	<u>Localização do fólio</u>	<u>Edição semidiplomática</u>	<u>Localização do fólio</u>
neçessaria	necessarea	14	neçessaria	14

<i>neçessarea</i>	<i>necessarea</i>	35,56	<i>neçessarea</i>	35, 56
neçessarias	necessareas	3	neçessarias	3, 20, 23, 29
q̄yxyays	queixaes	17	q̄yxyays	17
gingibas	gengibas	17	Gingibas	17
deziam	diziam	21	Deziam	21
ẽteiras	inteiras	30	ẽteiras	30
enteiro	inteiro	30	Enteiro	30
premeiro	primeiro	40, 42, 46, 56, 62, 71, 72	premeiro	40, 42, 46, 49, 50, 56, 62, 72
<i>premeiros</i>	<i>premeiros</i>	50, 57	<i>premeiros</i>	50, 57
premeira	primeira	36	Premeira	36, 56, 69, 71, 72, 76
premeiras	primeiras	63	Premeiras	40, 56, 63
<i>espírito</i>	<i>Espírito</i>	23	<i>Espírito</i>	23
deuidir, <i>diuidir</i> deuidir	dividir, <i>diuidir</i> diuidir	45, 56	deuidir, <i>diuidir</i> deuidir	45, 56

Em relação ao vocábulo espírito, registraram-se as outras variantes no aparato crítico, o que não ocorreu com os demais vocábulos presentes no quadro 3. Vejam-se os muitos casos em que não se respeitou o polimorfismo, na edição crítica, entre e/i da escrita de Oliveira. Nos fólios: 20, 23, 29 sinalizam-se necessarias na versão crítica e na semidiplomática, conforme a edição princeps. Enquanto o desvio do critério só ocorre na crítica, no fólio 3, em que se registra necessareas em vez de neçessarias. Exemplo parecido ocorre com o vocábulo primeira, registrado também em apenas um fólio (36)

na edição crítica. Enquanto os fólhos 56, 69, 71, 72, 76 registram-se premeira em conformidade com a edição princeps.

Premeiro é registrado, na lição crítica, nos fólhos 72, 49, correspondendo ao texto princeps, enquanto se assinala primeiro nos fólhos: 40, 42, 46, 56, 62, 71 e 72, em dissonância com o texto de 1536. Devidir é sinalizado no fólho 56. Já no fólho 45 registrou-se dividir.

Na edição semidiplomática, identificou-se apenas um desvio do critério, no fólho 46, em que aparece premeiro em vez de primeiro, conforme o texto princeps.

Os exemplos demonstram de que na edição crítica há uma grande variação na aplicação desse critério, ora se aplica, ora não se aplica. Em contrapartida, a lição semidiplomática respeita quase fielmente o polimorfismo de e/i de Fernão de Oliveira.

Considerando o quinto critério abaixo, veja a decisão dos autores sobre a:

Separação, mesmo através do hífen, de morfemas ou palavras indevidamente unidas e junção de tantas que então já tendiam para isso, como toda via, por ventura, sobre tudo, a trás, a diante, com tudo, esta nasalmente adaptada com n, (conforme Prisciano já mandava colocar antes de c, d, q, f) ou de outras como se não quando advérbio, mal tratar, a meude (Torres, Assunção, p. 71).

Em relação à aplicação do critério, Torres e Assunção em algum momento não o adotam devidamente. Observe-se o quadro 4.

Quadro 4 – Exemplos de separação e junção de vocábulos.

<i>Edição princeps</i>	<i>Edição crítica</i>	<i>Localização do fólho</i>	<i>Edição semidiplomática</i>	<i>Localização do fólho</i>
toda uia	todavia	43, 46	Todauia	43, 46
por uentura	porventura	44, 49	por ventura	44, 49
sobre tudo	sobretudo	2	sobre tudo	2
a tras	atrás	21	a tras	21
com tudo	contudo	25	com tudo	25
se não	senão	10	se não	10
mal tratar	maltratar	74	mal tratar	74
a diante	adiante	33	a diante	33
a meude	ameude	53	a meude	53
com nosco	connosco	35	com nosco	35

Constata-se, nos exemplos acima, que na edição crítica os autores procederam devidamente a separação e junção de itens lexicais. Entretanto, na edição semidiplomática, o item lexical com tudo ocorre 22 vezes separado, enquanto, todavia aparece 14 vezes junto.

A edição crítica, diferentemente, do que se esperava atende bem a esse critério em oposição à semidiplomática, que mantém a maior parte dos vocábulos separados. Não existe explicação para isso nesse critério nem nos demais. Ao contrário do que se espera, os critérios de Amadeu Torres e Carlos Assunção não são aplicados integralmente em todos os casos e em todas as lições filológicas.

Tomando-se, sob análise, o sexto critério que se refere à:

Regularização do grafema cedilhado, transcrevendo ç antes de e, i por c, já que o contrário tem-no Duarte Numes de Leão por idiotice, não obstante o parecer de João de Barros sobre o ceceamento, à ‘maneira dos ciganos’ provocado por aquele, mesmo antes destas palatais⁵ (Torres; Assunção, 2000, P. 71),

mais uma vez a decisão não é aplicada na sua integridade. Basta a observação do quadro abaixo.

Quadro 5 – Tratamento dado pelos editores à regularização da cedilha.

<i>Edição princeps</i>	<i>Edição crítica</i>	<i>Localização do fólio</i>	<i>Edição semidiplomática</i>	<i>Localização do fólio</i>
naçem	<i>naçem</i>	4	<i>Naçem</i>	4, 10
naçe	<i>naçe</i>	45	<i>Naçe</i>	45
esqueçendo	<i>esqueçendo</i>	7	<i>esqueçendo</i>	7
pronunciam	<i>pronunçiam</i>	21	<i>pronunçiam</i>	21
pronuçar	<i>pronunçar</i>	29	<i>pronuçar</i>	12, 15, 22, 23, 29, 41, 47
alquiçe	<i>alquiçé</i>	42	<i>alquiçe</i>	42
alçaçere	<i>alçaçere</i>	36	<i>alçaçere</i>	36
alçaçer	<i>alcácer</i>	36	<i>alçaçer</i>	36

⁵Em relação à regularização da cedilha, Torres e Assunção têm como base o trabalho de Duarte Numes de Leão, *Ortografia e origem da língua portuguesa* (1983, p. 56), a obra de João de Barros. *Gramática da língua portuguesa* (1971, p. 147 e 381), e o trabalho de João da Silva Correia: *Reflexos filológicos dos sinais gráficos e do seu aprendizado* (1933, p.136-137).

abasteçer	<i>abastecer</i>	54	<i>abasteçer</i>	54
frâçes	<i>francês</i>	57	<i>frâçes</i>	57
pareçe	<i>Parece</i>	14	<i>parece</i>	14
eçeições	<i>eçeições</i>	38, 72	<i>eiceições</i>	38, 60, 72, 73

São muitos os exemplos de não aplicação do critério. Não obstante, o critério foi aplicado em *nacem* na versão crítica, no fôlio 10, e em *parece* no fôlio 14, nas duas edições. Caso semelhante ocorre com o vocábulo *eiceições*, registrado nos fôlios 60, 73 sem cedilha na versão crítica.

Registra-se que a edição semidiplomática mantém na maioria dos casos a cedilha antes de e e i. Mais uma vez o critério não foi obedecido completamente nas duas versões.

Analisando o sétimo critério que se encontra abaixo, observe-se a postura de Torres e Assunção:

Tendendo Fernão de Oliveira para um aportuguesamento mórfico marcado de indecisões e recuos, as grafias com sabor às origens pouco se vêem, motivo por que se achou menos razoável acatá-las do que sujeitá-las à bitola comum, desde que acompanhadas sempre, em pé-de-página, da forma original, o que culturalmente tem o seu interesse, e ressalvados os hápaxes, ou quase, *bõ*, *bõa*, *depoys*, entre outros (Torres; Assunção, 2000, p. 71-72).

Os editores poderiam esclarecer quais são as grafias com sabor às origens, para que o referido critério ficasse claro, embora se tenha interpretado como de base etimológica.

Em relação aos vocábulos com pouca recorrência nos textos, como *bõ*, *bõa* e *depoys*, verifica-se que os dois primeiros foram respeitados nas duas edições e sinalizados no aparato crítico. Enquanto o vocábulo *depoys* foi registrado como *depois*, nos fôlios 2 e 21, na edição crítica, desrespeitando o critério em questão.

O oitavo critério é redundante ao quarto, pois incide sobre a reduplicação consonântica.

Não se manteve, conseqüentemente, a reduplicação consonântica na maior parte dos casos e sempre que, em contraste, abundavam alomorfias simplificadas (Torres; Assunção, 2000, p. 71).

Que significaria “na maioria dos casos” em um critério editorial? Não deveriam ser todos os critérios objetivos, sem margens para subjetividade? O quadro 6, abaixo, busca inventariar algumas ocorrências de reduplicação consonântica.

Quadro 6 – Conservação das consoantes duplas.

<i>Edição princeps</i>	<i>Edição crítica</i>	<i>Localização do fôlio</i>	<i>Edição semidiplomática</i>	<i>Localização do fôlio</i>
elle	ele	2, 8, 20, 21	elle	2, 8, 20, 21
immortal	immortal	2	immortal	2
pollo	pollo	2	pollo	2
nella	nella	3, 5, 15	nella	3, 5, 15
dellas	delas	3, 11, 13, 14, 15, 16, 22, 23, 29, 34	dellas	3, 11, 13, 14, 15, 16, 22, 29, 34
ella	ella	3, 5, 6, 7, 8, 13, 14, 19, 26, 34	ella	3, 5, 6, 7, 8, 13, 14, 19, 26, 24
aquelles	aquelles	4, 35	aquelles	4, 35,
parellas	par'ellas	7	parellas	7
daquelles	daquelles	8	daquelles	8
ellas	ellas	12, 15, 29, 32, 34, 36	ellas	12, 15, 29, 32, 34, 36
elles	eles	12, 17, 23	elles	12, 17, 23
gramaticos	grammaticos	13	grammaticos	13
pula	pulla	25	pulla	25
capa pele	capa-pelle	40	capa pelle	40
gramatica	grammatica	8, 40	grammatica	8, 40
ele	ele	17	elle	17
pela	pella	38	pella	38
sobrele	sobr'elle	21	sobrelle	21

Os dados apresentados acima sinalizam que a consoante lateral duplicada l é, extremamente, recorrente no texto princeps. Talvez por isso os autores a tenham conservado nas suas edições, se se considerar o que chamariam de “na maioria dos casos”.

Note-se, ainda, que há vocábulos como: pula, capa pele, ele, pela, em que o l não está duplicado, mas foi duplicado indevidamente tanto na edição crítica como na semidiplomática, incluindo também a estrutura sobrele.

A consoante bilabial m foi dobrada nos vocábulos *grammaticos* e *grammatica*, mesmo não estando assim no texto original. Essa decisão não é apontada nem explicada nas duas edições. Franco e Silvestre (2012) explicam que o vocábulo m era grafado no latim com duas consoantes bilabiaais, talvez por isso Torres e Assunção o mantenham duplicado. Mas essa

correção do exemplo, no sentido de uma grafia etimologizante, contraria a regra sobre as consoantes duplas enunciadas por Oliveira no capítulo XXII. Se a regra de Oliveira defende justamente a inutilidade de algumas consoantes duplicadas, da correção dos exemplos na edição de Torres e Assunção resulta uma formulação ilógica (Franco; Silvestre, 2012, p.101).

Se se concordar com essa posição de Franco e Silvestre, Torres e Assunção teriam interferido de forma improdutora no texto e, além do mais, não estariam salvaguardados por um de seus critérios.

O nono critério é assim apresentado:

Embora Fernão de Oliveira, diferentemente de outros quinhentistas, se haja dispensado em absoluto de quaisquer acentos, eles tornavam moderadamente aconselháveis perante ambiguidades de homografia e tropeços eventuais de leitura, ou em contracções, como à, às, ò (ao), ou ainda em futuros e infinitivos arcaicos peçados de esdrújulas como dáremos, poderemos, fôremos, dixéremos, escrevéremos (Torres; Assunção, 2000, p. 72).

Em relação à acentuação dos vocábulos, os autores mais uma vez usam irregularmente esse critério. Veja-se o quadro abaixo:

Quadro 7 – Acentuação gráfica dos itens lexicais.

Edição <i>princeps</i>	Edição crítica	Localização do fólio	Edição semidiplomática	Localização do fólio
animo	animo	2	animo	2
daremos	daremos	29, 41, 62	daremos	29, 41, 62
daremos	dáremos	37	daremos	37
poderemos	podéremos	30, 57, 58	poderemos	30, 57, 58
foremos	fôremos	42	foremos	42

dixeremos	dixéremos	15, 40, 40	dixeremos	15, 40, 40
escreueremos	escrevêremos	14	escreueremos	14
escreueremos	escreveremos	25, 27, 30, 30	escreueremos	25, 27, 30, 30

Na busca de compreender o critério em questão, notou-se que os autores acentuaram, na edição crítica, os verbos que estavam na forma nominal do infinitivo e não no futuro. Concorda-se com essa decisão dos editores embora o critério não seja claro.

Constatou-se que a forma verbal daremos, no texto crítico e semidiplomático, está no futuro do presente nos fólhos 29, 41, 62, portanto, não foi acentuada. Já no fólio 37, na edição crítica, a referida forma recebeu acento, corretamente, porque se encontra no infinitivo flexionado. A mesma situação ocorre com a forma verbal podéremos, nos fólhos 30, 57, 58, que também recebeu acento por estar no infinitivo flexionado. Caso semelhante ocorre com a forma dixéremos, nos fólhos 15, 40.

Adverte-se que as formas verbais escrevêremos e fôremos, localizadas nos fólhos 14 e 42, foram sinalizadas, no texto crítico, com acento circunflexo, não obstante os editores tenham afirmado que usariam o sinal agudo, embora se possa deprender que provavelmente tenham sinalizado o timbre da vogal.

Existe, também, uma incongruência na aplicação do critério com o vocábulo animo, no fólio 2, que causa ambiguidade de homografia, mas não foi acentuado em nenhuma das edições.

Em relação ao contexto geral dos textos, pode-se constatar que a maior parte das palavras está acentuada na edição crítica, o que não acontece na lição semidiplomática.

No que concerne à inserção do apóstrofo, isso estava previsto no décimo critério que se encontra abaixo reproduzido:

As passagens da fonética sintáctica assinalaram-se ora como apóstrofo quando explícitas, no género de co'a, antr'os – mas não quando ainda a meio caminho, por exemplo, co as orelhas – ora com desdobramento em itálico, como ajudão acrecentar [lido 'ajudam àcrecentar'], isto é, ajudam a acrecentar (Torres; Assunção, 2000, p. 72).

Em dissonância ao referido critério, não se regularizou o apóstrofo em muitos casos, mesmo em *passagens da fonética sintáctica*. Verifique-se o quadro 8.

Quadro 8 – Tratamento dado ao apóstrofo nas edições.

<i>Edição princeps</i>	<i>Edição crítica</i>	<i>Localização do fôlio</i>	<i>Edição semidiplomática</i>	<i>Localização do fôlio</i>
co as orelhas	com as orelhas	27	co as orelhas	27
aquelloutros	aquelloutros	68	aquelloutros	68
nestoutra	nestoutra	13	nestoutra	13
nestoutras	nestoutras	19	nestoutras	19
destoutra	destoutra	21	destoutra	21
dessoutros	dessoutros	68	dessoutros	68
estoutras	estoutras	24	estoutras	24
estoutros	nestroutos	47	nestoutros	47
estroutro	estoutro	51	estoutro	51
estoutros	estoutros	67	estoutros	67
essoutras	essoutras	45, 52, 71	essoutras	45, 52, 71
daqueloutros	daqueloutros	63	daqueloutros	63

Os exemplos acima denunciam a desobediência ao critério em questão, tanto no texto crítico como no semidiplomático. Isso comprova, mais uma vez, a falta de rigor dos autores na aplicação das decisões editoriais.

Considerando o décimo primeiro critério que segue abaixo, observe-se a decisão de Torres e Assunção:

No que concerne à pontuação, sabido que no texto aparecem frequentemente o ponto (pontuação forte) e os dois pontos (pontuação média) sem critério constante – dado a barra transversal equivaler à vírgula, ao ponto isolando um elemento, uma palavra ou sequência vocabular, ou ao ponto e vírgula (pontuação fraca), e o de interrogação não oferecer problema – procurou-se, em face de um certos caos distribucional, uma remodelação frásica comedida (Torres; Assunção, p. 72).

Em relação a esse critério, a subjetividade mais uma vez interfere na decisão editorial. Obviamente, em função disso não se pode fazer qualquer tipo de avaliação. Não obstante, a filologia contemporânea tem indicado que:

Quanto à pontuação original, a actualização no uso de pontos, vírgulas e outros sinais pode igualmente alterar modos de pensamento e de expressão, modificando, com escasso proveito, toda uma sintaxe que o historiador das mentalidades venha a considerar chave para a compreensão da época (DIAS, 1987, p. ix, apud Machado Filho, 2004).

O décimo segundo critério traz a questão da reprodução da nota tironiana copulativa, ou seja, e aditivo.

Quanto à nota tironiana representativa da conjunção copulativa monografémica, de que, segundo Maria Helena Paiva, há 1315 ocorrências além de 81 delas em letra maiúscula e duas em minúscula, interprete-se como amostragem, aqui irrelevante, de uma regularidade que a ortografia do texto não abona (Torres; Assunção, 2000, p. 73).

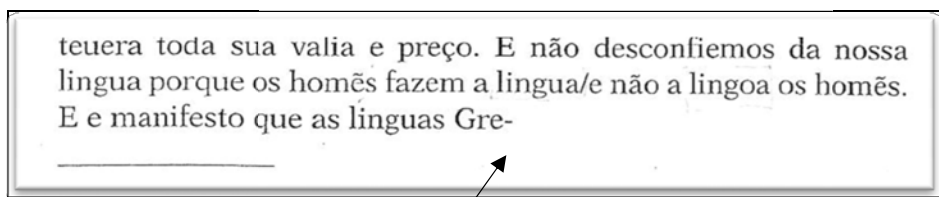
Nesse quesito os autores lograram êxito já que a referida nota tironiana não é representada em nenhum dos textos.

Quanto ao décimo terceiro critério:

Sendo frequente a omissão de traço de translineação na imprensa quinhentista, e em grau maior na Gramática oliveiriana, acrescentámo-lo na edição crítica, sempre que era necessário, mas não na semidiplomática em fim de capítulo, o que bastará para avaliação da irregularidade no seu emprego (Torres; Assunção, 2000, p. 73),

conforme se pode ver na figura 3, abaixo, o traço de translineação foi representado na edição semidiplomática, configurando-se mais uma vez com irregularidade de aplicação.

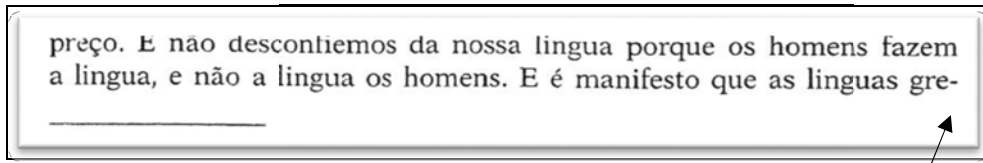
Figura 3 – Exemplos de translineação.



Fonte: TORRES; ASSUNÇÃO, 2000, p. 168.

Na figura 4, abaixo, verifica-se que o referido traço foi representado na edição crítica como prevê o critério.

Figura 4 – Exemplos de translineação.



Fonte: TORRES; ASSUNÇÃO, 2000, p. 86.

O décimo quarto critério foi devidamente adotado:

Atendendo a que poucos capítulos (19, 28, 30, 40) se apresentavam intitulados, generalizou-se o processo a todos, entre parêntese quadrado e em linguagem condizente, o que facilita um primeiro contacto com a matéria (Torres; Assunção, 2000, p. 73).

Veja-se o décimo quinto critério, que segue abaixo:

O cuidado tido com a paragrafação original não obstou à abertura de novos parágrafos introduzidos nas manchas compactas de uma, duas ou três páginas, no intuito de tornar mais atractiva e leve a textura figuracional sem prejuízo de conteúdo (Torres; Assunção, 2000, p. 73).

Na abertura de parágrafos, Torres e Assunção não consideraram, na maioria dos casos, o caldeirão medieval presente na edição princeps, que “se apresenta na forma do parágrafo, mas que originalmente se assemelha a uma letra “C”, cortada por um traço vertical” (Machado Filho, 2004, p. 79).

Essa interferência dos autores prejudica à leitura e à organização do texto editado.

Considerando o décimo sexto critério, que se encontra abaixo,

Manteve-se nos três textos – crítico, semidiplomático e anastático – correspondência rigorosa de paginação especial, a fim de tornar rápida a colação respectiva e não obstante a numeração geral da obra.

A fim de que não surtam juízos negativos de pormenores deixados nas alíneas acima em páginas anteriores acerca do nosso primeiro gramático a quem Eugenio Coseriu não poupa elogios cientificamente fundamentados (vd. sua ‘Apreciação global’), recorde-se que estávamos então numa época de sincretismos ortográficos, à margem de qualquer normatividade, precisamente em tentativas de desbravar caminhos próprios por entre compêndios latinos e humanistas relatinizantes.

Dessa feita, aceitar-se ão com naturalidade tantas indecisões, misturas e variantes da escrita oliveiriana: *lingoa* e *lingoagem*, formas raras, e *linguagem* e *lingua* prevalectes; *sentimos*, *consintem*, *sintirá*; *dixe*, *dixemos* e *dissemos*, *disse*; *mui*, *muito*, *mais*, *pois*, e *muy*, *poys*, *mays muyto*; *premeiro*, com presença sobretudo de meio para o final do livro, e *primeiro*,

desde o início; necessario, frequente, e necessareo, raro; devino e divindade; syllabas, mas às vezes sillabas ou silabas; abundância da forma ha sem variante, em face de avemos, aviam, aver, sem embargo de havidas, haviamos, havemos; Suetonio Tranquillo, geralmente reduplicado quanto à consoante lateral, e Quintiliano, jamais; para e pera; derivadas e vezinhas; destinto e distinto; he e é (verbo ser); memorea e memoria, deferente e diferente demenuir e diminuir; menenice e feminino.

A respeito deste último vocábulo e dos alomorfos de tantos que chegam a registra-se, não só no mesmo texto, mas até na mesma linha ou linhas contíguas, são de destacar os caps. 40 (p. [56] e 44 (p.[65]. Naquele, Fernão de Oliveira teve um ataque fonético expansivo, de abertura, com seis ocorrências de premeiro, uma de necessareo, outra de devidir; neste, manifesta-se linguisticamente constipado e opta, peferentemente, pelo fechamento: para três ocorrências de femenino escreveu o dobro de feminino. ao contrário do cap. anterior (p. [62]), no qual femenino se lê cinco vezes e premeiro uma.

A propósito do verbo ser, o predomínio pertence à forma é, amiúde acompanhada da he. Optamos claramente pela simplificada; mas nota-se, nalguns textos, um aglomeramento desta, noutros daquela. Não se deixou, todavia, de registrar, no aparato crítico tudo o que pode contribuir para uma apreensão objectiva e global desta tão preciosa Gramática.

Talvez provoque estranheza a última linha de texto de muitas páginas das edições crítica e semidiplomática quando aquela e queda incompleta no início, a meio, a três quartos ou mais, para depois continuar na página seguinte. Mas, realmente, não se deparou cpm melhor solução em face do objectivo primordial de manter rigorosa correspondência sucessiva, com numeração especial em chavetas, entre os três textos originais: original, semidiplomático e crítico. O recurso a maior espciejamento seria um fraco remédio, pois iria traduzir-se em manchas tipográficas sem uniformidade. De resto, procedimento similar se verifica em linhas que finalizam com pontuação de parágrafo, a distâncias bem diversificadas da vertical mancha.

Gostaríamos que na edição crítica o tipo de letra adoptado não divergisse do da semidiplomática, ou se assemelhase até ao da 'Introdução'. Contudo, o objectivo, atrás aludido, de não prejudicar a simultaneidade tópica entre os textos, a fim de, por este modo, tornar rápida a consulta e o confronto, inviabilizou a realização de tal desiderato.

Quanto à nossa preferência pela edição semidiplomática, há uma explicação a dar. É que, contendo o volume a lição anastática para gáudio do leitor e investigador, assim colocados sem dificuldade perante o texto não só au[t]êntico mas outrossim genuíno, e havendo este saído dos prelos de

Germão Galharde com defeitos de impressão que se repetiram, em parte, nas edições de 1871, 1936, e 1954 ou nelas se intrometeram, achámos ser obrigação imediata optar por ela, visto que a simplesmente diplomática redundaria, neste caso, em sonegação informativa e, dada a facilidade de leitura da mancha gótica de transição, numa espécie de pleonasma.

Note-se, ainda, que em nenhuma das pp. da edição princeps existe reclamo. No que concerne à numeração das mesmas, tão-somente alfabética, ela vai de Alr até E6v, contando-se cada letra até 8r/v, mas apenas estando indicada cada uma até 4r e começando expressamente em A3r.

Além do índice onomástico geral, o analítico, restrito ao texto crítico da Gramática, facultará a localização rápida dos conceitos de interesse. E como esta edição coincide, página a página e sem nenhuma ou com pequena diferença de linhas em relação à semidiplomática e à anastática, é fácil a consulta global (Torres; Assunção, p. 73, 74, 75, 76),

vê-se que esse critério, deveras longo, retoma parcialmente os outros critérios, causando a sensação de subjetividade, antes referida.

Esse é o último critério, dos dezesseis apresentados nesse trabalho, é também o mais extenso, portanto, os resultados apresentados estão divididos conforme as decisões dos editores: Paginação das edições, conservação das variantes raras, aparato crítico, edição semidiplomática.

Em relação à paginação, verifica-se que a numeração dos fólios é igual nas duas edições, crítica e semidiplomática. Portanto, nesse ponto, aplicou-se devidamente o critério.

No que concerne às variantes de Oliveira, os autores em algum momento não mantiveram o critério. Basta se verificar o quadro abaixo.

Quadro 9 – Representação das variantes oliveiranas.

<i>Edição princeps</i>	<i>Edição crítica</i>	<i>Localização do fólio</i>	<i>Edição semidiplomática</i>	<i>Localização do fólio</i>
lingoagem	<i>linguagem</i>	4, 5	<i>lingoagem</i>	4, 5
lingoa	<i>lingua</i>	12, 18	<i>lingoa</i>	5, 7, 11, 18, 20, 44
līgua	<i>lingua</i>	24, 26	<i>līgua</i>	12, 27, 35, 41, 54, 62
lingoas	<i>linguas</i>	29	<i>lingoas</i>	29

Embora tenham sido consideradas formas raras, os vocábulos destacados em negrito não foram respeitados no texto crítico. Isso compromete bastante a transcrição de uma obra tão importante na história do português, como é o caso da Grammatica da lingoagem portuguesa. Na lição semidiplomática, as mesmas formas são devidamente acatadas, o que a torna muito mais fiel ao critério em questão do que a crítica.

Os exemplos apresentados, no quadro 9, também mostram a desobediência ao quarto critério, que assegura a conservação do polimorfismo entre o/u. Constatou-se a não aplicação do quarto critério nos itens lexicais: Lingoagem > linguagem, lingoa > lingua, lĩgua > lingua.

No que concerne ao aparato crítico, Torres e Assunção assegura que todas as interferências no texto editado serão sinalizadas. No entanto, nem sempre isso acontece, já que se verificou que muitas intervenções não foram registradas no aparato. Observem-se os dados abaixo.

Quadro 10 – Quadro representativo das intervenções nos textos editados.

<i>Edição princeps</i>	<i>Edição crítica</i>	<i>Localização do fólio</i>	<i>Edição semidiplomática</i>	<i>Localização do fólio</i>
e	he	3, 17	E	3, 17
fetas	feitas	40	feitas	40
home	homem	4	homem	4
võtade	vontade	3	võtade	3
hetruria	etrúria	9	hetruria	9
esse	este	19	este	19
escriptura	escritura	19	escritura	19

Os fólios 3, 17 sinalizam que a edição crítica registrou he, enquanto na verdade seria e, conforme a edição princeps. Ademais, o h em “he” não é etimológico. Os outros vocábulos representam correções feitas pelos editores, que não as registraram no aparato crítico, embora o critério assegure que tudo seria sinalizado. Torres e Assunção intervieram de forma competente no texto, entretanto, poderiam ter sinalizado isso ao leitor.

No que concerne à leitura semidiplomática, os autores assumiram a preferência por essa versão, entretanto, identificou-se que há problemas de leitura na referida edição.

Quadro 11 – Quadro representativo dos problemas editoriais.

<i>Edição princeps</i>	<i>Edição semidiplomática</i>	<i>Localização do fôlio</i>
esta <i>primeira</i> anotação	esta <i>primeiras</i> anotação	3
nam somente nestas mas <i>ẽ</i> muitas outras cousas tem anossa lingoa avantajẽ	nam somente nestas/mas q [Ⓢ] muitas outras cousas tem anossa lingoa auantagẽ	5
e com ditongo como .o. ou. do dou: <i>dous</i>	e com ditongo como .o. ou. do dou, <i>dos</i>	34
Esta forma das dições a q [Ⓢ] chamamos <i>açẽto</i>	Esta forma das dições a q [Ⓢ] chamamos <i>açẽ</i>	34
<i>porẽ</i> nã e tã espiritual a lingua	<i>porq</i> [Ⓢ] nã e tã espiritual a lingua	4
fazemos.u.liquido <i>alghũas</i> vezes	fazemos .u. liquido <i>algũs</i> vezes	20
mas d'todo <i>deffeyto</i>	mas d'todo <i>desfeyto</i>	20

De acordo com os dados acima, observe-se que há um problema de concordância no texto semidiplomático: esta primeira > estas primeira. Depois, identifica-se um problema de leitura em que o vocábulo dos foi lido como dous. Há também lapsos de grafia no vocábulo açêto que aparece registrado parcialmente como açẽ. Note-se, ainda, que há outros erros de leitura, identificados no item lexical porẽ, que é interpretado como porq[Ⓢ], e no vocábulo deffeyto, lido como desfeyto. Depois, verifica-se uma alteração de gênero em que alghũas > algũs.

3 Outros problemas

Constata-se que embora a lição semidiplomática seja a preferida dos seus autores, existem problemas que precisam ser corrigidos o quanto antes, porque não se

podem permitir lapsos dessa natureza em uma obra tão importante para a história linguística do português.

No que concerne à edição crítica, identificaram-se que algumas correções foram procedidas nos textos crítico e semidiplomático. Os vocábulos *os*, *o*, vindos foram devidamente corrigidos nas duas edições, no entanto, não foram registrados no aparato crítico. Outras correções foram procedidas na versão crítica como *seu* por *sen*, para em vez de *pera*, *proprio* por *propria*, *por* em vez de *per*, *só* em vez de *soo*, *antes* por *ates*, *mas*, não foram assinaladas no aparato crítico.

Não obstante, identificaram-se problemas de leitura na edição crítica, por exemplo, a forma *escrevem* foi registrada como *escrevam*, apesar de não haver critério de regularização do indicativo do subjuntivo. Verificou-se, na referida edição, que o vocábulo *escolhe* foi lido como *recolhe*.

Acredita-se que os problemas de leitura prejudicam, de forma assaz, o texto *princeps*, por isso precisam ser corrigidos. Em 2012, Franco e Silvestre, em sua edição atualizada, competentemente realizaram a correção do vocábulo *recolhe* por *escolhe*, e não deixaram de apontar o lapso de leitura na edição de Torres e Assunção.

Para além dos problemas encontrados nos critérios, identificaram-se também outros lapsos editoriais como inserção e supressão de vocábulos e saltos bordões.

Mostram-se, no quadro 12, as inserções de vocábulos nas duas edições crítica e semidiplomática.

Quadro 12 – Aditamento de vocábulos nas edições.

<i>Edição princeps</i>	<i>Edição crítica</i>	<i>Edição semidiplomática</i>	<i>Localização do fólio</i>
eu não dou conta -- mais <i>q</i> ^Q escamête <i>da</i> minha lingua.	eu não dou conta <i>de</i> mais que escassamente <i>de</i> minha língua	eu não dou conta mais <i>q</i> ^Q escamête <i>da</i> minha lingua	35
não estran ^Q emos porq ^Q també o falar tem -- seu mouimêto.	não estranhemos porque o falar tem <i>o</i> seu movimento	não estran ^Q emos porq ^Q també o falar tem -- seu mouimêto	68
esta que. em toda parte se d'ue guardar.	esta que em toda <i>a</i> parte se deve guardar	esta que. em toda - -- parte se d'ue guardar	57

Note-se que os vocábulos de, o, a foram acrescentados no texto crítico, enquanto no semidiplomático só o item o foi adicionado. Verifique-se ainda que houve a troca do elemento de por da na versão crítica. Todas as intervenções não foram registradas no aparato crítico. Franco e Silvestre (2012) mantiveram os aditamentos desses vocábulos em sua edição atualizada.

Quanto às supressões de vocábulos, observe-se o quadro abaixo.

Quadro 13 – Supressão de vocábulos.

<i>Edição princeps</i>	<i>Edição crítica</i>	<i>Edição semidiplomática</i>	<i>Localização do fôlio</i>
Examinenos a melodia da nossa lingua e essa guardemos como fezerão <i>outras</i> gêtes	Examinemos a melodia da nossa lingua e essa guardemos, como fezerão ---- gentes.	Examinemos a melodia da nossa lingua e essa guardemos como fezerão <i>outras</i> gentes	11
as consoantes q ^o se mudão <i>hũa</i> em outra são til.	as consoantes que se mudam --- em outra são til.	as consoantes q ^o se mudão <i>hũa</i> em outra são til.	30
e o velho, como tê o entender mais firme cõ o q ^o mais sabe, e também suas falas são de peso.	e o velho, como tem o entender mais firme com o que mais sabe, -- também suas falas são de peso.	e o velho como tê o entender mais firme cõ o q ^o mais sabe -- também suas falas são de peso.	52
e Quintiliano no primeiro livro da <i>a</i> rezão.	e Quintiliano no primeiro livro dá --- rezão.	e Quintiliano no primeiro liuro da <i>a</i> rezão	59
como logo diremos ensinãdo quãtas são as conjugações e amoestãdo q ^o hahi <i>dellas</i> eiceições.	como logo diremos ensinando quantas são as conjugações e amoestando que há hi --- eiceições.	como logo diremos ensinãdo quãtas são as conjugações e amoestãdo q ^o hahi <i>dellas</i> eiceições.	72

Os dados apresentados acima, revelam que a edição crítica apresentou mais problemas quanto às supressões, já que os itens *outras*, *hũa*, *e*, *a*, *dellas* não foram registrados. A versão semidiplomática apresentou apenas a supressão do item *e, o* que a torna mais confiável do que a crítica. Esses lapsos de edição são bastante graves porque

interferem diretamente no texto de Fernão de Oliveira, adulterando uma obra tão relevante para os estudos linguísticos.

Competentemente, Franco e Silvestre (2012) corrigiram as supressões acima, e as indicaram como problemas apresentados na edição de Torres e Assunção (2000).

No que concerne aos saltos bordões, encontraram-se as seguintes ocorrências nos excertos que se encontram abaixo:

Quadro 14 – Quadro representativo dos saltos bordões

<u>Edição <i>princeps</i></u>	<u>Edição crítica</u>	<u>Edição semidiplomática</u>	<u>Localização do fólio</u>
<p>ẽ cõtrafazer se ajũtão cõtra e mais fazer; e ẽ refazer se ajũtão .re. e mais fazer: <i>e</i> <i>em desfazer des. e</i> <i>mais fazer. e posto</i> q[ⓐ]</p>	<p>Em contrafazer se ajuntam contra e mais fazer; e em refazer se ajuntam re e mais fazer. ----- ----- E posto que</p>	<p>ẽ cõtrafazer se ajũtão cõtra e mais fazer. E ẽ refazer se ajũtão .re. e mais fazer:<i>e em</i> <i>desfazer des. e mais</i> <i>fazer. e posto q[ⓐ]</i></p>	46
<p>mas em iz, delles são masculinos <i>e delles</i> <i>femininos</i> como juiz, almofariz, e delles femininos, como boyz, rayz, perdyz.</p>	<p>mas em iz, delles são masculinos ----- ----, como <i>juiz, almofariz</i>, e delles femininos, como <i>boiz, raiz</i>, <i>perdiz</i>.</p>	<p>mas em .iz. d'lles são masculinos e delles <i>femininos</i> como juiz almofariz e delles femininos: como boyz rayz. perdiz.</p>	65

Os dados apontam que a edição semidiplomática, de forma elogiável, não apresenta nenhum saldo bordão, enquanto a edição crítica apresenta dois, comprometendo mais uma vez a integridade do texto original. Ressalta-se ainda que o salto bordão e delles femininos foi registrado no aparato do texto crítico. Franco e Silvestre (2012) corrigiram o salto bordão e em desfazer des e mais fazer, mas dessa vez não denunciaram o problema não edição crítica de Torres e Assunção.

4 Considerações finais

Não obstante a importância do trabalho de Torres e Assunção para a manutenção da história linguística do português, os dados encontrados comprovam que os critérios editoriais não são respeitados totalmente por esses autores. Existe uma grande oscilação

na aplicação dos critérios nas duas edições, crítica e semidiplomática. Entretanto, os resultados revelaram que a versão crítica apresenta uma dimensão maior de problemas como inserção e supressão de vocábulos, saltos bordões, além da não adoção de grande parte dos seus critérios. Com certeza, a leitura semidiplomática é a mais confiável para os estudos linguísticos, mas tem também problemas que precisam ser corrigidos.

Disponibilizam-se os resultados encontrados nos dois cotejos, com o intuito de chamar a atenção de que todo trabalho editorial pode apresentar problemas. O rigor filológico, na realização da leitura e na aplicação dos critérios, seria um importante aliado a ser adotado para se evitarem lapsos no momento da transcrição. Por fim, sugere-se neste trabalho que uma nova edição seja elaborada tendo em vista à correção dos problemas encontrados nas edições de Torres e Assunção. Fica aqui uma homenagem ao trabalho de Fernão de Oliveira, grande precursor dos estudos linguísticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bastos, Neusa Barbosa; CASAGRANDE, Nancy; HACKEROTT, Maria Mercedes Saraiva. As referências citadas na gramática de Fernão de Oliveira como instrumento de reconstrução do contexto histórico da época. In: ABAURRE, Maria Bernadete *et al.* *Fernão de Oliveira: Um gramático na história*. Campinas: Pontes Editores, 2009, p.349.

Buescu, Maria Leonor Carvalhão. *A Gramática da linguagem portuguesa* de Fernão de Oliveira. Leitura actualizada e notas. Lisboa. INCM. 1975.

_____. *Historiografia da língua portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1984.

Dias, João J. et alii. *Álbum de paleografia*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. ix. Apud Machado Filho, Américo Venâncio Lopes. *A pontuação em manuscritos medievais portugueses*. Salvador: Edufba, 2004.

Duarte, Sónia. *Fernão de Oliveira: Gramática da Linguagem Portuguesa*, Fac-simile. Porto: Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto, v. 8, p. 249-253, 2013.

Franco, Jose Eduardo; Silvestre, João Paulo. *Gramática da Linguagem Portuguesa*. Fac-simile, introdução e edição atualizada e anotada. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2012, p. 101.

Gayo, Felgueiras. *Nobiliário de famílias de Portugal*. Braga. Disponível em: http://purl.pt/12151/3/hg-40102-v/hg-40102-v_item3/index.html#/246 . Acesso em 07. set. 2015.

Machado Filho, Américo Venâncio Lopes. *A pontuação em manuscritos medievais portugueses*. Salvador: EDUFBA, 2004, p. 79.

Maruyama, Toru. *Keywor-in contexto inde of the Grammatica da Lingoagem Portuguesa 1536*. By Fernão de Oliveira. Nagoya: Nanzan University, 2001.

Mattos E Silva, Rosa Virgínia. *O Português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.

Oliveira, Fernão de. *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 1536.

Paiva, M. H. *Os gramáticos portugueses quinhentistas e a fixação do padrão linguístico: contribuição da Informática para o estudo das relações entre funcionamento, variação e mudança*. Porto. Tese de doutoramento em Linguística Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002.

Torres, Amadeu; Assunção, Carlos. *Gramática da Linguagem portuguesa (1536)* Fernão de Oliveira: Edição Crítica, Semidiplomática e Anastática. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000, p. 70-76.